



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MAGDA SILONY MACIEL

**DEMANDAS AMBIENTAIS DE SABIAGUABA
NA PERSPECTIVA DOS MARCADORES
SOCIAIS DO LUGAR**

FORTALEZA
2011

MAGDA SILONY MACIEL

**AS DEMANDAS AMBIENTAIS DE
SABIAGUABA NA PERSPECTIVA DOS
MARCADORES SOCIAIS DO LUGAR**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira , da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Orientador: Prof. Dr. João B. A. Figueiredo

FORTALEZA
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

C285d Carmo, Magda Silony Maciel do.
As demandas ambientais de Sabiaguaba na perspectiva dos marcadores sociais do lugar / Magda Silony Maciel do Carmo. – 2010.
111 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2010.

Área de Concentração: Movimentos sociais, educação popular e escola.

Orientação: Prof. Dr. . João Batista de Albuquerque Figueiredo.

1.Educação ambiental – Sabiaguaba(Fortaleza,CE). 2.Educação popular – Sabiaguaba (Fortaleza,CE). 3.Participação social – Sabiaguaba(Fortaleza,CE). 4.Áreas de conservação de recursos naturais – Sabiaguaba(Fortaleza,CE). 5.Sabiaguaba(Fortaleza,CE) – Condições ambientais. I. Título.

CDD 363.7007108131

MAGDA SILONY MACIEL

**As demandas ambientais de Sabiaguaba na perspectiva dos
marcadores sociais do lugar**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em _____ de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dra. Ana Maria Bezerra de Almeida
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dra. Ercília Maria Braga de Olinda
Universidade Federal do Ceará - UFC

Ao Meu Deus, Senhor do
Universo, a minha mãe
Margarida, aos meus filhos
João e Maria e aos amig@s
e parceir@s que não
desistiram de mim...

AGRADECIMENTOS

Ao Deus de infinita graça e amor. Aos meus pais Mauro Lúcio do Carmo e Margarida Maria Maciel do Carmo, que tiveram paciência comigo e me apoiaram nas horas difíceis.

Aos meus filhos, João e Maria, que me amam incondicionalmente. A minha Tia mãe Helena, por suas orações e conselhos.

Ao meu orientador e irmão João Figueiredo, por não desistir de mim e contribuir para minha evolução como Humana, Educadora Popular e Intelectual.

Ao Amigo Eleomar dos Santos, pela sorte de ser sua amiga.

Aos (às) parceiros (as) do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica, Educação Intercultural, Educação e Cultura Popular – GEAD, parceiros e amigos.

Aos (às) professores (as) da linha de pesquisa Movimento Social, Educação Popular e Escola, pelo compromisso e vanguarda.

Aos (as) amigos (as) Rusty de Castro Sá Barreto e Sineide Moreira Crisóstomo Sá Barreto, casal de guerreiros, pela força e carinho.

Aos (as) meus interlocutores, Jocimar Maurício de Sousa, José Maurício de Sousa e Maria Alice Monteiro de Lima, por serem parte da história viva da Sabiaguaba e representarem a força daqueles que se reconhecem comonatureza personificando esse reconhecimento nas suas experiências e sentimento de pertença.

Aos meus primos e amigos Rízia e Rubin, pelo apoiaram nas horas, que me precisei.

Aos (as) amigos (as) do coração Tereza Maria, Vivi, Pedro, Anderson e Kátia.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira - PPGEB da Universidade Federal do Ceará, que me oportunizou esse Mestrado.

RESUMO

A presente pesquisa em Educação ambiental Dialógica identifica os Marcadores sociais do discurso do lugar e a percepção dos mesmos sobre as demandas ambientais da Sabiaguaba, reconhece a cultura dos indivíduos, a experiência dos mesmos, sua interdependência com os ambientes naturais e a complexidade existente na relação entre homem natureza e cultura, privilegia as relações interculturais entre os autores epistêmicos, que se estabeleceram ao longo da tessitura do trabalho tracejando seu caráter Eco Relacional e eminentemente qualitativo. Interliga os dados coletados e analisa os mesmos na sua integralidade, fundamentando-se na etnografia cultural proposta por James Clifford e Nestor Garcia Canclini, os definiu discursos ecológicos circundantes no campo proposto, levando em conta o tecido social do lugar, a criação das Unidades de Conservação e a preparação para o plano de manejo das mesmas. Lançou mão de notas de campo, multi linguagens, observação participante, valorizando a complementaridade oferece um contributo nos estudos ambientais, na Educação Popular e na história do povoamento e instrumentalização do espaço da Sabiaguaba.

PALAVRAS CHAVES- Perspectiva Eco Relacional. Marcadores do discurso Social da Sabiaguaba. Demandas Ambientais, Educação Ambiental Dialógica. Unidades de Conservação.

ABSTRACT

The current research in environmental Dialogical education identifies markers of social discourse of place and perception about the environmental demands of Sabiaguaba neighborhood in Fortaleza/ Brazil. It recognizes the culture of individuals, their experiences, their interdependence with the natural environment and the complexity existing in the relationship between man, nature and culture. It also focuses on their intercultural relations between epistemic authors who settled along the fabric of their working character by tracing highly qualitative Eco Relationship. The research connects the data collected and analyzes them in their entirety, citing the cultural ethnography proposed by James Clifford and Nestor Garcia Canclini. The defined ecological discourses surrounding the proposed field, taking into account the social structure of the place, the creation of Units conservation and preparing the management plan for the same. It made use of field notes, multi languages, participant observation, valuing complementarity provides a contribution in environmental studies, and Popular Education in the history of the settlement and exploitation of the space Sabiaguaba.

KEYWORDS Eco Relational Perspective. Social Bookmarks speech Sabiaguaba. Environmental Claims, Environmental Dialogical Education. Conservation Units.

SUMÁRIO

Apresentação		10
Capítulo I	AS QUESTÕES MOTIVADORAS E OS FUNDAMENTOS	12
1.1	A Questão Ambiental	12
1.2	Entraves E Possibilidades Da Educação Ambiental	16
1.3	Afeição Com O Lugar, Inquietações E Pretensões	18
1.4	Educação Ambiental Em Unidades De Conservação	22
Capítulo II	PRESSUPOSTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS	26
2.1	A Perspectiva Eco-Relacional	26
2.2	Educação Ambiental Dialógica: Uma Proposta Crítica E Contextualizadora	28
2.3	A Formação Intercultural E Sua Emergência Na Pesquisa Em Educação Ambiental	29
2.4	Reflexões Sobre A Etnografia Intercultural	31
2.5	A Pesquisa Engajada	32
2.6	Experiência Em Walter Benjamin	33
2.7	Raízes Da Pobreza Da Experiência	36
2.8	O Pobre De Experiência X O (A) Autor (A) Da Experiência	37
2.9	O Saber Da Experiência	39
2.10	O Lugar	40
2.11	Saberes A Partir Do Lugar	42
Capítulo III	CAMINHO METODOLÓGICO – UM CAMINHAR NA PONTE PARA SABIAGUABA	44
3.1	Da Natureza E Do Compromisso Com Os Procedimentos Metodológicos	44
3.2	Coleta E Interpretação Dos Dados	45
3.3	Fios Narrados: Fragmentos Dos Caminhos E Descaminhos Da Dimensão Histórica Da Sabiaguaba	49
3.4	Os Primeiros E Os Ambientes Naturais: Uma Interdependência Cultural	50
3.5	O Refúgio Natural Das Águas: Esperança Em Tempos De Fome E Sede	53
3.6	Ação Antrópica E Degradação Do Lugar: Início Do Fim Da Sabiaguaba Natural	56
3.7	A Modernização E A Instrumentalização Do Espaço	58
3.8	A Especulação Dos Ricos E A Luta Por Moradia Dos Pobres	59
Capítulo IV	PERCURSOS E PERSPECTIVAS EM RESPOSTAS: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SABIAGUAENSES	62
4.1	Interesses Individuais - Individualizantes ou Representação do Coletivo?	62
4.2	O Caráter Ecológico E O Saber Da Experiência Na Criação Das UCS (Unidades De Conservação)	65
4.3	Ensaio De Uma Gestão Participativa	69
Capítulo V	DISCUTINDO AS DEMANDAS PARA DESENHAR POSSIBILIDADES	72
5.1	Cultura	73
5.2	Formação Emprego E Renda	73
5.3	Infraestrutura	74

5.4	Ordenamento Do Espaço E Levantamento Fundiário	76
5.5	Práxis Ecológica	76
	Conclusões Inconclusas	80
	Referências Bibliográficas	84
	Anexos I	89
	Anexos II	97
	Anexos III	100
	Anexos IV	104
	Anexos V	105

Apresentação

Este trabalho começou quando eu puder revisar minha história pessoal e me reencontrei com um lugar idílico da minha infância. Aquele lugar de sonhos e desejos, de alegrias e prazeres se apresentou de outra maneira diante de meus olhos. Conflitos, dilemas, invasões culturais e uma crise ambiental visível a olhos nus.

Isto despertou minha curiosidade. Havia ali um processo diferente ou assim me parecia. Grupos distoantes tentando se articular... Porém, havia um discurso predominante que estava descolado da realidade local, ou ao menos do discurso da comunidade local. Tudo isto despertou minha inquietação e assim começo a pensar em uma pesquisa mais aprofundada.

Para tanto, investi em estudos acerca dessas temáticas ambientais e sobre educação popular. Naquele momento estava integrada a um grupo de pesquisa que muito me ajudou a decidir pelo mestrado, por esta pesquisa que agora apresento. Então cheguei ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Dialógica, Educação Intercultural e Descolonialidade, Educação e Cultura Popular.

Bem, tudo isto se juntou num amalgama que desencadeou esta pesquisa. Hoje me encontro, em certa medida, contente por ter feito todo este percurso. E percebo a relevância deste trabalho para a área da Educação Ambiental, para a minha formação pessoal e como pesquisadora e para a educação em geral.

Percebo desse modo, por reconhecer que este trabalho reafirmou a tese de que se torna frágil e limitado toda a ação ambiental em que @s autor@s sociais deixam de ser escutados e são invisibilizados em seus conhecimentos e saberes. Por outro lado, sei que este estudo disponibiliza argumentos e informações capazes de fomentar outras ações ambientais, mais legítimas e identificadas com a comunidade de Sabiaguaba. Esta investigação também disponibiliza um roteiro de trabalho replicável em outras comunidades. E, ainda afirmo que a dissertação aqui exposta deixa um contributo para Sabiaguaba, seja em se revisitar, rever suas questões culturais, políticas, históricas, ecológicas, ambientais como um todo.

A escrita apresenta a seguinte distribuição em capítulos. No capítulo I trago as questões motivadoras e os fundamentos, para tanto apresento a questão Ambiental, os entraves e possibilidades da Educação Ambiental, a afeição com o lugar, as inquietações e pretensões de pesquisa, fechando com a relação entre educação ambiental e Unidades de Conservação.

No capítulo II apresento os pressupostos teórico metodológicos, seja a Perspectiva Eco-Relacional, a Educação Ambiental Dialógica como uma proposta crítica e contextualizadora, a formação intercultural e sua emergência na pesquisa em educação ambiental, reflexões sobre a Etnografia Intercultural, a Pesquisa Engajada, o conceito de experiência em Walter Benjamin e em Larrosa, a ideia de lugar em I Fu Tuan e Escobar.

No capítulo III vem o Caminho Metodológico, ou seja como fiz a pesquisa, desde a coleta e interpretação dos resultados; já no capítulo IV apresento os percursos e perspectivas Sabiaguenses no tocante as organizações sociais e os ensaios de uma gestão potencialmente participativa; daí vem como último capítulo um diálogo em torno das demandas ambientais da comunidade sob uma perspectiva d@s marcador@s sociais do discurso do lugar.

Saliento finalmente que há um potente cenário e uma disposição efetiva e autêntica da comunidade para viabilizar uma práxis ecológica. Isto amplia os horizontes e, gera outras potências no campo das pesquisas ambientais comprometidas com os saberes populares e com a dialógica crítica.

¹Respalhada em Figueiredo (2008), o "@" é usado para representar simultaneamente os gêneros feminino e masculino, ao invés dos substantivos e complementos nominais masculinos, gramaticalmente correto. O uso deste símbolo destaca a questão política e cultural do sexismo de nossa linguagem.

CAPÍTULO I

AS QUESTÕES MOTIVADORAS E OS FUNDAMENTOS

1.1 A Questão Ambiental

[...] urge que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornarmos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem que estar presente em qualquer prática educativa de carácter radical, crítico ou libertador...

Neste sentido me parece uma contradição lamentável fazer um discurso progressista, revolucionário e ter uma prática negadora da vida. Prática poluidora do mar, das águas, dos campos, devastadora das matas. Destruidora das árvores, ameaçadora dos animais e das aves...

Por isso, aceitar o sonho de um mundo melhor e a ele aderir é aceitar entrar no processo de criá-lo. Processo de luta profundamente ancorado na ética. De luta contra qualquer tipo de violência. violência contra a vida das árvores, dos rios, dos peixes, das montanhas, das cidades, das marcas físicas de memórias culturais e históricas. De violência contra os fracos, os indefesos, contra as minorias ofendidas. De violência contra os discriminados não importa a razão da discriminação.”

Paulo Freire

A questão ambiental tornou-se cada vez mais presente no nosso cotidiano, e temos como desafio a melhoria do meio em que vivemos e conseqüentemente a melhoria da nossa qualidade de vida. Apesar de tomarmos conhecimento acerca dos problemas ambientais que nos circundam, podemos analisar que as mudanças de atitude em relação ao meio ambiente são muito tímidas, em relação à urgência de um novo olhar e uma nova prática, no tocante à questão ambiental. A ‘identificação’ com os problemas ambientais depende de atitudes educativas que estejam em sintonia com a própria realidade do humano e ou do grupo em que o mesmo se reconhece.

Incorporar as lutas do meio ambiente perpassa pela vida cotidiana numa relação entre indivíduos, que em interação desvelam e despertam sentidos e significados na busca dinâmica de SER MAIS². Para Oliveira (1988), o Humano é um ser de sentido, que transforma e é transformado pelo mundo possibilitando o exercício da sua inquietação ontológica. Esta por sua vez é a base da existência humana.

Há uma necessidade efetiva de compreendermos que meio ambiente não se restringe ao ambiente físico e biológico, mas inclui também as relações históricas, sociais, econômicas,

²Categoria utilizada por Paulo Freire (1983) para definir a capacidade ontológica do Humano de auto-superação.

culturais, legais e éticas. Isto aponta para a premência de fomentarmos reflexões, momentos e espaços para que possamos refletir sobre nossas formas de ser, estar e agir no mundo, levando em conta os contextos nos quais estamos inseridos, contudo a falta de identificação com a totalidade do ambiente que nos acolhe, com a abrangência e complexidade que isto significa, é um imenso obstáculo para esta compreensão mais ampla dos problemas ambientais.

As mais antigas sociedades viviam da coleta, da caça, da pesca, esses tipos de atividades, possibilitavam a esses grupos um modo de vida nômade ou seminômade a fim de garantir a sustentabilidade desses. A partir do domínio de técnicas rudimentares e da domesticação de animais e plantas o ser humano começou a praticar a agricultura e o pastoreio e desde então transformar ambientes nativos em ambientes antrópicos.

Nestes tempos, o humano, em geral, se reconhecia parte da natureza e mesmo transformando-a, mantinha uma relação mais Harmoniosa com os ambientes nos quais estavam inseridos. Segundo Figueiredo (2003), o humano desenvolveu técnicas, reflexões e atitudes, avançando a tal ponto na dimensão cognitiva que esqueceu de que faz parte da natureza e que depende da mesma para sobreviver e garantir sua continuidade. A relação de dominação que o humano exerce na natureza levou-o a dicotomia que fragmenta o mundo produzido. Compartilho da idéia de Figueiredo (op. Cit.) quando o mesmo afirma que:

Filosoficamente constatamos que a dita modernidade, recente, da qual estamos saindo aos poucos na direção de uma contemporaneidade, apresentou uma ruptura radical dessa relação entre ser humano e natureza, passando a natureza a ser construção do ser humano, não havendo mais razão nela própria. Neste contexto de sentido, a ação do ser humano sobre a natureza é de dominação, levando a uma dicotomia, que fragmenta a realidade em mundo humano e mundo não natural. O mundo exterior se transforma em puro objeto, edificação do sujeito. Perde-se a percepção de unidade fundamental entre os seres humanos e o meio ambiente. (2007, p. 67).

Ao longo dos tempos a humanidade vai afirmando uma consciência individualizadora, inclusive comprometendo sua condição de ser parte integrante da natureza. Ao desvincular-se do mundo natural passa a agir de forma desarmônica sobre estes ambientes causando suntuosos desequilíbrios ecológico-ambientais. Ressalto que esta separação entre ser humano e o restante da natureza reflete-se na produção humana de forma direta e mais acentuada no que diz respeito ao conhecimento produzido por esse modelo societário.

A razão instrumental fragmentou a relação do ser humano com ele mesmo, com as suas bases culturais e naturais e com os seus semelhantes, quando colocou o domínio da

natureza como sua principal primazia. Isto gerou a divisão entre humano com alma e mundo morto (sem alma), dessacralizando a terra, antes reverenciada e respeitada pelas sociedades reconhecidas como primitivas por esse modelo epistemológico.

A separação entre humano e natureza, resultou em uma postura antropocêntrica geradora de um pensamento que colocou o ser humano - homem no centro e os ambientes naturais no entorno, criando um modelo de percepção que aniquilou a percepção da interdependência entre humano e ambientes naturais.

Sobre esse pensamento, Capra (1989) afirma que o mesmo promoveu uma profunda crise mundial, uma crise complexa, fragmentando o multidimensional, o que afeta todas as dimensões da nossa vida, nossa saúde, nosso modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política e que na verdade vivemos uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais que levaram a real possibilidade de extinção da raça humana. Sobre isto destaca Guimarães (1995, p. 13) que:

A postura da humanidade diante da natureza provoca e decorre de uma visão de mundo e de um sentimento de dominação, dominação essa que faz parte do modelo de sociedade moderna e é esse modelo que apresenta como caminho o crescimento econômico baseado na extração ilimitada de recursos naturais, renováveis ou não, na acumulação contínua de capitais, na produção ampliada de bens, sem considerar as interações entre essas intervenções e o ambiente em que se realizam.

Precisamos romper com as dicotomias que separam o humano da natureza, pois sendo um ser cultural também é um ser natural. Para isso precisamos encontrar formas de nos relacionarmos de maneira consciente com o mundo em sua totalidade, a partir de uma lógica solidária, baseada no respeito, na ética e na afetividade. É nas relações que o humano se elabora e elabora uma compreensão que dá sentido a vida, através do exercício constante de agir e refletir no mundo (FIGUEIREDO, 2007).

Segundo Loureiro (2006) o debate ambiental é político, quando focamos os limites da relação entre seres humanos e meio natural, a qualidade e a quantidade do que consumimos, o desequilíbrio na distribuição do que é produzido e as normas éticas que balizam o modo como vivemos, e fora desta perspectiva política, o debate ambiental propõe mudanças superficiais e não a mudança da lógica societária. Sendo assim, a Educação Ambiental aparece com o desafio de potencializar a crítica e inovar, voltada para a transformação da sociedade.

Por sua vez, Jacobi (1998) nos coloca que a educação ambiental é um elemento que pode determinar a consolidação da cidadania para todos e não mais para um grupo privilegiado, possibilitando aos sujeitos o exercício dos seus direitos e deveres, deixando

assim de serem passivos, assumindo o papel de responsáveis pela qualidade de suas vidas. Figueiredo (2007, p. 70) nos informa que:

Neste sentido, a educação ambiental tem que ser pensada enquanto dialógica, libertadora, que objetiva a expansão da consciência crítica, implica em abordagens da problemática socioambiental que interrelacione os múltiplos aspectos que constituem o real, ou seja: sociais, econômicos, políticos, culturais, científicos, tecnológicos, ecológicos, jurídicos, éticos, espirituais etc.

Por tudo isto, parti da compreensão que os impactos ambientais que permeiam a relação entre ambientes trópicos e antrópicos e o humano precisam de mediações que busquem construir novos valores de relação entre o humano e o não humano, na qual a cidadania apareça como possibilidade de superação da postura de espoliação dos recursos naturais e a apatia frente aos impactos negativos do conjunto de problemas que mesclam precariedade dos serviços essenciais, omissão do poder público na garantia de condições essenciais de vida das populações e que possibilite a compreensão das reais necessidades a partir do interesse coletivo.

Entendo a Educação Ambiental como esse mediador da relação entre meio ambiente e sustentabilidade sócio-ambiental. Esta assume um papel desafiador na busca de construir novos valores e saberes para dialogar com as contradições vivenciadas pelas realidades em si contraditórias e as desigualdades sociais.

articulada e consciente. A partir dessa afirmação, podemos compreender que a Educação Ambiental se faz com uma práxis ambiental entrelaçando o ser humano e o meio ambiente, entrecruzando idéia e ação. É necessária uma reflexão sobre o meio social e os processos de educação a partir de uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com as transformações estruturais da sociedade.

Questão De Pesquisa

Antes de continuar a elaboração acerca da Educação Ambiental, proponho um parêntese para apresentar minhas questões fundamentais para que pudesse realizar este trabalho. E num difícil exercício de entender claramente meus propósitos com esta pesquisa cheguei à conclusão que meu mote fundante era: Como posso compreender as principais demandas ambientais de Sabiaguaba, sob a percepção dos marcadores sociais do lugar? Como

posso interagir pedagogicamente com elas com o intuito de potencializar uma Educação ambiental crítica e dialógica naquela comunidade?

Desde aqui decorrem alguns objetivos que irão me ajudar como uma bússola neste trajeto em busca de minhas respostas. São eles:

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender, ao desvelar a experiência dos marcadores sociais da localidade e considerando a multidimensionalidade que relacionam à vida e o dia a dia do lugar, quais são as principais demandas ambientais da localidade e interagir pedagogicamente com elas com o intuito de potencializar uma Educação ambiental crítica e dialógica.

Objetivos Específicos

- ❖ Conhecer e dialogar com os marcadores sociais do discurso do lugar;
- ❖ Descrever, a partir das perspectivas dos sujeitos, como os mesmos se relacionam com o lugar.
- ❖ Perceber as principais demandas ambientais da localidade a partir da experiência dos marcadores do discurso do lugar.
- ❖ Intervir, numa ação de Educação Ambiental, junto à comunidade para contribuir com a organização e resistência do grupo diante de dilemas atuais que a comunidade vive, tais como o advento da ponte sobre o rio Cocó.

1.2 Entraves E Possibilidades Da Educação Ambiental

E afinal, o que é Educação Ambiental? Uma das primeiras definições de Educação Ambiental enfatizava aspectos eminentemente ecológicos da conservação. Foi proposta pela *Internacional Union the conservation of nature* (1971), basicamente relacionando conservação dos sistemas de vida e biodiversidade.

Na Conferência de Estocolmo (1972) e na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ocorrida em Tbilisi (1977) foram definidos os pressupostos que fundamentam a Educação ambiental numa perspectiva internacional. Segundo as conferências, Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas

culturas e seus meios biofísicos, ainda deve preocupar-se com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. Deve considerar o meio ambiente em sua totalidade; ser contínua; atingir todas as faixas de idade; ocorrer dentro e fora da escola; engajar questões locais, nacionais e internacionais; ser interdisciplinar e resolutiva de problemas.

O Brasil marca sua entrada no campo da Educação Ambiental em 1987, dez anos após Tbilisi. Até então, a Educação Ambiental na nossa realidade era tratada como ensino da ecologia ou ensino das ciências naturais, seguindo tardiamente a lógica dos documentos internacionais.

Loureiro (2006) afirma que os conceitos e categorias apresentados nos documentos oficiais passaram a ser redundantes no que diz respeito a projetos, programas e ações de Educação Ambiental, recorrência das suas utilizações nas fundamentações dos mesmos, ou seja, na teorização, e a consequência disto foi à perda de densidade na compreensão do que caracteriza a Educação Ambiental e da capacidade de reflexão e posicionamento diante das tendências existentes, além do afastamento de um significado potencializador de mudanças efetivas e dinâmicas nas várias esferas que envolvem os humanos, os ambientes e as relações que interligam humano-natureza-cultura.

Sobre as tendências existentes, apresentamos uma síntese do pensamento de Frederico Loureiro (2006) e LucieSauvé (2005) sobre as concepções e correntes da Educação Ambiental e seus desdobramentos, reorganizando-as como tendências não críticas e críticas. Pois como dizia Paulo Freire, é necessário compreendermos que nenhuma Educação é neutra e não existia imparcialidade nos processos educativos, o que não é diferente nas várias concepções de educação ambiental.

Quando Loureiro (2006) apresenta as concepções reformistas e transformadoras da Educação Ambiental, ele afirma que a primeira previne e até pode solucionar alguns problemas ambientais, mas que é preciso avançar política e criticamente. O autor comenta que a crise que envolve as questões ambientais para este modelo é apenas uma crise ecológica e não a relaciona com o modelo civilizatório vigente, muito menos com a crise civilizatória na qual estamos mergulhados. Já a segunda concepção apresentada pelo autor relaciona as dimensões ecológicas, sociais, políticas, pedagógica na busca da transformação coletiva e da ampliação da consciência ecológica dessa coletividade, na busca de superar esse modelo que dicotomizou o homem, a natureza e a cultura.

É nesta mesma perspectiva que Sauv  (2005) possibilita nossa síntese do que seja educa o ambiental crítica e não crítica. Tal como o autor acima comentado, a autora encontra esse caminho a partir da concep o de meio ambiente, base dos modelos, tendências, que a mesma classifica como correntes, ainda para construir uma reflexão acerca dessa epistemologia das educa es ambientais. A mesma leva em conta a intencionalidade central dessas tendências, os enfoques que ela privilegia e as principais características que moldam a concep o teórico-metodológica das correntes. Sendo assim, ela divide sua epistemologia em correntes de longa tradi o e correntes mais recentes que encontram suas fundamenta es na crise paradigmática.

Apoiada em Figueiredo (2003; 2007), parto do pressuposto de que precisamos de uma educa o ambiental crítica política, popular, conseqüentemente dialógica. Essa educa o ambiental crítica e dialógica   essencialmente, uma educa o que capacita os seres humanos para a compreensão e resolu o de questões ambientais de uma maneira integrada com o contexto local e com os saberes populares em diálogo com os saberes acadêmicos. Lembro que mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A rela o entre linguagem-pensamento-mundo   uma rela o dial tica, processual, contraditória (FREIRE, 2003).

Opto por ter como base teórica para este trabalho a Educa o Ambiental Dialógica, apresentada por Figueiredo (2007), pois compreendo que a consciência ambiental deve ser adquirida pelos pares através de uma constru o coletiva na qual o indivíduo inserido na comunidade, que por sua vez está inserida em um contexto maior que faz parte de uma organiza o planetária, se relaciona e se integra neste constante aprender.

Porém, preciso integrar estas reflexões aos meus próprios saberes, experiências, fazeres. Neste sentido, quero apresentar um pouco dessa rela o entre contributos teóricos e caminhadas concretas no cenário que me acolhe em Sabiaguaba.

1.3 Afei o Com O Lugar, Inquieta es E Pretensões

Desde pequena freqüentei a praia que fica no bairro da Sabiaguaba. Meus avós maternos participavam da vida social daquele lugar. Eles freqüentavam farinhadas, as festas e os dramas (encena es teatrais) nos quintais e terreiros da Sabiaguaba.

Quando adolescente comecei a freqüentar outros espaços de convivência dali, conheci algumas pessoas que ainda moram nesse lugar, pessoas que nasceram e cresceram naqueles arredores e outras que chegaram depois e se estabeleceram ali.

Apesar de sempre admirar a natureza abundante, a boca do rio (foz do rio Cocó), as dunas, o mangue, a praia, o encontro do rio com o mar, nunca me preocupei em entender como era a relação dos moradores daquela localidade com seus ambientes naturais. Acho que sempre tive a impressão que os mesmos conviviam harmoniosamente com o que a natureza lhes oferecia.

No ano de 2005 frequentei algumas reuniões da ABRASCA (Associação Brasileira de Comunidades Alternativas) que se realizavam na Sabiaguaba nas noites de lua cheia na casa do Zé Albano, representante regional da associação. Numa dessas noites de lua prateada ouvi alguém comentar sobre um movimento que estava acontecendo naqueles dias, este em prol da criação de uma área de preservação por ali, ou melhor, na “duna grande”. A intenção era chamar a atenção da mídia local e autoridades para o que estava acontecendo nas dunas, já que essas estavam sendo invadidas por buggys, carros com tração 4x4 e quadrículos.

Senti falta dos moradores naquelas conversas já que, ao meu ver naquele momento, era importante a participação deles naqueles encontros. Enquanto os movimentos aconteciam em prol da preservação daquele lugar, muitos deles passavam ao largo para cumprir suas rotinas diárias alheios ao que estava acontecendo.

Para agravar ainda mais a minha leitura, sobre o que estava acontecendo com aquela localidade, observei que muitos ambientalistas, artistas e intelectuais tomavam a iniciativa de articular aqueles acontecimentos, envolvidos e empenhados em proteger aquele lugar, aparentemente sem a interação dos grupos locais nesta história.

Com a intenção de conhecer a localidade, seus moradores e seus problemas, me preocupei em buscar informações, ler matérias em jornais, buscar material na internet, até me deparar com o relatório utilizado pela Secretária de Meio Ambiente do Município de Fortaleza (SEMAM). Este trazia dados geoambientais e geodinâmicos para justificar a fundação do PARQUE MUNICIPAL e da APA da Sabiaguaba. Pensei que isto poderia ser uma boa iniciativa, desde que integrada com a comunidade local. Vale salientar que este processo se consolidou ao longo da minha investigação e potencializou inúmeras reflexões ambientais e muito me ajudou a entender e responder minhas indagações.

Antes de continuar este debate mais político. Vou apresentar um pouco deste que se tornou meu lugar de pesquisa. O Bairro da Sabiaguaba está localizado na grande Messejana, região sul do município de Fortaleza e litoral leste do estado do Ceará a 17 quilômetros do centro de Fortaleza.

Segundo o laudo de criação das unidades de conservação da Sabiaguaba (2006), o Bairro da Sabiaguaba está inserido no extremo leste do litoral de Fortaleza. Limita-se à nordeste com o Oceano Atlântico, a oeste com os Bairros Edson Queiroz, Sapiranga e Lagoa Redonda e a nível municipal, a sudeste com Aquiraz e sudoeste com o Eusébio. Encontra-se situado em grande parte na Planície Litorânea, entre os estuários do Rio Cocó e o do Rio Pacoti, havendo também, na área mais central, trechos do tabuleiro pré-litorâneo. No extremo oeste, a Lagoa da Precabura chama a atenção pela sua magnitude e beleza, funcionando como um limite natural para o Bairro.

A área do que se tornou o 'Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba' é de 462,0 ha, englobando o campo de dunas móveis, semifixas e fixas e as lagoas costeiras e interdunares. Ao *sudeste* limita-se com a 'Área de Proteção Ambiental (APA³) do estuário do rio Pacoti' e a *noroeste* com a APA do rio Cocó; no lado *este* e *nordeste* faz fronteira com o Oceano Atlântico e a *oeste* com o tabuleiro litorâneo nas proximidades da lagoa da Precabura.

Para aquela que se tornou 'Área de Proteção Ambiental da Sabiaguaba', definiu-se uma área de 1.014, 58 ha. Esta é limitada à *nordeste* e *sudeste* pelo Parque das Dunas, ao *norte* pelo manguezal e desembocadura do rio Cocó; à *sudoeste* e *noroeste* pelo bairro Sabiaguaba e ao *sul* pelo manguezal do rio Pacoti e praia da Cofeco (Abreolândia). Abrange unidades de paisagem naturais representada pelo manguezal, lagoa da Sapiranga e parte de seus afluentes, faixa de praia e tabuleiro litorâneo.

Muitos dos seus moradores sobrevivem da pesca artesanal, da extração de crustáceos, da agricultura através cultivo de hortaliças com fins de comercialização e pequenos roçados de mandioca, feijão e milho com fins de subsistência, o Parque municipal das dunas da Sabiaguaba assim como a APA, estão localizados dentro do Bairro.

Ao me deparar com o laudo técnico observei dados descritivos bem apurados, dados estes que continham informações sobre o clima, o solo, o relevo e a vegetação, além de uma rica argumentação que demonstrava a significativa relevância dos mesmos.

³A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de [Unidade de Conservação](#), voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. O principal objetivo é a conservação de sítios de beleza cênica e a utilização racional dos recursos naturais, colocando em segundo plano, a manutenção da diversidade biológica e a preservação dos ecossistemas em seu estado original. Esta categoria de área protegida, estabelecida pela Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, foi inspirada originalmente nos Parque Naturais de Portugal, tendo concepções semelhantes às dos Parque Nacionais da Inglaterra e "Landschaftsschutzgebiet" da Alemanha. A característica marcante das APAs é a possibilidade de manutenção da propriedade privada e do estilo de vida tradicional da região, onde programas de proteção à vida silvestre podem ser implantados sem haver necessidade de desapropriação de terras. Esta estratégia é compatível com a realidade brasileira, uma vez que a falta de recursos financeiros para a desapropriação de terras limita a implantação e consolidação de outros programas de conservação.

Contudo, os dados contidos sobre a população eram números ou afirmações muito gerais, que não satisfaziam minha curiosidade. Como vivem os moradores do entorno da APA e do Parque Municipal das Dunas da Sabiaguaba? Quais são as suas demandas e como eles se organizam entorno delas? Qual o impacto da criação do desses espaços de conservação no dia a dia daquela população?

Na verdade poderia definir plenamente minha pergunta de partida se ela contemplasse toda uma gama de perguntas sobre a complexidade que envolve a comunidade da Sabiaguaba e o cotidiano tecido por eles dentro da infinita beleza do lugar e a precariedade aparente do mesmo.

Compreendendo que a Sabiaguaba é uma comunidade carregada de especificidades em sua aparente generalidade. Como desvelar as problemáticas que envolvem humano-natureza-cultura naquele lugar, considerando a multidimensionalidade que envolve a vida cotidiana dos mesmos e construir teias de compreensão que possibilitem sonhos possíveis para aqueles que tecem a realidade daquele lugar?

Portanto, neste sentido, entendo que para nos aproximarmos da compreensão de um evento social faz-se necessário compreendermos as evidências de uma reflexão eco-relacional (FIGUEIREDO, 2007), portanto mais ampla e complexa, e daí prestar contas das articulações despedaçadas na ciência, ainda hoje hegemônica, que gera cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre outros tipos de conhecimento.

É de fundamental necessidade o conhecimento multidimensional que reconhece seus limites em tentar dar conta de todas as informações sobre os fenômenos estudados. É preciso respeitar as diversas dimensões da realidade e suas interações, pois os eventos sociais são ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos, legais, biológicos etc.

Apoio-me, para pensar assim, também em Morin (1995) quando afirma em sua obra “Ciência com consciência”, que o pensamento complexo lança mão da multidimensionalidade respeitando assim o princípio da incompletude e da incerteza dinâmica.

Para Escobar (2005), por sua vez, talvez seja importante encontrarmos possibilidades de enfrentamento, saídas possíveis para a economia, para a natureza a partir de um conhecimento integrado, baseado no lugar, assim reinventarmos uma cultura humana mais afetuosa, menos cruel, diferente desta que levou os humanos a crise civilizatória.

Pensar em um projeto de educação ambiental descontextualizado é praticamente condená-lo ao fracasso ou quando muito a inoperância. Alicerçar um projeto de educação ambiental, numa pretensão dialógica, eco-relacional, é antes de tudo um comprometimento

político. Implica em compromisso com um processo de formação permanente que busca firmar uma base multiplicadora, de uma nova morada (ethos) social, associada a uma ação política baseada na liberdade, na democracia, na afetividade e na solidariedade.

A partir da interação com @s autor@s sociais do lugar (FIGUEIREDO, 2005), pretendi contribuir para a reflexão e elaboração de uma nova práxis ambiental - ecopráxis (FIGUEIREDO, 2003; 2007), identificada com a educação ambiental popular dialógica em que a valorização do saberes e as especificidades locais são de extrema importância.

Este é um trabalho de educação ambiental significativo, pois que está comprometido com as demandas socioambientais locais, tecidas pel@s autor@s sociais do lugar. Essa tessitura esta diretamente ligada ao engajamento dos mesmos e o engajamento destes a um significado identificado por eles, internalizado e transformado em ideais e práticas que possam lhes trazer esperança.

Para entender um pouco o cenário institucional no qual realizamos a tarefa, apresento em seguida como se tem pensado a relação entre Educação Ambiental e Unidades de Conservação.

1.4 Educação Ambiental Em Unidades de Conservação

De acordo com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), sancionado pela Lei n. 9985 de 18 de julho de 2000, as unidades de conservação (UC) são definidas como áreas delimitadas do território nacional, instituídas pelo Governo Federal, bem como pelas unidades da federação, por meio dos respectivos governos estaduais e municipais, para a proteção de ecossistemas significativos, tendo entre os seus objetivos gerais a condução de atividades de educação ambiental – formal, não formal, turística ou de informação à comunidade – com o objetivo de desenvolver uma consciência pública voltada para a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

A categoria de UC relacionada às estações ecológicas foi instituída pela Lei n. 6902, em 27/04/1981, em seu Art. 1º (BRASIL, 1981a), sendo definidas como áreas representativas dos ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas ecológicas, que devem considerar a necessidade de não colocar em perigo a sobrevivência das populações das espécies ali existentes. O SNUC (BRASIL, op. cit.) estabelece esta categoria como uma UC de proteção integral dos recursos naturais, assim como os parques nacionais, reservas biológicas, monumento natural e refúgio de vida silvestre (Cap. III, das categorias de unidades de conservação, § 2º, Art. 8).

Apesar de ser uma categoria altamente restritiva quanto aos tipos de atividades a serem nela desenvolvidas, vários dispositivos da lei de sua criação respaldam as atividades de educação e interpretação ambiental, considerando a visitação pública somente permitida no interior das mesmas quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico (capítulo III - das Categorias de Unidades de Conservação, Art. 9o, § 2o, SNUC).

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída por meio da Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981, também coloca como um de seus objetivos (BRASIL, 1981b) a difusão de tecnologia de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade da preservação da qualidade ambiental.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999) tem entre as atividades vinculadas à educação em geral e na educação escolar, as seguintes linhas de atuação inter-relacionadas: I – a capacitação de recursos humanos; II – o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações; III – a produção e divulgação de material educativo; IV – e o acompanhamento e avaliação (Capítulo II, Da política Nacional de Educação Ambiental, Seção I, Disposições Gerais, Art. 8o); além dos objetivos de incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino (capítulo I, § 2o, I), através de ações de estudos, pesquisas e experimentações que deverão ser dirigidos para: a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental (II); a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental (IV); e o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo (V, capítulo I, § 3o). As unidades de conservação são mencionadas também pelo PNEA (BRASIL *op.cit.*) na Seção III, quanto à educação ambiental não-formal do Art. 13o, que reforça o compromisso do poder público nas esferas federal, estadual e municipal em incentivar: IV – a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; V – a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às UC; VI – e a sensibilização ambiental dos agricultores.

As UC vêm sofrendo ao longo do tempo vários tipos de desmandos, decorrentes da natural arbitrariedade e instabilidade política em relação às questões ambientais, encontrando na falta de um mecanismo para o cumprimento da legislação e, acima de tudo, na força do poder econômico suas principais dificuldades (BRASIL, 1997). Condições para o aumento de conhecimento e para a experimentação direta com o meio natural de modo a estimular o interesse e facilitar a integração das populações do seu entorno têm sido destacadas como as mais relevantes finalidades educativas das UCs (TABANEZ & HERCULANI, 1990).

A política adotada para a criação de uma UC com estes objetivos é assegurar a proteção dos recursos naturais, culturais e históricos; na maioria das vezes não tem considerado estes últimos atributos, seguindo um modelo reducionista de somente privilegiar as particularidades ecológicas, evidenciando resultados pouco eficazes (ANTUNES *ET al.*, 2001). Mesmo porque as UCs continuam sendo alvo de vários tipos de pressão por parte das comunidades de entorno, traduzidas na forma de ações de invasões, desmatamentos, extração de produtos naturais, caça e pesca predatórias, expansão das atividades agrícolas, entre outros, comprometendo a conservação dos recursos naturais e culturais dessas unidades (MILANO, 2000).

Estas ações têm sido relacionadas à falta de consciência da comunidade do entorno da importância das UCs, com a ausência de apoio público na criação e manutenção das mesmas, e a praticamente nenhuma participação pública na administração e manejo dos seus recursos naturais (WELLS & BRANDON, 1992).

A falta de conhecimento científico para o manejo das UCs, a falta de pessoal especializado e a má distribuição dos recursos financeiros aliada com a falta de planejamento também têm sido sugeridos como motivos suficientes para a ineficácia da consolidação das mesmas (BERNARDES & MARTINS, 1998).

A hostilidade das populações do entorno em relação às UCs tem sido associada (ROY, 1997) a vários fatores:

- a) Ao estabelecimento de proibições de determinados usos da unidade incompatíveis com a conservação dos recursos naturais e que não tem sido acompanhado de política de promoção econômica da área que compense aos habitantes as limitações resultantes da criação da unidade;
 - b) À falta de confiança na administração das unidades;
 - c) Às atitudes excessivamente técnicas ou pouco pedagógicas que ocorrem com frequência entre os gestores destas unidades;
 - d) Às dificuldades das próprias populações, em geral de baixo nível cultural, em perceber as vantagens proporcionadas pelo patrimônio de valores qualitativos inerentes à UC, entendendo somente as limitações econômicas acarretadas pela criação da mesma;
 - e) Ao caráter individualista e a pouca ou nenhuma consciência coletiva da população, fatores que dificultam as relações de cooperação e associação somadas à tradicional rivalidade existente entre os municípios próximos.
- Alguns programas de EA implementados em UCs que tiveram sucesso utilizaram programas conservacionistas dirigidos a espécies-bandeira para atrair a atenção da comunidade de entorno, além da obtenção de apoio público com a finalidade da preservação dos habitats associados às espécies em questão.

Segue esse modelo o Parque Estadual do Morro do Diabo (SP) (JACOBSON & PADUA, 1995), para o mico-leão dourado; a Reserva Biológica do Poço das Antas (RJ) (DIETZ & NAGAGATA, 1995), para o mico-leão-preto.

Embora eficazes do ponto de vista da manutenção e valorização da UC junto à comunidade, estes tipos de programas conservacionistas tratam os problemas e aspectos conceituais com uma certa externalidade, dificultando que a comunidade de entorno interiorize os valores estimulados pelos programas, já que tendem a associar o trabalho desenvolvido a uma visão do “ambiente natural” distante e diferente do cotidiano.

Um outro modelo de implementação da EA em UC envolve a priorização de atividades ligadas à interpretação ambiental, como é o caso das trilhas interpretativas relacionadas ao uso público de algumas UCs do Instituto Florestal SP (AOKI & ANDRADE, 1998).

Capítulo II

PRESSUPOSTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

Com este capítulo pretendo articular um diálogo que me ajude a compreender os processos evidenciados no trabalho de campo preliminar e aprofundar as reflexões que surgiram ao longo da pesquisa. Entendo que as diretrizes oferecidas por este conjunto de elaborações favorecem minha interlocução e potencializam resultados capazes de contribuir com a comunidade de pesquisa. Ou seja, esta comunidade de participantes que permitiram que eu chegasse às minhas conclusões.

Para tanto, tratarei neste capítulo da articulação possível que se dá através de um desenho proposto através da *Perspectiva Eco-Relacional*, da Educação Ambiental Dialógica, da Formação Intercultural, da Etnografia Intercultural, do entendimento do lugar proposto por I Fu Tuan, dos saberes decorrentes da experiência conforme discutem *Walter Benjamin*, Larrosa, dentre outros, dos *saberes a partir do Lugar*, dos contributos da *Pesquisa Engajada*.

2.1 A Perspectiva Eco-Relacional

Segundo Figueiredo (2007), a Perspectiva Eco-Relacional surge em um contexto de crise de paradigmas, de crise de percepção de uma crise civilizatória, onde a crise ambiental, o consumo exacerbado, as desigualdades sociais demonstram a ineficiência de modelo hegemônico. A PER surge como uma proposta epistemo-pedagógica que pretende incluir a dimensão sócio-histórica, ecológica e política, na direção de uma perspectiva abrangente tendo a dimensão relacional Freireana como um princípio fundante da práxis.

Seus fundamentos são: a superação do Ecocentrismo, a partir da inclusão das dimensões éticas, históricas, políticas e social no campo de forças da holística; a partir da Proposta Freireana busca um repensar das relações educativas (a dimensão política, democrática, uma teoria de ação dialógica e libertadora); com as contribuições de Maturana fundamenta a proposta numa dimensão afetiva. Lane (1995) vem ajudar a compreender que a afetividade não é algo piegas, mas que tem subsídios na própria psicologia social russa. Brandão (1994, 2005) traz subsídios para pensar a relação social entre humanos e não-humanos, ao mesmo tempo em que contempla idéias de formação para educadores “ambientais”.

A Perspectiva Eco-Relacional - PER canaliza a Educação Ambiental Crítica (Carvalho, 2002; Figueiredo, 2003, 2007a; Guimarães, 1995, 2000; Loureiro, 2004; Reigota, 1999, 1996) na inclusão da dialógica como aporte para a Educação em geral. Larrosa (2002) oferece uma profunda compreensão acerca da experiência que nos toca e por isto nos transforma.

A PER tem como pressupostos ou metáforas categoriais (trechos baseados em Figueiredo, 2003; 2007): a SUPRA-ALTERIDADE que reconhece e valoriza a diversidade e pluralidade de pensamentos e idéias dos seres de relações; a contribuição de cada um (a) para ampliação dos conhecimentos; o SABER PARCEIRO: Se estabelece por meio do diálogo e da troca de experiências, contribuindo para a formação de novos saberes; o AUTOR(A)-EPISTÊMICO: representa a idéia de que nas relações, os autores aprendem e ensinam ao aprender, rumo à construção e reconstrução de seus saberes; aEQUIDADE: revela que se deve dar mais a quem mais necessita; a AFETIVIDADE: dimensão essencial para os autores em formação, pois é nela que se encontra a motivação e o estímulo para a ação e a comunicação; o GRUPO APRENDENTE: remete-nos a pensar na valorização tanto do grupo quanto d@s autor@s deste grupo, nos seus interesses individuais e coletivos para o desenvolvimento do grupo; A ECOPRÁXIS: significa uma práxis ampliada, que vislumbra a transformação... “A Ecopraxis potencializa pensar a ação, dentro de uma compreensão que se amplia permanentemente, ao reconhecer que os limites são transitórios, mantendo a tensão entre o que é e o que pode ser” (FIGUEIREDO, 2007); a TRANSPOSIÇÃO INFORMACIONAL: significa a possibilidade de transitarmos com conceitos em múltiplas esferas e dimensões desde que respeitemos a sua origem, o contexto de uso e a intencionalidade de sua utilização. Apóia-se na multirreferencialidade e na capacidade que temos de desconstruir, reconstruir e transformar informações na consolidação de novos conhecimentos, de novos saberes (FIGUEIREDO, 2006);as MULTI LINGUAGENS: oferecem a possibilidade de um atendimento a todos os sujeitos, respeitando suas individualidades e características pessoais, com a utilização de diferentes linguagens para o ensino; a CONTEXTUALIZAÇÃO: representa a importância de reconhecermos o saber dos educandos para o ensino, valorizando o seu cotidiano, as suas relações, a sua comunidade, sua cultura (FIGUEIREDO, 2003; 2007; 2008; 2009).

Segundo Figueiredo (2008), a PER unifica a educação popular, a educação ambiental, a interculturalidade e a descolonialidade, ao oferecer uma nova proposta político-pedagógica que visa a participação nas ações, a partir do reconhecimento da realidade através da contextualização e da compreensão do todo, ao potencializar processos educativos, formais, não formais e informais (LIBÂNIO, 2003), que se dêem pautados nas múltiplas relações, respeitando a individualidade de idéias, opiniões, saberes e a ação compartilhada para a construção do conhecimento.

O ser humano é concebido como uma unidade interativa, um todo interagente, multidimensional (inteligência cognitiva, emocional, sinestésica, intrapessoal e interpessoal), indivisível (corpo físico, sentimento e psique) embora interligado com o todo ao seu redor (FIGUEIREDO, 2003, p. 46).

Como se pode observar, seguindo Figueiredo (2008), a PER oferece possibilidades para se experienciar outra lógica que potencialmente se aplica a Educação Ambiental. Com a Perspectiva Eco-Relacional podemos pensar numa Educação Ambiental Dialógica.

2.2 Educação Ambiental Dialógica: Uma Proposta Crítica E Contextualizadora

Para Figueiredo (2007), a Educação Ambiental Dialógica capacita os humanos, para a compreensão e resolução dos problemas ambientais e considera o movimento popular o locus fundamental dessa capacitação; supera os moldes cartesianos de pensar e fazer educação; está comprometida com a ética e com o acoplamento de saberes tecidos a partir das relações; na sua essência traz a educação popular e tem na afetividade seu ancoradouro essencial.

A Educação Ambiental Dialógica tem como princípio o diálogo democrático, a colaboração entre @s parceir@s, a valorização d@ outr@ como legítim@ outr@, a compreensão de mundo como uma teia de relações, a afetividade, o saber parceiro além de compreender a contextualização como ponto de partida para sua efetivação, na qual cultura e as identidades dos autores podem ser reelaboradas a partir do envolvimento dos sujeitos com a temática ao passo que suas práticas e saberes são valorizados e reconhecidos. A educação ambiental dialógica emerge da educação ambiental crítica que por sua vez incorpora as dimensões culturais e sócias políticas na tentativa de superar o paradigma ecocêntrico, o modelo de percepção, a leitura de mundo, as práticas e metodologias fundantes das Educações ambientais não críticas.

Segundo Oliveira (1997; FIGUEIREDO, 2003) os principais paradigmas civilizatórios, são: Cosmocêntrico, Teocêntrico, Antropocêntrico e os novos modelos Epistemológicos, no contexto em que a Educação Ambiental Dialógica se baliza.

Na Educação ambiental dialógica *o diálogo* é o mediador e articulador dos processos educativos, pois a palavra autêntica repleta de significado, de sentido contribui para a transformação dos homens e dos ambientes, ou seja, do mundo.

Valorizar *os saberes populares*, dialogando na busca de uma nova síntese cultural também é um dos princípios da educação ambiental dialógica, se apresenta como uma

categoria do cotidiano delineada por Freire como “Saber de Experiência feito”, acredito que a citação de Freire integra e sintetiza as duas categorias acima.

Para que o diálogo seja o selo do ato de um verdadeiro conhecimento é preciso que os sujeitos cognocentes tentem apreender a realidade, no sentido de descobrir a razão de ser da mesma, o que faz ser como estar sendo. (FREIRE, 1979, p. 55).

Ao referendar este estudo com a costura da Perspectiva Eco-Relacional e da Educação Ambiental Dialógica, tenho elementos para propor uma interlocução capaz de entender a importância de meios e procedimentos formadores sob uma lógica intercultural. Esta por sua vez traz aportes importantes para a Educação Ambiental Dialógica.

2.3 A Formação Intercultural E Sua Emergência Na Pesquisa Em Educação Ambiental

Segundo Vieira (2001), a formação intercultural pretende relacionar numa perspectiva cooperativa, diferentes culturas, mantendo e respeitando as identidades culturais. Não busca homogeneizar as culturas nem os sujeitos, mas o reconhecimento da diversidade dos mesmos. Compreende o conflito como presente nas relações e o reconhece como espaço de aprendizagem mútua, contudo exige uma revisão no método de formação para que os aspectos multiculturais da vida sejam contemplados, fazendo se necessária uma revisão contínua, com vista a superar as relações etnocêntricas presentes nos contextos macro e micro sociais. Concordo com a autora quando a mesma afirma que:

A opção pela intercultural é uma opção claramente política com vistas à cidadania, é impõe a solução de dois problemas: concretizar o postulado da igualdade das oportunidades exigido por uma sociedade democrática e criar mecanismos para lidar com a multiplicidade cultural. Faz-se necessário criar condições para garantir a igualdade dos direitos em todos os domínios da vida, e ao mesmo tempo, garantir o reconhecimento da especificidade de cada cultura, (2001, p. 121).

Para pensarmos em pesquisa no campo da Educação de Ambiental que opta pelo respeito às culturas específicas e esta comprometida com uma práxis ambiental é importante respeitarmos as especificidades da cultura do local e da cultura dos indivíduos (LAHIRE, 2006), que compõem, juntamente com os ambientes naturais, o meio ambiente em questão. Conhecer as realidades, respeitar o olhar e dialogar afetivamente com esses autores da História local, proporciona um desvelamento mais próximo da compreensão desses autores a cerca das demandas ambientais.

Na Educação ambiental dialógica, o diálogo e a cultura são os mediadores da possibilidade de uma organização entorno dessas demandas, que são apontadas pelos mesmos como essenciais ou como limites a serem transpostos pelo grupo, É essencial respeitar os saberes populares como saberes vividos, adquiridos através da experiência, e constituídos socialmente, potencializadores de um engajamento.

Atualmente os processos políticos referentes às questões ligadas ao Meio Ambiente, assim como a Educação Ambiental tendem a ser homogeneizadores, com tendências de implementação de cima para baixo de forma colonializante (LANDER, 2005; QUIJANO, 2005), isso se dá juntamente com os modelos de conservação e preservação que desvinculam e separam o humano da sua essência natural, além dos modelos de desenvolvimentos comprometidos com a lógica dominante, que são implantados em áreas, cidades e outros ambientes que relacionam comunidades nativas e ambientes naturais menos impactados, por sua vez objeto de desejo e alvo da especulação imobiliária entre outras transformações.

A formação intercultural no desenrolar de uma pesquisa em Educação ambiental, possibilita uma ampliação do modelo de atuação e reflexão do pesquisador, além de estabelecer caminhos relacionais para com os sujeitos do processo de pesquisa, segundo Walsh (2009) a interculturalidade esta comprometida com teoria e prática, com um projeto crescente, ou seja, um processo, pois significa contato e intercâmbio entre culturas em condições de igualdade, com respeito às diferenças buscando equidade.

Para esta autora, os processos interculturais não devem ser pensados simplesmente em termos étnicos e sim devem ser pensados em termos de relação, de comunicação e aprendizagem permanente entre pessoas, grupos, conhecimentos, valores, tradições, lógicas e racionalidades distintas, na busca de gerar, construir e proporcionar um respeito mútuo e um desenvolvimento pleno das capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais, tentando superar com a história hegemonia que criou uma cultura dominante e outras subordinadas.

Respeitar a cultura de cada sujeito, de cada grupo é essencial para pensarmos em uma nova relação do humano com o mundo e com seus iguais, dentro de espaços que, possibilitem a interação e a reinvenção de cada um a partir da relação entre os iguais que reconhecem a especificidade de cada um como complemento de si. Concordo com Fleuri quando o mesmo afirma que:

A compreensão do sentido da ação do outro é uma condição de nossa própria ação. A compreensão da lógica de significação, inerente aos padrões culturais de outros grupos, facilita a compreensão da lógica inerente aos nossos próprios sistemas de significação. (2001, p. 10)

Pude perceber que a pretensão intercultural abre um leque de olhares, ouvires, tateares, sentires. Assim, posso até falar de uma outra maneira de pesquisar que implica numa abordagem de caráter etnográfico, mas numa leitura etnográfica mais dialogal, numa etnografia intercultural.

2.4 Reflexões Sobre A Etnografia Intercultural

Nesta construção textual alinhavo algumas fundamentações epistemológicas da etnografia, tendo como base a contribuição de James Clifford e Nestor Garcia Canclini, dois teóricos que tratam dessa abordagem de pesquisa, a fim de fundamentar parte do recurso utilizado na coleta de dados.

Assim destaco que James Clifford (1998), no texto “A experiência Etnográfica”, traz o processo histórico da *autoridade etnográfica*, dividido em três períodos: o primeiro é o caracterizado pela *experiência e pela vivência* no qual a autoridade etnográfica era dada aos viajantes, missionários, comerciantes, que passavam anos nas comunidades, vilas, tribos e constituíam uma verdade sobre estas através de descrições culturais intensivas; o segundo, foi o da *interpretação integradora* onde o etnógrafo é formado tecnicamente como pesquisador e a pesquisa de campo se consolida como método, focada na interpretação, é desse ponto que a pesquisa etnográfica começa a se fazer através do diário de campo, notas de campo, com isto o pesquisador se habilita a identificar elementos chaves para a compreensão do todo, a interpretação é baseada na observação participante na descrição densa e o processo do campo é separado da construção textual; o terceiro momento é do *diálogo e da polifonia* em que o pesquisador procura a compreensão da complexidade do fenômeno reconhecendo multidimensionalidade que o constitui. Dialoga com os sujeitos, valorizando a leitura destes sobre o fenômeno, trazendo-os para a construção textual através da constante negociação, elabora uma visão compartilhada do estudado.

Com base neste momento, vou buscar a contribuição de Canclini (2005), em “Diferentes e desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade”, para compreender um pouco mais a etnografia. Canclini apresenta o relativismo epistemológico e o pensamento pós-moderno como alavancas de superação do paradigma totalizador do pensamento.

Através da problematização do conceito de cultura apresentado na perspectiva moderna e eurocêntrica, o mesmo apresenta a lacuna que este conceito homogeneizante trouxe para as organizações sociais e principalmente para aquelas que não se encaixavam

neste modelo hegemônico e como, a partir de um paradigma da complexidade, o conceito de cultura foi redimensionado atendendo a dimensão simbólica das organizações sociais. É assim um conjunto de elaboração, circulação e o consumo desses signos e significados societários.

O autor apresenta identidade como uma mutante derivada das relações culturais que se tecem e se esgarçam socialmente. É a partir desse movimento que a etnografia pós-moderna se configura para compreender as interligações dos fenômenos sociais a partir de um olhar intercultural não dicotomizador, capaz de enxergar as dimensões mais subjetivas que constituem os atores sociais, sob suas perspectivas, além de reconhecer o processo de elaboração dos significados, mergulhados numa realidade intercultural promovida pelo modelo globalizante de sociedade. O etnógrafo, antes descritor, pretende explicitar a compreensão polifônica desses parceiros acerca dos fenômenos descentralizando a compreensão do olhar etnográfico.

Assim numa tentativa de integrar ao que vem e ao que veio, ao meu perceber do campo da pesquisa, seja ela teórica ou empírica, sou motivada a reconhecer a pertinência de uma pesquisa engajada, ou seja, comprometida com o povo do lugar e com suas demandas, desejos e ideais.

2. 5 A Pesquisa Engajada

A pesquisa engajada surge como uma possibilidade de pesquisa no campo da educação, no caso deste trabalho, uma pesquisa em educação ambiental, que faz a opção pelos oprimidos e compreende o processo dialógico como ferramenta de enfrentamento e possibilidade de construção de caminhos possíveis.

Partindo do pressuposto que pesquisa não pode ser desvinculada da educação, nem da extensão, quando pensada numa lógica praxiológica, compreendemos que os saberes produzidos necessariamente têm que ser saberes significativos para todos aqueles que se envolvem no processo de construção do conhecimento almejado, para Figueiredo (2004) isso implica em relações afetivas, molhadas de confiança, fé, humildade e amor. Fundamentada na PER, a pesquisa engajada propõe relacionar as dimensões que envolvem a complexidade da vida e dos eventos que a compõem, a partir de um campo de forças proveniente da teoria holística com acréscimos históricos e políticos na busca da compreensão da esfera social, busca esta, inspirada na epistemologia Freiriana, considera uma visão de mundo não antropocêntrica, valoriza o outro como legítimo outro (MATURANA, 2005), a diversidade

como potencializadora de uma realidade idealizada, mas perfeitamente possível (FIGUEIREDO, 2003; 2005).

Para tanto cabe reconhecermos o paradigma que selecionamos para orientar o desenvolvimento do trabalho e sua intencionalidade. Propondo uma perspectiva dialógica, eco-relacional, pretendemos transcender um paradigma holístico ou apenas ecológico; incorporamos a conveniência de considerar a complexidade, a abrangência; o potencial quântico-relativístico do real; o fato de interagirmos enquanto teia de vida numa compreensão autopoietica. (2005, p. 02)

Definimos alguns princípios essenciais: Foco nas Relações; Visão de teia ou Matriz; Participação Sócio-política; Transdisciplinaridade; Utilização pedagógica da pesquisa dos Temas Geradores visando a resolução de problemas intrínsecos e contextualmente definidos (teias temáticas); Busca de uma compreensão Comum na proposição de Interfaces; Planejamento Comunitário Engajado; Superação do etnocentrismo com a valorização das culturas locais; Afetividade para com outro humano e não-humano; Pensamento Multidimensional; Respeito a diversidade biológica e cultural. (2005, p. 02)

E, com esta compreensão, toda e qualquer atividade que envolva docência implica necessariamente práxis, na necessidade fundamental de vincular ação e reflexão. Estes fatores podem nortear atitudes docentes e epistemológicas que se ligam ao reconhecimento da relevância das relações – diálogos significativos na produção de um saber parceiro. A dialógica estabelece pontes. Prioriza o ser de relação como substrato, o dito como ente vivo, repleto de significados compartilháveis. A ponte é construída com proposições estabelecidas em si e entre si com o tema e a vida vivida na compreensão mútua. (2005, p. 04).

Pensar em engajamento, em pesquisa engajada implica em rever a própria noção de experiência e daquilo que Paulo Freire intitula de saber de experiência feito. Para isto vamos caminhar ao longo de um trajeto que nos é oferecido por Benjamin, Larrosa e outros que dizem ser a experiência aquilo que é capaz de nos mover, de nos modificar.

2.6 Experiência Em Walter Benjamin

“nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara.”

(Jorge Larrosa)

Na pequena obra de três páginas intitulada justamente “experiência”, o primeiro autor analisado, Walter Benjamin, apresenta a experiência como sinônimo da máscara do adulto, na época o autor com vinte e um anos propunha radicalmente desmascarar os mais velhos, que achavam ter vivido e experimentado tudo. “Em nossa luta por responsabilidade, enfrentamos um mascarado, a máscara do adulto chama-se experiência (BENJAMIN, 1984, p. 23).

Nesse ensaio o autor aquele que se apóia no tédio e na monotonia da repetição das suas ações, negam a possibilidade de inovação, negam o novo e estampam isso no desmerecimento das novas propostas, para ele os que se negam experimentar vivenciar novas propostas estão agarrados aos seus valores materiais, vulgares e incultos não abrindo mão da conveniência e do conforto das cristalizações estabelecidas pelo egoísmo, pela falta de criatividade e imaginação artística e intelectual, para Benjamin a preocupação destes é apenas a reprodução da escravidão da vida e o fechamento das portas para o novo.

Na verdade o absurdo e a brutalidade da vida é a única coisa que experimentaram. Por acaso eles nos encorajaram alguma vez a realizar coisas grandiosas, novas, futuras? Oh, não! Pois isto se pode experimentar, tudo que tem sentido, que é verdadeiramente bom, belo esta fundamentado sobre si mesmo – o que a experiência tem a ver com isso tudo? E aqui esta o segredo: a experiência transformou-se no evangelho do filisteu porque ele jamais levanta os olhos para as coisas grandes e plenas de sentido, a experiência se torna para ele a mensagem da vulgaridade da vida, ele jamais compreendeu que existem outras coisas além da experiência, que existem valores aos quais nos servimos e que não se prestam a experiência. (BENJAMIN, 1984, p. 23-24)

O jovem seria aquele que busca outra experiência, jamais sendo privada de espírito: o jovem vivenciará o espírito e quanto mais difícil lhe seja conquistar algo grandioso mais facilmente encontrará o espírito em sua caminhada e em todos os homens, (BENJAMIN, 1984, p. 25), a experiência do adulto é calejada, exercitada automatizada, pouco ou nada reflexiva e nega a possibilidade de experimentação e síntese de todo aquele que busca uma nova possibilidade de ser e estar no mundo com mais criatividade, integralidade, sensibilidade e amorosidade.

No texto *Experiência e pobreza*, escrito por Benjamin em 1933, o autor inicia sua reflexão sobre experiência e a defasagem que esse conceito sofre na modernidade, narrando uma parábola sobre um velho que no leito de sua morte revela os filhos a existência de um tesouro nas suas terras, essas cobertas por uma plantação de uvas. O velho pretendia transmitir aos seus o que os mesmos constataram com o passar do tempo através da lição da experiência: a felicidade é fruto do trabalho e do tempo. Ao iniciar seu ensaio com essa parábola o autor nos leva a refletir sobre a autoridade dos velhos e a experiência conferida a eles, para o autor os provérbios, as histórias, as narrativas de viagem, teciam o tempo de ver, viver, contar, transmitir e ouvir histórias, constatando que essas práticas que estampam a experiência perderam seu valor ao longo do tempo. Constatando essa desvalorização da experiência o autor faz o seguinte questionamento:

O que foi feito de tudo isto? Quem encontra pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? Que moribundos dizem hoje palavras tão duráveis que podem ser transmitidas como um anel de geração em geração? Quem é ajudado hoje por um provérbio oportuno? Quem tentará, se quer lidar com a juventude invocando sua experiência? (BENJAMIN, 1986, p. 114).

Para o autor a experiência perdeu seu significado no mundo que foi transformado pela barbárie das guerras mundiais, onde o “minúsculo e frágil corpo humano” se depara com o poder das armas bélicas das guerras mecanizadas, com mutilações permanentes, com a destruição dos laços familiares, com a miséria, fome, doenças psíquicas e físicas e com a degradação ambiental, onde a racionalidade foi utilizada como instrumento para superar o antigo modelo de guerra. Benjamin analisa os horrores da primeira guerra e suas terríveis consequências como evidências do declínio da experiência.

Na época já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha, mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos [...]. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadoras que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. (BENJAMIN, 1986, p. 114-115).

Assim como as guerras, o exacerbado desenvolvimento tecnológico, característico da modernidade, tem causado um novo tipo de miséria, traduzido na infinidade de idéias, na falta de significação das mesmas e na abstração dos conceitos, para o autor, “Uma angustiante riqueza de ideias que se difundiu sobre as pessoas”.

Outro fato importante na obra citada como referência é a desvinculação que ocorre entre patrimônio cultural e experiência. A experiência é o elo que nos vincula ao passado e a tudo que pertence a ele enquanto patrimônio sócio-histórico cultural, na modernidade esse vínculo foi esfacelado e segundo Walter Benjamin é necessário assumirmos que essa pobreza ou esse novo tipo de miséria, não é individual e sim um arquétipo coletivo.

A pobreza da experiência é uma consequência ou uma característica da modernidade, junto com a decadência da arte de narrar e de compartilhar experiências, para enfrentar esse impasse, Benjamin propõe o que seria um conceito novo e positivo para aqueles moldes, para aquela época, o conceito de barbárie.

Barbárie? Sim. Respondemos afirmativamente para introduzir um novo e positivo conceito de barbárie. Pois o que resulta para o bárbaro dessa pobreza de experiência? Ela o impele a partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar para a esquerda nem para a direita. (BENJAMIN, 1986, p. 116)

2.7 Raízes Da Pobreza Da Experiência

Neste trecho pretende-se explorar, no sentido positivo, o pensamento de Jorge Larrosa sobre as causas do declínio da experiência, na pretensão de enriquecer a possibilidade de articulação entre a categoria e o evento analisado, compreendendo a necessidade de complementaridade do pensamento de Walter Benjamin para um melhor entendimento da complexidade da experiência dos marcadores do discurso do Lugar da Sabiaguaba.

Para Larrosa (2002), experiência é o que nos passa, o que nos toca. Passamos por situações que definitivamente não nos sensibilizam, ou apenas produzem algo pontual, que não nos influencia ou causa pouca mudança no nosso modo de compreender, ser e estar no mundo.

O autor cita a informação como a primeira causa do que Benjamin (1933) define como pobreza da experiência, afirmando que atualmente vivemos quase uma antiexperiência dada à ênfase na informação. “... experiência não é informação. A informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência (BONDIA, 2002, p. 21).” Uma das conseqüências desta primeira causa seria a coisificação do sentido real dos que vivemos, ou a não vivência dos eventos sociais na sua integralidade, pela negação das nossas limitações e pela tentativa desesperada de dar conta das informações que nos bombardeiam todo o tempo, o tempo todo.

A segunda causa do declínio da experiência nos nossos dias, segundo Larrosa, tem raiz no excesso de opiniões que possuímos, a partir da emissividade das informações, que tentamos acomodar como conhecimento, criou assim uma obsessão pela opinião, esvaziando possibilidades reais de experiências autênticas.

O tempo, ou melhor, a falta dele seria a terceira causa da pobreza da experiência, para Larrosa (2002), o que acontece, o que se passa chegam a nós de forma espetacular, chocante na forma de vivência instantânea onde cada vez mais as conexões com o mundo real fragmenta-se, não dando tempo fazermos a antropofagia necessária para saltarmos ou mesmo construirmos pontes que nos levem a construir outras possibilidades. Somos obsessivos pelo novo, substituímos coisas, pessoas, sensações com muita velocidade, os vínculos e o afeto estão cada vez mais raros, nossa temporalidade esta as aversas, contudo não ousamos discutir essas questões, que a primeira vista nos parece perca de tempo, por isso nos fechamos em nossas caixas de egoísmo e nos recusamos ser tocados pelas coisas simples que tecem a beleza da vida. A novidade, a excitação pelo domínio do agora, a coisificação dos sentimentos

e da natureza, a expressão “Tempo é dinheiro” são alguns reflexos desse tempo urgente que a modernidade tratou de nos empurrar, sem nos dar direito a outra opção. “Ao sujeito do estímulo, da vivência pontual, tudo o atravessa, tudo o exita, tudo o agita, tudo o choca, mais nada lhe acontece (BONDIA, 2002, p. 23)”.

O autor nos chama atenção para o excesso de trabalho e a relação direta dessa categoria social com o declínio da experiência, enfatizando a incompatibilidade do trabalho e da experiência, que segundo ele são inimigos mortais.

2.8 O Pobre De Experiência X O (A) autor(a) Da Experiência

O humano na modernidade exauriu a sua capacidade de produzir cultura, lançou mão da informação, opina sobre quase tudo, inverteu suas prioridades, prostituiu o tempo e a natureza, distanciou-se das coisas simples da vida criou necessidades urgentes que justificam a sua loucura por consumo e as suas relações supérfluas, se tornou neurótico por controle e pelo acúmulo, negando assim a imprevisibilidade natural do universo.

Na era moderna, a tradição passa a ser sistematicamente rejeitada pela obsessiva busca da novidade, que deve ser entendida simplesmente como tudo aquilo que até então não fora visto, vivenciado ou criado por ninguém.

A criação se efetiva como uma forma de busca do novo e da substituição do existente por algo feito pelo homem e que não pode ser encontrado na natureza. Conservar, manter, garantir a durabilidade e evitar a obsolescência ou a depreciação de um bem eram formas que a humanidade encontrara para lidar com a escassez. Na era moderna, ao contrário, a destruição se tornou uma das principais alavancas da produção e a depreciação planejada dos bens e criações humanas passou a alimentar uma economia baseada no desperdício que propicia a nova produção, o consumo deixa de ser um meio para a satisfação das necessidades humanas para se tornar um meio de incrementar a produtividade.

Para criar o novo e produzir ininterruptamente o indivíduo desenvolve um verdadeiro culto à atividade produtiva, invertendo a tradicional ordem hierárquica que colocava a ‘*vitacontemplativa*’ em primeiro plano em relação à ‘*vitaactiva*’, como nos recorda Hannah Arendt em “A condição Humana” (ARENDR, 1999, p. 302). Como escreveu esta autora “a produtividade e a criatividade, que iriam se tornar os mais altos ideais e até mesmo ídolos da era moderna, em seus estágios iniciais são qualidades inerentes ao *Homo Faber*, ao homem como construtor e fabricante” (ARENDR, 1999, p. 309).

O indivíduo moderno buscará os meios materiais reclamados por sua engenhosidade na própria natureza, que passa a ser instrumentalizada como um mero recurso a disposição de si, alçado à posição soberana de “medida de todas as coisas”.

As máquinas-ferramentas que elevaram à máxima potência a capacidade do humano se apropriar da natureza ganham um local de destaque no altar da modernidade.

O julgamento que o indivíduo moderno passou a realizar tanto sobre o mundo natural quanto sobre o mundo humano, passou a estar orientado pelo princípio da utilidade para os fins da produtividade e da criatividade. Assim, segundo Henri Bergson, nasceu “o desprezo por qualquer pensamento que não possa ser considerado como ‘primeiro passo’ para a fabricação de objetos artificiais, principalmente de objetos para fabricar outros instrumentos e permitir a infinita variedade de sua fabricação”. (Citado por ARENDT, 1999, p. 313).

Este culto à produtividade e à criatividade só poderá ser mantido se ao menos alguns indivíduos resistirem ao “canto das sereias” da satisfação imediata através do consumo, para com isso conseguir acumular a propriedade dos meios de produção, enquanto a maioria se entregará ao consumo como consolação pela sua impossibilidade de acumular propriedades, mas não sem uma competição acirrada para a definição daqueles que serão os proprietários.

Para realizar suas inclinações, esse indivíduo desenvolve uma concepção instrumental de razão, fundamentada no princípio da causalidade, na dimensão contábil e quantitativa, e na utilidade econômica das coisas, incluídos entre estas os demais seres humanos.

“Nós somos sujeitos ultra- informados, transbordantes de opinião e superestimulados, mas também somos sujeitos cheios de vontade e imperativos. E por isso estamos sempre querendo o que não é, porque estamos sempre em atividade, por que estamos sempre mobilizados e não podemos parar, E por que não podemos parar nada nos acontece (BONDIA, 2002, p. 24). Para que sejamos tocados e passemos a ser sujeito de experiência é necessário uma mudança do nosso modo de ver, de ser e esta no mundo, uma “interrupção” segundo o autor:

[...] requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a ação e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço “[...] O sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície de sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa Alguns vestígios, alguns efeitos [...]”, “[...] .O sujeito da experiência é um ponto de chegada, um lugar a que chegam as coisas, como um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar [...]”, “[...] Não se pode captar a experiência a partir da lógica da ação, de uma reflexão do sujeito sobre si

mesmo enquanto sujeito agente, mas a partir de uma lógica da paixão, uma reflexão do sujeito sobre se mesmo enquanto sujeito passional [...]. (BONDIA, 2002, p. 24)

2.9 O Saber Da Experiência

Para Larrosa (2002), o saber de experiência se na relação entre vida humana e conhecimento. É distinto do saber científico e do saber da informação, o autor chama a atenção para a necessidade de re-significar vida e conhecimento sobre a ótica da experiência.

[...] o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do não sentido do que nos acontece, do que nos passa, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana em particular, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente o sentido ou o não sentido de sua própria existência [...]. (BONDIA, 2002, p. 27)

Esse saber que é fruto da experiência não exclui a possibilidade de executarmos tarefas técnicas, nem impede que sejamos indivíduos de ação, na verdade o saber de experiência possibilita a compreensão do processo da ação, pois esta intimamente ligado à reflexão sobre a ação, possibilitando uma epistemologia e uma ética da ação. Ele se dá na relação entre conhecimento e vida humana.

[...] durante séculos, o saber humano havia sido entendido com um pátheimáthos, como uma aprendizagem no e pelo padecer, no e pelo aquilo que nos acontece. Este é o saber de experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que lhe vai acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece [...]. (BONDIA, 2002, p.27)

O saber da experiência é um saber particular subjetivo, relativo, contingente e pessoal, este intimamente ligado à percepção e os valores que adquirimos ao longo da nossa existência, é individual impossível de ser reproduzido, contudo pode servir de exemplo para outro indivíduo, desde que esses sejam tocados que esteja disposto e queira expor-se, na busca de uma nova síntese, este saber não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna, não é como o conhecimento científico, adquire sentido ao passo que configura e re-configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade, uma criatividade, por assim dizer possibilita uma nova forma de ser, estar e agir no mundo tem ética e estética.

Acredito que é com base na experiência, que nos enriquecemos e somos movidos ao nosso lugar. Não apenas a um espaço perdido no tempo, mas a um ambiente que nos oferece deleite e significado afetivo.

2.10. O Lugar

O lugar tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores. O lugar, na linguagem coloquial, tem dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui "espírito", "personalidade", existe um "sentido do lugar" (TUAN, 1979). Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação como ambiente.

Yi- Fu Tuan, com toda certeza, foi dos principais responsáveis pela valorização da categoria "lugar" mais evidenciada na geografia cultural. Em (TUAN, 1975), caracterizava o lugar a partir da experiência. O lugar era avaliado como lar, em suas diversas escalas: o próprio lar, a vizinhança, a cidade, a região (a qual atribuía características semelhantes à da vizinhança), e ao estado-nação. Discutia também o papel da arte, da educação e da política na formação da experiência que toma os lugares visíveis. *Space and Place: the perspective of experience* (TUAN, 1983) é a consolidação destas investigações.

A questão central do livro é: o que são o espaço e o lugar em termos de experiência humana?

Este livro agrupa temas que o autor pesquisava há anos: o corpo e os valores espaciais; a sensação de apinhamento (experiência grupal do espaço, onde é vivida a experiência do outro), como expressão da relação intersubjetiva; a variabilidade das habilidades espaciais em função da experiência; o espaço mítico extrapolando a visão pessoal do mundo; a inter-relação entre tempo e lugar; o espaço arquitetônico como síntese da criação do espaço humanizado.

O lugar, na linguagem coloquial, tem dois significados: posição na sociedade e localização espacial. Mas, além destes, tem outro mais profundo: ele possui "espírito", "personalidade", existe um "sentido do lugar" (TUAN, 1979, p. 409). Este sentido do lugar remete-se à apreciação visual ou estética, e também pela audição, olfato, paladar e tato, que exigem um contato próximo e uma longa associação com o ambiente.

O homem segundo o autor é orientado e estruturado a partir do corpo humano, estas relações primitivas têm o corpo como um sistema de funções que podem servir de instrumento para a escolha consciente e no direcionamento das intenções para um determinado campo (TUAN, 1979).

Como Tuan (op. Cit.) explica, além dessa experiência primitiva do espaço ligada ao ego, existe a experiência pessoal de espaço:

A estrutura e o tom sentimental do espaço estão unidos ao equipamento perceptivo, à experiência, ao temperamento e propósito do indivíduo humano. Nós adquirimos conhecimento do mundo através das possibilidades e limitações dos nossos sentidos. O espaço que nós podemos perceber estende-se na frente e ao redor de nós, e é divisível em regiões de qualidades diversas. Removendo o mais distante e cobrindo a mais vasta área está o espaço visual. Ele é dominado pelo horizonte amplo e por objetos pequenos e indistintos. Esta região puramente visual parece estática ainda que as coisas se movam em seu interior [...]. (TUAN, 1979, p. 398)

Ao caracterizar a estrutura do espaço, eu introduzo os termos passado, presente e futuro. A análise da experiência espacial parece requerer o uso de categorias temporais. Isso porque nossa consciência das relações espaciais dos objetos nãojamais limitada As percepções dos objetos em si: a consciência do presente está, em si, imbuída das experiências passadas em movimento e tempo, com memórias de gastos passados de energia, ela é movida em direção ao futuro pelas demandas de ação dos objetos perceptivos. (TUAN, 1979, p. 400)

Tuan (1983) distinguiria a cena ou paisagem do lugar como uma cena que pode ser um lugar, mas a cena em si não é um lugar. Falta-lhe estabilidade: é da natureza de uma cena a propriedade de se alterar a partir de cada mudança de perspectiva. Uma cena é definida por sua perspectiva, enquanto que isso não é verdadeiro para o lugar: é da natureza do lugar que ele apareça como possuindo uma existência estável independente do indivíduo.

Tuan (Op. Cit.) acrescenta que os lugares, assim como os objetos, são núcleos de valor, e só podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações íntimas, próprias do residente, e relações externas, próprias do turista. O lugar torna-se realidade, portanto, a partir da nossa familiaridade com o espaço, não necessitando, entretanto, de ser definido através de uma imagem precisa, limitada. Lugar se distingue de espaço, neste entendimento. Este "transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor" (TUAN, 1983, p.6).

O lugaré principalmente um produto da experiência humana:

Lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança. Ou ainda, lugar é um centro de significados construído pela experiência. (TUAN, 1983, p. 12)

Trata-se na realidade de referenciais afetivos que aprimoramos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações

emotivas principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (Tuan, 1975). “Lugar seria a soma das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”.

Assim, o lugar permite que tenhamos raízes identitárias promotoras de ser-mais, como nos diz Paulo Freire. E com este enraizamento o saber acontece aqui e agora. É este saber de experiência feito que oferece os fundamentos de uma lógica intercultural e dialógica.

2.11 Saberes A Partir Do Lugar

Atualmente existe uma tendência nas mais variadas esferas de produção de saberes sobre a categoria lugar, segundo Escobar (2005), a modernidade promoveu um esvaziamento do sentido e da importância do lugar nas nossas vidas, provocando um “desenraizamento” para autor é extremamente relevante regressarmos ao lugar e valorizarmos o sentimento de pertencimento que carregamos como marcas no corpo e que muitas vezes não queremos admitir.

Para o autor, as teorias atuais baseadas na globalização, minimizam a real importância dessa categoria para a elaboração de saberes significativos, numa outra lógica, essa alternativa, que supere a hegemonia de controle da subjetividade e intersubjetividade no modo de produzir conhecimento, característico do pano de fundo do atual modelo econômico. O domínio do espaço, a homogeneização da cultura, e o capital são na verdade os componentes desse pano de fundo, chamado modernidade. “[...] uma reafirmação do lugar deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar” (ESCOBAR, 2005, p. 136).

Compreender a relação entre lugar e cultura seria uma saída para essa possibilidade alternativa de produzir saberes, sabendo que esses são vividos e produzidos na dimensão cultural, o desaparecimento do lugar na modernidade está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza (ESCOBAR, 2005).

Produzir novos saberes e re- elaborar práticas a partir de reflexões sobre o lugar para superar a dicotomização das relações entre os homens, suas culturas e a natureza, aponta para uma compreensão da relação natureza e cultura dos grupos que historicamente foram subalternizados pela a homogeneização do modelo de civilização ocidental, compreender como esses grupos interpretam, classificam e organizam o mundo, pode ser uma alternativa possível para o enfrentamento da falta de sentido e desvinculação da vida na produção dos

conhecimentos que se baseiam na instrumentalização da razão e na fragmentação e classificação e hierarquização dos saberes.

Walsh (2009), afirma que existe uma ordem do conhecimento, que está relacionada diretamente com a construção e a organização do sistema- mundo moderno e capitalista e que esses possuem cores e valores e dependendo da sua origem, maior ou menor importância conforme os estudos da colonialidade do saber (LANDER, 2005).

Dessa maneira, chegamos a este ponto da jornada. Nela, os marcos se tornam mais visíveis e posso vislumbrar outros horizontes. Já percebo que é possível encontrar respostas ao meu conjunto de questões. Para tanto sei que preciso ir além de onde estou. Assim me dirijo as minhas alternativas metodológicas.

Capítulo III

CAMINHO METODOLÓGICO – UM CAMINHAR NA PONTE PARA SABIAGUABA

3.1 Da Natureza E Do Compromisso Com Os Procedimentos Metodológicos

Este fragmento textual reuniu meus esforços no que diz respeito ao balizamento metodológico, o caminho traçado no campo durante a coleta de dados e as devidas análises para a construção do relatório de pesquisa dissertativa, esta de natureza eminentemente qualitativa de caráter etnográfico com objetivo exploratório, fundamentada no paradigma Eco Relacional e comprometida com o engajamento progressivo da pesquisadora e dos interlocutores do trabalho, tracejando assim, uma Educação Ambiental Popular necessariamente dialógica e por isso intercultural.

A opção por essa natureza de pesquisa surge da necessidade de compreender a complexidade que envolve as questões motivadoras e o campo de pesquisa, ou seja, a transformação a partir dessa interação, da imprevisibilidade dos eventos sociais, do reconhecimento da impossibilidade de dar conta do todo que compõe o evento social e a necessidade de lançar mão da complementaridade epistemo-metodológica para aproximar-me do “modelo de percepção”, ou seja, da “leitura de mundo” (FREIRE, 1989), dos indivíduos que marcam o discurso do lugar investigado, no que diz respeito à relação desses com os ambientes naturais do lugar, e a compreensão dos mesmos sobre as demandas ambientais da

Sabiaguaba a partir da experiência de cada um com seus pares e com os ambientes naturais da Sabiaguaba, respeitando a lugaridade uno de cada parceiro epistêmico. Contemplando assim a compreensão que o humano não é passivo e que o mesmo interpreta o mundo no qual está inserido e modifica-o e é modificado continuamente, fazendo dialeticamente um exercício de interação e interpretação no e com o mundo construindo sentido e significados, Lüdke & André (1986); Geertz (1989); Biklen & Bogdan (1994); Canclini (2005); Figueiredo (2006).

A pesquisa qualitativa de caráter etnográfico intercultural proposta, permitiu a combinação de vários métodos de coleta de dados, contemplando assim, os vários momentos da pesquisa e as situações relacionais diversas que envolveram a minha inserção no campo e minhas questões em trânsito, os parceiros epistêmicos, o lugar da pesquisa e o processo dialógico que se estabeleceu na busca de construir uma teia de significados que, desvelasse a

complexidade do evento estudado, possibilitando assim, a interpretação dos dados, a sistematização dos saberes produzidos e a elaboração do relatório dissertativo, para tanto reconheço as potencialidades e limitações das técnicas utilizadas nas pesquisas qualitativas e optei por montar um mosaico interpretativo e dialogal a partir de algumas dessas técnicas: a observação participante com produção de notas de campo e levantamento documental; os diálogos informais, elaboração de desenho; entrevistas semi estruturadas; levantamentos fotográficos, história oral e produção de vídeos artesanais, respeitando assim a necessidade de complementaridade dos dados, a fim de contemplar as múltiplas experiências e perspectivas dos envolvidos no evento social.

3.2 Coleta e Interpretação Dos Dados

De início, a entrada no campo foi marcada pela minha tentativa de identificar os Marcadores do Discurso do Lugar da Sabiaguaba, pela busca de estabelecer uma relação empática com o campo e a partir daí adensar minhas questões iniciais até a saturação dos dados, além de definir um plano piloto para coletar os dados.

Para mapear esses marcadores em primeiro plano, fez-se necessário caminhar pela comunidade, interagir com as pessoas daquele lugar, observar suas rotinas e estabelecer diálogos informais, que de início contribuíram para uma “varredura geral do campo de pesquisa” (FIGUEIREDO, 2005). Esse momento de ancoragem e descoberta do campo de pesquisa foi complementado por visitas realizadas em alguns espaços de convivência da comunidade da Sabiaguaba, onde se realizou observações intensivas que originaram notas de campo e fotografias que contemplaram a descrição física desses ambientes Sabiaguenses.

O projeto piloto da coleta de dados foi realizado em oito visitas entre os meses de outubro e novembro de 2008 à comunidade da Sabiaguaba, sendo quatro visitas que privilegiaram as casas organizadas em espaços familiares grupais, e quatro aos espaços de convivência, sendo esses: a Sede da ABRASCA (casa do Zé Albano); A Associação Beneficente da Lagoa Redonda (seu Moacir); Museu Natural do Mangue; Escola Municipal Eduardo Moreira Campos (Horta comunitária).

Os diálogos informais estabelecidos foram alinhavados pelo mote da criação das unidades de conservação da Sabiaguaba, a construção da ponte e as lutas da comunidade pelas necessidades essenciais, na busca de identificar os interlocutores necessários para a tessitura do Saber Parceiro (FIGUEIREDO, 2008), proposto pela pesquisa, além de contribuir para a formatação do caminho epistemo-metodológico.

Passado esse momento “Primitivo” da coleta de dados, definiu-se um esqueleto de ideias, que alimentado pelo momento anterior, complexificou as questões de pesquisa iniciais no tocante: lutas da Sabiaguaba; Autores sociais que contribuem ou contribuíram para essas lutas; relação desses autores com os ambientes naturais do lugar; demandas ambientais da comunidade formataram-se assim, um roteiro de entrevista semiestruturado, que foi aplicado junto a moradores do Bairro da Sabiaguaba que se residiam nos arredores das unidades de conservação e desenvolviam atividades econômicas no local, totalizando vinte e seis entrevistas, que foram realizadas entre os meses de março e maio de 2009, solicitou-se autorização para gravar as entrevistas.

Essa entrada no campo, e a coleta de dados produzida nesse momento, resultaram em um relatório etnográfico, apresentado no décimo nono Encontro de Pesquisadores em Educação do Norte e Nordeste, realizado em julho de 2009 em na capital da Paraíba, intitulado “Etnografia Intercultural: no traço da Educação Ambiental dialógica”, além de compor o Projeto que referendou essa pesquisa no tocante Antecipação Metodológica, submetido à Banca Examinadora no mês anterior.

Foram mapeados vinte e sete Marcadores do lugar na Sabiaguaba, a partir da aplicação dessas entrevistas semi estruturadas, sistematizados a partir da geografia do lugar: **Indaiá-** Zé albano, Dona Mocinha, Professora Magda, Seu Moacir, Danilo Tavares, La Bené, Dona Helena e Rose (agente de saúde); **RuaJassanan-** Beto (da dona Alice), Gaudêncio, Humberto e Karine; **Parque municipal das dunas-** Luiza, Sérgio Satanás, Ulisses, Célio e da Paz; **APP-Rocimar,** Humberto, seu Tartaruga, Mamão, Rusty, Lucca, Lica, dona Alice e dona Jocélia, identificou-se ainda linhas imaginárias que dividiam a Sabiaguaba em territórios específicos, com características impares, levando a coleta de dados para um outro momento, um desenho de formato coletivo, onde a observação participante registradas em de notas de campo, a análise documental e o registro fotográfico foram os recursos utilizados.

Foram realizadas observações participantes (BRANDÃO, 1981; GEERTZ, 1989) em eventos da comunidade e na comunidade, relacionados com as demandas que emergiram do cotidiano e da extrema relação da vida dos mesmos com os ambientes naturais do lugar e dos problemas oriundos das transformações antrópicas, e (na comunidade) como “preparação para o plano de manejo”, segundo a SEMAM, estreitando assim o meu olhar sobre as demandas ambientais da Sabiaguaba, a marcação do sentido dialógico da minha pretensa construção e a compreensão das limitações do trabalho de pesquisa, no que se referia aos Marcadores do

discurso do Lugar. Essas reuniões, que serviram de *locus*, foram realizadas no segundo semestre de 2009, seguindo a ordem de datas, local, autores envolvidos e temáticas centrais:

14 de Set/ Reunião da SEMAM com barraqueiros e moradores da boca da barra (Foz do Cocó);

15 de out/ Reunião da SEMAM sobre o termo de ajuste de conduta e plano de manejo da APA e Parque Municipal das Dunas da Sabiaguaba;

10 de nov/ Reunião de moradores na pousada Sabiabar (Lindomar) sobre a demanda do acesso e obras do DENIT (ponte) e pretensa articulação de medidas paliativas a cerca do problema;

14 de nov/ Reunião de moradores na pousada dos Mareiros (casa do Luís) para a organização do pagode no dia 05-12-2009(encaminhamento da reunião anterior por sugestão de alguns e o acolhimento de quase todos);

25 de nov/ Audiência pública na Câmara dos Vereadores do município de Fortaleza sobre a construção da ponte na Sabiaguaba e os impactos ambientais causados pela mesma;

02 de dez/ Reunião da comunidade com membros da SEMAM na Escola Municipal Eduardo Moreira Campos sobre o Plano de manejo e principais demandas da Sabiaguaba;

05 de dez/ Pagode Salve Sabiaguaba Linda (Pousada Mareiros);

09 de dez/ Reunião na Escola Eduardo Moreira Campos com a SEMAM, Regional VI e Comando Geral da Polícia Ambiental do Estado do Ceará.

Ainda no segundo semestre de 2009, realizei duas visitas à Secretária de Meio Ambiente e controle Urbano do Município de Fortaleza, no Centro de políticas ambientais, para levantar documentos referentes às políticas públicas do município para as unidades de conservação e aproximar-me da compreensão do papel do poder público para com esses espaços e a população que compõem a cena do lugar.

Transpondo o conceito utilizado por Clifford (1998), lancei mão da autoridade etnográfica e enxuguei os parceiros epistêmicos da pesquisa a fim de respeitar minhas limitações de tempo e de percepção, aproximando o processo dialógico e polifônico do trabalho a seis marcadores, que se destacaram durante as reuniões de 2009, esse critério foi fortalecido com pelo momento histórico vivido por esses autores sociais, que por morarem na

área mais conflituosa das unidades de conservação, envolveram-se de maneira visceral nas discussões, propuseram encaminhamentos, e em alguns momentos encabeçaram articulações, que envolveram outros moradores entorno das suas demandas, para a sistematização desses critérios, foi importante observar a dimensão afetiva para com o Lugar e a experiência marcada nas falas, nas faces e nos corpos daqueles que se tornaram parte desse trabalho, por serem parte da Sabiaguaba, além do papel de mediação que os mesmos exerceram junto ao poder público e a comunidade.

Definidos os Marcadores, busquei complementar minhas percepções iniciais no que dizia respeito às demandas ambientais da comunidade, utilizando a produção de desenhos e a socialização dos mesmos através da composição de um círculo de cultura (FREIRE, 1982) promovido num momento forjado, numa dinamização, que antecedeu uma reunião da AMAS (associação dos moradores e amigos da Sabiaguaba), e investigar como esses percebiam e se relacionavam com os ambientes naturais da Sabiaguaba, mais especificamente, as áreas de conservação e preservação da Sabiaguaba.

Para isso utilizei o recurso da história oral, filmando os depoimentos, produzindo assim, vídeos artesanais, devidamente autorizados pelos marcadores, para a composição do meu mosaico interpretativo, totalizando vinte horas de filmagens. Segundo Thompson a história oral é:

[...] **uma história construída em torno de pessoas.** Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimulam professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história. (1992, p. 44).

Por meio do casamento entre história oral e vídeo artesanal, potencializou-se a compreensão da interdependência entre os Marcadores sociais e a Sabiaguaba. A experiência marcada nas narrativas dos mesmos aproximou-me da multidimensionalidade do lugar, colando assim os retalhos do mosaico de dados, que faltavam para complementar, o cenário complexo do lugar.

Os diálogos informais, as entrevistas, as histórias orais, as notas de campo, os levantamentos documentais, as imagens fotografadas e filmadas constituíram o mosaico de dados que possibilitaram minha aproximação do que seria a complexidade real das relações estabelecidas entre o humano, a natureza e a cultura no campo de pesquisa.

Todos os recursos utilizados na coleta de dados tiveram foro eminentemente qualitativo, tracejando assim uma sistematização que se complexificou ao longo da caminhada, que encontrou sentidos e significados entrelaçados ao longo do trabalho, ora curiosos, ora simpáticos e muitas vezes desestimuladores, sendo dialógica, envolvendo pesquisadora e autores sociais do lugar tecendo uma parceria epistêmica necessariamente intercultural entre os autores sociais envolvidos.

A análise dos dados aconteceu à luz de um processo analítico, compondo momentos diferentes, porém interligadas pela essência interpretativa.

Dar significado aos primeiros dados que surgiram no campo, ordenar os mesmos segundo meu interesse e a partir daí estruturar o meu percurso no campo foi parte do estudo dos dados, respeitando a importância da integralidade do processo que caracterizava a natureza e o compromisso da pesquisa, (BILLEN & BOGDAN, 1994; FIGUEIREDO, 2004).

Da perspectiva do olhar amplo, ao afunilamento dos dados, delimitou-se um caminho de acoplamento das estruturas de significação a partir das opções teórico-metodológicas da pesquisa.

Analisar, separar de forma categórica respeitando os dados na integralidade, não é uma tarefa das mais fáceis, principalmente quando o trabalho final é um relatório científico, como fazer o acabamento do mosaico, sem quebrar os pedaços da cerâmica em pedaços menores e ao mesmo tempo preencher as cisões que nunca serão preenchidas no que diz respeito à compreensão do real?

Dispor os dados de forma inteligível, respeitando os objetivos e apresentando o caminho percorrido e respeitar as múltiplas dimensões que relacionam tudo que envolveu o percurso foi de suma importância para produzir a análise interpretativa proposta na pesquisa exploratória de cunho engajado.

3.3 Fios Narrados: Fragmentos dos Caminhos E Descaminhos Da Dimensão Histórica Da Sabiaguaba...

Longe de dar conta da História da Sabiaguaba, ou apresentar uma versão tradicional dos fatos vividos, os esforços aqui presentes trazem à tona informações contidas nos

depoimentos dos interlocutores da pesquisa, possibilitando um exercício de reconstruir o passado a partir dos vários olhares, das várias memórias, ambos marcados por uma experiência que tem a ver com a vida vivida no lugar, por aqueles que ao formar uma teia de significados, contribuíram para juntar pedaços do mosaico de uma história que pode ser contada de várias formas, respeitando a busca pela identidade, pela evolução, pelo sentido daqueles que historicamente foram silenciados, aqueles que não concebem uma versão linear dos fatos históricos que retratam o interesse dos privilegiados, que não se encaixam nas metanarrativas e grafias das elites que os oprimiram silenciosamente ao longo dos tempos, onde os padrões colonializantes (FIGUEIREDO, 2009), diluídos na história oficial, impuseram a esses um modelo homogeneizado que buscava dominar suas culturas e sua interdependência com o mundo natural, enquadrando suas especificidades como condição subalterna ou menos elaborada.

Tornar a exposição dialógica propõe uma articulação entre as várias versões que relacionam a ocupação do lugar, o fazer local e os documentos encontrados no decorrer da pesquisa, esses transversais e complementares, desde a intenção do trabalho até a análise dos dados.

Intercambiar experiências (BENJANIN, 1996), possibilitou a ampliação do entendimento do interlocutor, do parceiro, e da pesquisadora sobre a importância do ato de narrar as experiências dos antepassados, narrar os tempos remotos, relacionar as culturas produzidas antes com as atuais além de refletir sobre o passado como mote de comparação das atuais mudanças de ordem antrópica, sofridas na comunidade, na localidade, na região, enfim, um saber parceiro que se alarga, na busca pela compreensão das múltiplas dimensões da Sabiaguaba, traduzida no fazer do lugar.

3.4 Os Primeiros E Os Ambientes Naturais: Uma Interdependência Cultural...

As relações de interdependência entre humano, natureza e cultura, sem as fragmentações da civilização moderna (LANDER, 2005), fazem parte da história da Sabiaguaba autóctone e dos tempos remotos que marcam a sobrevivência ligada aos ambientes naturais, estampando uma característica marcante da população do lugar nos dias atuais. Podemos localizar a Sabiaguaba no oeste do município de Fortaleza, entre os Rios Cocó e o Pacoti. O mar, o manguezal, os campos dunares, as lagoas sazonais garantem um ecossistema rico em possibilidades extrativistas para a população que ali se encontra, além de

ter garantido a sobrevivência e os processos interculturais das populações em tempos passados, que povoaram a região.

No ano de 2003, foram realizadas atividades de pesquisas arqueológicas na região da Sabiaguaba, possíveis, após a intervenção antrópica causada pelo projeto de construção da Ponte sobre o Rio Cocó, empreendimento esse na época promovido pela prefeitura Municipal de Fortaleza no final da década de noventa.

Segundo os pesquisadores responsáveis pelos achados e registros dos mesmos (MARTIN; VIANA; SILVA; OLIVEIRA; MEDEIROS, 2003) os materiais coletados foram encontrados em corredores aeólicos, que em determinados períodos do ano se tornavam espaços de armazenamento de água. Esses corredores possuíam características típicas do litoral do Ceará. Atualmente coberto por campos dunares ou localizado entre dunas móveis e semifixas, fazem parte das formações geomorfológicas que compõem a cena do lugar.

O Núcleo de Estudos de Etnologia e Arqueologia da Universidade federal do Ceará (NEEA- UECE) afirmam que, ocupações pré-históricas no litoral do Ceará, podem ser detectadas em toda faixa litorânea, nos aproximados 600 quilômetros que se interligam com os estados do Rio Grande do Norte e Piauí.

Os achados arqueológicos na Sabiaguaba foram caracterizados com materiais diversos e pertencentes a períodos distintos, mostrando que por ali ninguém fincou raiz nem buscou domesticar a natureza, para fins de controle e acúmulo, pelo contrário, quanto à utilidade, foram caracterizados como instrumentos que garantiam a sobrevivência numa temporalidade relacionada com o movimento dos ventos e os períodos de maiores densidades pluviométricas, caracterizando a região como um território de passagem, tiveram ainda, segundo os arqueólogos, semelhanças com outros achados arqueológicos na faixa litorânea do Ceará, especificamente no Trairi, semelhanças essas atribuídas a artefatos utilizados por grupos do tronco lingüístico *Tupi*, que habitavam a zona costeira do nordeste brasileiro.

Segundo Silva (2005), os Tupi no Ceará eram representados pelos Tupinambá, que se subdividiam entre os Tabajara e os Potiguara, esse último característico dos romances de José de Alencar, protagonizados por belas índias e guerreiros destemidos, que de maneira harmoniosa se relacionavam com a natureza e lutavam por seus ideais.

Cerâmicas, pontas de lanças, feixos, alisadores, batedores, conchas, instrumentos intrusivos e outros são vestígios da caminhada pela sobrevivência traçada pelas populações que compuseram a paisagem da Sabiaguaba autóctone, assim como todo o cenário da costa cearense em tempos passados.

O modo de vida simples, pros padrões da civilidade moderna, caracterizou essas populações “primitivas”, que transitaram e se estabeleceram na Sabiaguaba, a subsistência parecia ser na verdade a preocupação central desses grupos, e sendo o humano um ser que por natureza produz cultura (GONSALVES, 2008), essa condição inerente o levou a desenvolver técnicas que marcaram sua relação com o lugar, garantindo assim sua sobrevivência e foi moldando os ambientes naturais que o humano estabeleceu significados e teceu sua história de interdependência com o lugar.

Primitivos para Porto Gonsalves (2008) seriam aqueles que viviam da caça, da pesca, da coleta e de alguma cultura agrícola itinerante, posto que não conseguem manter a fertilidade do solo, necessitando migrar periodicamente para garantir sua sobrevivência.

Para os interlocutores da pesquisa, aqui chamados de marcadores sociais, a população primeira do lugar vivia de extrativismo animal, vegetal e de agricultura, suas habitações eram edificações de palha de carnaúba, contudo é importante considerar as diferenças e as igualdades nas falas marcadas pelo corpo e pelos afetos estabelecidos com os ambientes naturais e com seus pares, pois cada um conta seu relato a partir das suas experiências e das suas leituras de mundo, carregados de referenciais dos que lhe antecederam e também contaram sua história e a história dos seus.

A história da Sabiaguaba autóctone emerge fragmentada em meio ao que foi vivido em diferentes épocas por diferentes pessoas, cada lembrança e memória dos interlocutores trouxe à luz a versão da história de um lugar marcado por dificuldades, belezas e extrema relação com os ambientes naturais, demarcando diferenças e pontos de hibridação cultural (CANCLINI, 2008), traduzidas em espacialidades e fronteiras, que gradativamente compõem o todo Sabiaguaba.

Pouco se sabe sobre os índios que habitavam o litoral do Ceará, conseqüentemente quase nada sobre os que viveram na Sabiaguaba em tempos remotos, o que sabemos são episódios que a história oficial teceu como arcabouço de verdades sob a lógica das elites; contudo o processo de relação entre os que habitaram essa região possibilitou a circulação, hibridação e manutenção de alguns signos da cultura desses primeiros, além da perpetuação de características biológicas presentes nos traços físicos dos Sabiaguauenses. Organizar-se em grupos familiares em um determinado espaço, levar os filhos para o aprendizado dos afazeres que garantem a sobrevivência, utilizarem artefatos rudimentares para a pesca, fabricarem uma bebida de caju azedo, chamada Mocaroró, retirar frutos de época e mariscos típicos do bioma do lugar, para completar a alimentação, ainda são características presentes no cotidiano dos

que mantém um vínculo de interdependência cultural com os ambientes naturais da Sabiaguaba e que se intitulam descendentes dos “troncos velhos indígenas”.

Todos os interlocutores da pesquisa, independentemente da fase de contribuição do trabalho, tem versões para a história do lugar, umas contadas de forma sintética, outras ricas em detalhes, mas todas, sem exceção, apresentaram traços de complementaridade, nas narrativas e memórias que falam da Sabiaguaba primitiva, destacam-se fragmentos da intensa relação com o lugar na busca da subsistência, ainda sobre a Sabiaguaba primitiva apresentamos:

[...] Eu com a idade de oito anos apanhava caju, vendia a castanha e fazia o mocoaró, minha mãe nos ensinou essa cultura do caju azedo, ela aprendeu com a mãe e assim vai [...] (Seu Mar, 58 anos, em 19 de novembro de 2009).

[...] A história da Sabiaguaba tem várias etapas, na primeira ninguém plantava, só vivia da retirada do aratu, do siri, da pixoleta, da ostra, da pesca do peixe e de colher caju e murici [...] (Seu Tartaruga, 62 anos, 5 de dezembro de 2009).

[...] Minha avó criava cabras, ela pastoreava essas criações subindo e descendo duna, nós plantávamos maxixe, feijão, melancia e retirava frutas silvestres pra comercializar no Mucuripe [...] (Seu Mar, 58 anos, em 19 de novembro de 2009).

Elementos que trazem à tona a interdependência do humano e os ambientes naturais com e nos quais a cultura humana foi e é produzida, trataram de ser abafados ou invisibilizados pelo modelo de civilização moderna, que imprimiu o caráter de superioridade e domínio do homem em detrimento da natureza, segundo Porto Gonsalves (2008), a natureza se define na sociedade moderna, por tudo aquilo que se opõe à cultura e todos aqueles que se relacionam de forma linear com a natureza são considerados bárbaros, primitivos ou não civilizados, viver como integrante do todo natureza, seria opor-se ao modelo que considera imprescindível dominar a inconstância, a imprevisibilidade, os instintos, para tanto a história dos primeiros da Sabiaguaba, assim como de outros primeiros que compuserem a cena natural da costa do litoral cearense, fragmentou-se e quase desapareceu das metanarrativas que contam a história do nosso lugar.

3.5 O Refúgio Natural Das Águas: Esperança Em Tempos De Fome E Sede...

As lagoas Sapiranga, Precabura, Redonda, Muritiapuã, Gereberaba e outras, compõem o cenário da Sabiaguaba e das circunvizinhanças, assim como o rio Cocó e o Pacoti, estes reservatórios naturais têm notável influência no clima da região, na forma de vida dos habitantes do lugar e na economia local, pois as mesmas ao longo dos tempos tem contribuído para a sobrevivência dos que se instalaram nos seus entornos.

Para Magda Coutinho, interlocutora desse trabalho no primeiro momento de coleta dos dados, a Sabiaguaba, assim como a Lagoa Redonda, abrigou muitos “retirantes” vítimas das grandes secas que assolaram o Ceará na primeira metade do século XX.

[...] Toda essa região pertencia aos sítios, que tinham a forma de fazendas coloniais, que eram dominados pelos seus donatários ou fundadores, os mais conhecidos eram o Sítio Alagadiço Novo que foi fundado pelo pai de José de Alencar, o sítio Guajiru de Antônio Silva Porto, o sítio Curió de Antônio alexandrino Cunha Lage, o sítio Itambé do Coronel Antônio Felino Barroso, a partir desses sítios, surgiram os grandes latifundiários da região que sediam suas terras para aqueles que vinham de toda parte do interior do Ceará fugindo das Secas [...] (Historiadora e nativa da Sabiaguaba- Maria Magda Ferreira Coutinho, em 20 de novembro de 2008).

Para Karine Garcia (2006), a seca mudou o cenário de Fortaleza a partir do ano de 1877, houve a necessidade criar-se um plano de ordenamento de Fortaleza para que os planos de modernização da cidade não fossem abortados, por aqueles indesejáveis que poderiam atrapalhar o sonho das elites, que tinha o comércio como bilhete de entrada para a sonhada era da modernidade. Para a autora, o comércio estava presente na economia da província de Fortaleza, o que exigia uma padronização que organizasse de maneira progressiva o formato espacial da província, a fim de proporcionar bem estar e empatia daqueles que aos poucos iam formando a elite local ao passo que se fixavam no território da província.

Os retirantes ameaçavam o modelo ansiado, por isso a necessidade da elite local de distanciar a imagem da pobreza da província Fortaleza e manter uma ordem no espaço de comercialização, essa novidade, que provocava novas tensões, levou o governo provincial a criar alojamentos que controlassem a invasão daqueles que fugiam da fome e da sede.

Esses alojamentos foram denominados de Abarrancamentos (GARCIA, 2006), inicialmente dispostos nas circunvizinhanças do centro comercial, com o avanço da população indesejável fez-se necessário a criação dos distritos e de sítios para o descentralizamento da população que se empilhava no entorno do centro comercial provinciano. É importante compreendermos que o mesmo que aconteceu com o centro urbano da província, aconteceu em todas as portas de entrada da mesma, como Messejana, além de outros territórios que concentravam recursos hídricos e economia com ares prósperos, espalhados pelo território do Ceará, como Ipú, Aquiraz, e outros.

[...] Eles chegavam de toda parte, vinham mulheres, crianças, velhos, carregando trouxas de mulambo, iam chegando e iam ficando, vinham do Piranji, de Quixadá, de Quixeramobim, do Jaguaribe, de Iguatu, se instalavam em baixo das mangueiras, dos cajueiros, depois faziam casas de palha, meu vô deu terra pra muita gente retirante, pra eles cuidarem da sua gente e conseguirem sobreviver [...] (Danilo Tavares, em 12 de janeiro de 2009).

O território onde se localiza Messejana e suas adjacências, segundo Ernesto Gurgel em sua obra “História de Messejana”, publicada em 1996, já havia enfrentado as secas de 1777 e 1795, de forma vantajosa, pois a região das lagoas, que se localizava entre o Rio Cocó e o Rio Pacoti, contribuíram significativamente para esse enfrentamento. Para o autor a mão de obra das famílias vindas do Baixo-Jaguaribe, a partir de Aracati, assim como a água abundante do local marcaram o início da cultura agrícola na região, além de marcar o adensamento populacional da mesma. Essa primeira versão da cultura agrícola é marcada pelo algodão intercalado com o feijão ligeiro, batata doce, milho, melão entre outros. Essas culturas eram ativadas em locais baixos, nos alagadiços e nos tabuleiros.

A seca, dos anos de 1877 a 1879, marcou a população que compunha a cena do lugar. Messejana era uma das portas de entrada para a Fortaleza provincial, adentravam essa porta retirantes que sucumbiam de fome e sede, oriundos das regiões centro sul e sul do Território Cearense, esse passagem entre Maranhão e Pernambuco, instalavam-se em todas as partes, caminhavam em todas as direções. Segundo Garcia (2006), as elites que habitavam aquele território, transferiram-se para a parte central da província, foram obrigados pelo governo a cederam parte das suas terras para aqueles que não eram bem vindos na parte Urbe da província.

Demarcada pelos contornos dos rios salobros, privilegiada pela abundância das águas das suas lagoas e pelos ventos mareiros, a região tornou-se um refúgio agradável para aqueles que por ali se instalaram e fincaram suas raízes, oriundos do sertão ou primitivos da região, as culturas desenvolvidas, ou forjadas foram propiciadas e permisionadas pela a interação com o lugar. É importante destacar que além da região ser propícia para a agricultura, a fartura das águas proporcionava ainda possibilidades extrativistas como alternativas de subsistência para aqueles compunham o cenário agrícola na região

Outra recorrência narrada pelos autores epistêmicos desse trabalho, em relação ao passado relacionado aos ambientes naturais e a cultura, foi a emigração para o Norte do Brasil, período de trânsito da população impulsionado pelas secas que marcaram o final do século dezenove e o início do século vinte, modificando assim os afazeres do cotidiano e a relação entre os pares e as experiências no refúgio das águas, assim como o caráter populacional na região.

[...] Meu avô morou no norte, ele era meio índio, nunca calçou uma sandália, só andava descalço. Com ele e depois dele muitos outros foram, trouxeram sementes de mangueira para plantar na Lagoa Redonda, na Messejana, na Mangabeira, pois antes por aqui só haviam cajueiros e muricizeiros, as mangueiras variadas vieram do

norte, rosa, coité, jasmim, aqui não havia essas não [...] (Seu Mar, em 12 de outubro de 2009).

[...] Nossa família foi embora pro norte, muitos voltaram, outros ficaram, só sei que somos mais índios por isso, se já tínhamos herança de índio, depois desse momento das nossas vidas isso ficou mais forte, por isso somos fortes e sabemos lidar com a terra, mesmo passando tanta dificuldade, nós somos felizes [...] (Seu Dedé, em 27 de novembro de 2009).

[...] Homens migrando pro norte, era um fato corriqueiro, as mulheres eram quem trabalhavam na terra, cuidavam e educavam os filhos, os homens iam atrás de melhorar de vida no norte, queriam enriquecer, iam trabalhar no seringal, meu tio Raimundo viajou e nunca mais voltou morreu em alto mar, ele tinha casado de pouquinho tinha filho pequeno, sua mulher criou a criança sozinha. Como meu pai, meu avô já havia morado lá, meu pai voltou com uma mala cheia de dinheiro, lembro quando ele chegou, eu era bem pequena, eu lembro que foi durante a festa de Santa Luzia [...] (dona Guiomar, noventa anos, Matriarca dos Tavares em janeiro de 2010).

3.6 Ação Antrópica E Degradação Do Lugar: Início Do Fim Da Sabiaguaba Natural

A cena natural da Sabiaguaba e a sobrevivência dos moradores do lugar transformaram-se a partir dos impactos causados pela ação dos especuladores que aportaram por ali, a fim de explorar, as potencialidades naturais e paisagísticas da Sabiaguaba. Para os marcadores do discurso da Sabiaguaba, existem eventos que marcam essas transformações e estabelecem um marco na história da Sabiaguaba.

As construções da ponte pequena, localizada na Avenida Sabiaguaba, o loteamento da imobiliária Rêgo Barros e a instalação da Indaiá, segundo os interlocutores desse trabalho, marcam o início do fim da “Sabiaguaba natural”, onde os impactos ambientais, consequências da Ação Antrópica, modificaram as atividades econômicas, sociais, a biota, o bem estar da população, a estética e a qualidade dos bens naturais do lugar.

[...] A indaiá chegou por aqui em 1967, prometendo emprego e melhoria para os moradores daqui, quando ela chegou chegaram várias pessoas para morar por aqui, foram invadindo as terras que antes eram só campos de cajueiros, muricizeiros e coqueirais, daí por diante num parou mais de chegar gente, a água também mudou, pois eles pegam a água boa, que tá no fundo da terra e a qualidade da água das nossas cacimbas acaba sendo comprometida [...] (Dona da Paz, áudio, em 12 de outubro de 2009).

Quem desmatou a vegetação nativa da Sabiaguaba foram as máquinas do Rêgo Barros, não nunca tivemos o poder de destruição, daquelas máquinas, tirávamos apenas o que precisávamos para sobreviver, ninguém derrubava um cajueiro porque ele estava no caminho! Eles aterraram o braço do Cocó que desaguava na Precabura, onde hoje é a ponte, na continuação da estrada para dar acesso aos terrenos, destruíram o Manguezal da Duna Grande, acabaram com a passagem da maré [...] (Seu Tartaruga, vídeo 8 de janeiro de 2010).

Com o loteamento surgiram as primeiras edificações de tijolos, que gradativamente substituíram as construções de palha e taipa. A energia elétrica e as fossas negras passaram a fazer parte da realidade dos moradores da Sabiaguaba, que ainda utilizam poços rasos e cacimbas para suprirem a necessidade da água, constituindo assim uma precária rede de abastecimento e esgotamento na região.

Outro aspecto relacionado à degradação dos ambientes naturais da Sabiaguaba fruto da ação antrópica dos grupos privilegiados, foi o desaparecimento de parte da flora e fauna que constituía a cena natural Sabiaguabense, parte também da cultura extrativista de subsistência dos que interdependiam da natureza do lugar.

[...] As máquinas, que derrubaram a mata fechada para fazer os lotes, deram fim as frutas silvestres, que aqui na Sabiaguaba tinha o carrasco, o Trapiá, a goiabinha de Jacú, a ameixa amarela, a bolota, a ubaia, e a guabiraba, uma frutinha deliciosa, e muitas outras plantas silvestres que não existem mais [...] (Da Paz, 12 de outubro, 2009).

A Sabiaguaba sempre foi um lugar de pesca, muitas pessoas freqüentavam a boca da barra pra pescar, tinha mero, camurim, camurupim, cação e outros peixes grandes, o Zé Tartaruga uma vez pescou um camurupim que pesou 60 kilos, o peixe mordeu a isca 4na boca da barra e foi morrer La na Cofeco [...] (Da Paz, 12 de outubro, 2009).

Para estabelecer uma interligação com as narrativas dos marcadores e compreender os processos de degradação na Sabiaguaba, faz-se necessário entendermos a dinâmica entre os fatores bióticos e abióticos desses ambientes naturais, a produção cultural e a dinâmica dessas relações, que se desencadeadas de maneira equivocada e especuladora, vulnerabilizam a interdependência desses, causando desequilíbrio e muitas vezes extinção dos bens naturais dispostos para o uso e fruto do humano.

Modificar o curso de um rio, aterrar uma lagoa, destruir matas de grande variedade botânica, que servem de morada para vários animais, além de subsidiar a sobrevivência de populações, fez e ainda faz parte de uma lógica que coisificou o homem e a natureza, sob a justificativa do progresso e do desenvolvimento mantenedores da economia que na sua essência degradante, invadiu, destruiu, degradou e modificou a condição de interdependência da cultura e da natureza e do humano. A primazia do desenvolvimento na Sabiaguaba surge como uma espécie de colonização do lugar, lançando mão dos arcabouços da colonialidade, propagando uma ideia de avanço, amulexada por propostas de novas possibilidades de sobrevivência, que tinham como carro chefe a própria destruição do lugar e o acultramento daqueles ali já estabelecidos.

Para seu Mar, “o primeiro derramamento de dinheiro na Sabiaguaba”, aconteceu durante a construção da ponte, que realizou com a finalidade de beneficiar o loteamento, pois até então era muito difícil o acesso à região.

[...] Em 1975 com a chegada do loteamento, nós tivemos que construir um canal para desviar o curso daquele braço de rio, pois antes de colocar os anéis da ponte, foi necessário fazer um piso de concreto, a ponte foi a primeira obra de engenharia da Sabiaguaba... (seu Mar, em 3 de março de 2010).

3.7 A Modernização E A Instrumentalização Do Espaço

Com a construção da ponte pequena vieram as primeiras casas, o surgimento de uma via principal, a avenida que finalmente ligava o Bairro da Sabiaguaba ao restante da cidade, o transporte coletivo e juntamente com essas obras as primeiras impermeabilizações do solo e outras transformações que marcaram o trânsito da “Sabiaguaba natural” para “Sabiaguaba moderna”. A instrumentalização do espaço na região estava atrelada às perspectivas de modernização de todo o território entre o Cocó e o Pacoti. Para Costa (1999) esse projeto de desenvolvimento fazia parte do processo de constituição do tecido urbano de Fortaleza, que ao longo da história se deu de forma espalhada, polarizado em regiões sob os mandos e desmandos das elites econômicas da capital e do estado Cearense.

A construção do Shopping Iguatemi, a instalação da Indaiá, a Universidade de Fortaleza, a fábrica da cachaça Ypióca, os loteamentos dos antigos sítios, a construção dos conjuntos habitacionais para funcionários públicos, a instalação dos correios, entre outros empreendimentos são exemplos da instrumentalização do território para fins de desenvolvimento econômico, justificando assim as mudanças nas cenas naturais e nas culturas dos indivíduos da região, inserindo assim outros padrões societários para o lugar, uma outra lógica de relação com seus pares e com os ambientes naturais.

A terra aqui era de todos, não havia cercas, os antigos não se preocupavam com isso, com a chegada do loteamento tudo mudou, chegaram as cercas os muros, e as invasões, antes nos tínhamos roçados de mandioca, maxixe e feijão próximo das lagoas, criávamos nossas cabras soltas, não havia ninguém que disse que não podíamos, não tinham estranhos eram só os nativos, queríamos somente sobreviver [...] (Seu Mar, vídeo em 06 de janeiro de 2010).

Não haviam muitas pessoas pra explorar o lugar da gente, so moravam nós e uns quatro gato pingado. Hoje nós temos mais facilidade, temos transporte, mas em relação a sobreviver da natureza, antes era melhor... tinha pouca gente morando aqui, só tinha a família do meu marido (descendentes da Maria Suíra e cônjuges) o pessoal da dona Alice(descendentes da Chica Eduardo), algumas casas dos ricos tínhamos que andar muita a pé, para fazer compras, quando um gás acabava íamos pra longe , não tinha luz não tinha nada,aSabiaguaba era um interior, mas ainda assim era melhor, pois o acesso aos peixes era mais farto. Quando era pela manhã

que nós levantávamos o Beto da Alice, neto da Chica Jorge já havia pescado de dez a vinte peixes, bons e grandes, havia menos barracas (conseqüentemente, menos pessoas explorando os ambientes naturais). Antes tudo era mais difícil, porém viver na Sabiaguaba era Melhor. Antes nos tínhamos mais peixes e marisco porque o rio não era contaminado. Depois que fizeram aqueles apartamentos no Iguatemi, aquela borra e aquele ar químico desceu pro rio, matando muito caranguejo e matando os peixes, eu acho que aqueles esgotos descem pro rio, porque as pessoas falam que no inverno o rio Cocó é poluído? Deve ser por isso... Em 1984, o rio era limpo, minha mãe lavava a roupa do meu filho com a água do rio, no inverno, a água era linda e limpa, o Cocó todo era com aqui na Sabiaguaba, haviam poucas casas, e com as construções aumentou a poluição. Na época de chegada do inverno, os siris, as ostras e os peixes morrem tudo, a borra química se mistura com a água salgada, matando tudo que o rio tem de vivo (dona Ostra, vídeo em novembro de 2009).

3.8 A Especulação Dos Ricos E A Luta Por Moradia Dos Pobres

Apesar de ser considerada na cena municipal como zona territorial de baixo povoamento, a Sabiaguaba em toda sua extensão, possui um considerável número de habitantes, se tomarmos como base de comparação, os tempos que antecederam a instrumentalização do espaço.

Para os autores epistêmicos desse trabalho a destruição da vegetação nativa para a abertura dos caminhos que viabilizavam o acesso aos lotes, causaram a degradação e abriram descampados que serviram de refúgio desta vez, para aqueles que buscavam espaços para construir suas habitações e ter direito à moradia. Os ricos construíram casas de veraneio e ou segunda residências atraídos pela beleza e natural traziam o material para as construções em jipes, rurais, em cangalhas dispostas em lombos de animais, já os pobres, casas edificadas, com barro e madeira do manguezal, próximas à espaços que disponibilizassem água, como as cacimbas, que atendiam sempre a um coletivo, as lagoas sazonais ou mesmo o curso do rio, chegavam geralmente em grupos que de algum modo se organizavam para fortalecer o movimento das “invasões”, já que o território em questão naquele momento era alvo de cobiça e interesse de muitos que se intitulavam donos das terras da Sabiaguaba. Fato recorrente, nas narrativas dos marcadores do discurso da Sabiaguaba no tocante “cobiça e interesse dos donos da Sabiaguaba”, foram os remanejamentos e os encurralamentos de famílias do território Sabiaguense, durante a chegada das máquinas na Região para o processo de terraplanagem e marcação do loteamento da imobiliária Regô Barros.

[...] tiraram todas as famílias como as da Dona Saúde e da Dona Virgínia, que eram as mais pobrezinhas, eles compraram um terreno na Lagoa Redonda e mandaram elas para lá, disseram que elas não podiam permanecer naquela terra, pois eles eram os donos [...] (Da Paz, áudio, setembro de 2009).

Toda aquela terra do lado oposto a grande duna, era da mãe da dona Alice, dona Chica Jorge, quando as pessoas de fora começaram a chegar por aqui, invadiram a terra dela, ela não tinha ganância por terra e foi ficando encurralada, seus filhos e

netos eram pra ser donos de tudo ali, porém ficaram naquele pedaço próximo ao Beto [...] (Dona da Paz, em outubro de 2009).

A cobiça e a especulação das terras da Sabiaguaba contaminaram também alguns nativos que permaneceram no lugar, deslumbrados com a possibilidade de ganharem dinheiro, venderam dunas, faixa de praia, tabuleiros, apicuns e manguezais para quem procurava um pedaço de chão naquele lugar de infinita beleza, além de serem usados pelos especuladores como capatazes, para guardar as terras do loteamento afugentando qualquer possibilidade de invasão ou ocupação indevida, se tornaram instrumentos no processo de especulação e ocupação do espaço.

Para aqueles que chegavam por meio das invasões e iam se instalando, tornava-se necessário garantir o atendimento de algumas necessidades básicas, além da permanência no lugar, era necessário organizar-se numa perspectiva coletiva, para que suas demandas fossem minimamente atendidas? Ou era melhor e necessário vincular-se a um político ou um padrinho rico, que possuísse terras e influência na região. Na luta por moradia que aconteceu entre o apadrinhamento dos poderosos da região e as primeiras tentativas de organização social, foram conseguidos alguns chafarizes, energia elétrica, transporte coletivo e o asfalto das ruas Santo Helena, Santo Francisco, Santo Amâncio, Jassanan e de outros trechos que se tornaram ruelas, becos e vielas na extensão de toda a Sabiaguaba.

[...] cheguei na Sabiaguaba, através de um médico do Gonzaguinha do José Walter, ele tinha uma casa de praia e me cedeu pra eu trabalhar como caseira e foi ai que eu fui me relacionando com o povo e teve uma ocupação de terra e como eu não tinha moradia, eu morava de caseira, então eu vim pra ocupação, então a moça que era a líder comunitária chamada Francilene me cedeu um espaço pra eu fazer uma casinha pra eu morar e foi ai que eu fui fazendo amizade com as pessoas e por ser professora, fiquei como secretária da associação que ela fundou, que foi fundada em agosto de 1992, essa associação tinha o nome de **Associação comunitária verde é vida**, e foi muito bom, ela trabalhou com governantes, com deputados e foi maravilhoso, todos eles ajudaram a Francilene a levantar essa associação, com água, com energia [...] (Dona Pixoleta, em 03 de setembro de 2009- áudio).

Bem, apresentei um processo que foi se tecendo ao longo do caminhar na ponte. A ponte que era uma conexão imaginária aparecia como utopia daquele povo que se materializava. Com ela, provavelmente viriam inúmeros problemas decorrentes de uma invasão cultural, ecológica, social, diante da proximidade geofísica com o centro de Fortaleza.

A ponte se materializou. Era uma demanda da comunidade, ao mesmo tempo em que paradoxalmente o grupo pretendia e pretende uma qualidade ambiental para seu lugar.

Respostas vieram. Surgem novos horizontes e novas questões. Numa tentativa de maior entendimento avanço na direção das organizações sociais que se dão em Sabiaguaba.

Capítulo IV

PERCURSOS E PERSPECTIVAS EM RESPOSTAS: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS SABIAGUAENSES

4.1 Interesses Individuais-Individualizantes Ou Representação Do Coletivo?

Desde as primeiras visitas e em todo decorrer da inserção no campo, precisamente durante os diálogos informais e as entrevistas, identificamos inúmeras associações ou grupos organizados que de algum modo representaram ou representam interesses da população da Sabiaguaba. Esses interesses emergem num contexto de tensões que fiam a história e o cotidiano do lugar, dialogando essencialmente com outras esferas, como por exemplo, o poder público, iniciativas privadas que especularam e especulam o espaço em questão. Interesses esses, que inferiram e inferem na vida daqueles que juntamente com os ambientes naturais são parte do todo Sabiaguaba, ora mais próximos e diretamente relacionados à vida local, ora inculcados por interesses externos, teceram as concepções e as atuações nas instâncias coletivas da Sabiaguaba.

A ocupação e o povoamento do lugar, os impactos ambientais, a necessidade de suprir as necessidades básicas, frente às precariedades características de qualquer região periférica e o reconhecimento da ecodinâmica fomentaram, numa perspectiva histórica, organizações sociais que contribuíram para articular a dimensão social da localidade.

Algumas surgiram para fortalecer movimentos populares, como foi o caso da Associação Verde é Vida, fundada para endossar a luta pelos direitos dos desprivilegiados de morarem e permanecerem na Sabiaguaba. Outras surgiram para defender os interesses daqueles que foram responsáveis pelas maiores mudanças na cena natural do lugar, os especuladores imobiliários, assim Associação dos Proprietários de Imóveis da Sabiaguaba, preocupou-se em barrar as invasões nas áreas periféricas para que as mesmas não chegassem aos loteamentos, que acolheram uma população com maior poderio aquisitivo, bem diferente daqueles que se estabeleceram no lugar a partir das invasões, que circunvizinharam os privilegiados ao longo da história de uso e ocupação do espaço Sabiaguauense.

A fim de suprir as demandas que surgiram com o aumento populacional, tais como atendimento médico, creche, iluminação pública, transporte coletivo, educação formal básica gratuita, atividades sócias culturais e recreativas, levou a alguns moradores da Sabiaguaba e da Lagoa Redonda fundarem a Associação Beneficente da Lagoa Redonda, esta durante muito

tempo exerceu o papel de centro comunitário na Região, atualmente funcionando como Creche e espaço de interação para a população idosa da localidade, desenvolvendo oficinas, cursos e atendimento clínico e odontológico para crianças e idosos da Sabiaguaba e circunvizinhanças, localiza-se em um espaço anexo da Escola Josefina Parente de Araújo. Algumas dessas organizações forjaram-se apadrinhadas por terceiros, esses com algum tipo de influência, fossem políticas, religiosas e ou monetárias. E que de algum modo cobravam esses apadrinhamentos, em momentos políticos ou em inculcações de discursos, que em nada privilegiava ou contemplava aqueles que o reproduziam cegamente para atender as intenções dos que os elaboravam.

Nos anos 2000, com o início das obras de construção da Ponte que propunha ligar o litoral oeste ao litoral leste, que tinha como principal papel promover uma malha viária alternativa que desafogasse o trânsito da parte sul de Fortaleza e viabilizasse o escoamento das cargas e mercadorias pesadas dos portos do Ceará, a população sofreu grandes ações antrópicas, tendo como carro chefe, o alargamento da via principal e a construção dos pilares da ponte na foz do Rio Cocó.



Construção da Ponte no Rio Cocó. Fevereiro de 2009

Nesse período, destacam-se o surgimento do movimento Salve Sabiaguaba, a criação da Associação dos Amigos da Sabiaguaba e a criação da Associação dos moradores e Amigos da Sabiaguaba, marcando assim as novas demandas do lugar, demandas essas que incluíam a dimensão ecológica, já que a partir daquele momento, a região tornou-se área de interesse ambiental do município de Fortaleza.

É preciso discutir os novos rumos da Sabiaguaba, além de dinamizar novas perspectivas para a relação homem-cultura-natureza, a partir da interlocução entre o local e o global, para isso as participações de ambientalistas, artistas e intelectuais foram importante

como uma ponta pé inicial na discussão de outro paradigma, conseqüentemente era preciso novas formas de organização que pudessem resgatar, restituir ou reinventar as organizações sociais na Sabiaguaba.



Crianças da rua Jassanan no movimento salve Sabiaguaba

Para Brandão (2005), vivemos um tempo onde as experiências humanas se dividem entre o individualismo e a individuação, onde nos fechamos em nós mesmos e utilizamos o outro, a sociedade e a natureza para obtermos o máximo de proveito. Os movimentos e as organizações sociais seriam alternativas privilegiadas de encontrarmos o nós verdadeiro, a partir da interação ética com o outro e com o mundo.

Os autores epistêmicos desse trabalho apresentam em suas falas a relevância dessas organizações ou movimentos a partir do que foi marcada nas/ pelas experiências, estas carregadas de valores para os mesmos, fruto do que foi vivido, assim como o descredenciamento de outras; face ao não envolvimento dos mesmos com os temas e as bandeiras que não os tocaram por não terem experienciado as problemáticas e as lutas encampadas por essas.

O reconhecimento da necessidade e da dificuldade em organizar-se a partir das lutas pelos direitos não é e nunca foi tarefa fácil, pois os mesmos são conquistados a duras penas, com muito suor e sacrifício e muitas vezes negados mesmo que garantidos na forma legal, demonstra a infinidade complexa das dificuldades, dos motivos e dos esforços que caracterizam os temas e as bandeiras que mobilizaram e mobilizam a população da Sabiaguaba, contudo a fragilidade dessas organizações sociais estampou-se nas falas, e nas faces dos Marcadores do discurso do lugar, aqui reconhecidos como interlocutores.

Segundo nossos parceiros, a falta de participação contínua dos envolvidos, nesses processos de conquistas dos direitos, a desmobilização das instâncias de participação e diálogo da e na comunidade, e o descaso do poder público, tornaram as ações encampadas em ações pontuais, fadadas ao ativismo e a falta de reflexão potencializadora de transformações efetivas e significativas no caminho do Ser Mais Sabiaguense.

É necessário reconhecer a importância dessas articulações sociais, os motivos que desencadearam as mesmas, a importância dos autores sociais que se envolveram nos eventos tensos onde suas participações e experiências foram de extrema relevância para a história e a vida da comunidade, contudo faz-se necessário avançar na busca de potencializar essas articulações sociais e seus autores, problematizar os eventos que envolvem as situações-limites, os autores e atores do processo e as possibilidades inéditas, possibilitando a viabilidade das mesmas, frente aos novos rumos para o lugar, onde reconhecer as limitações e a necessidade da criação de uma rede social na busca de tracejar uma outra lógica, seja mola de impulso, regada pelo afeto e pelo respeito, na busca permanente de uma teia de significados e sentidos para a vida daqueles que fazem parte da complexa Sabiaguaba.

4.2 O Caráter Ecológico E O Saber Da Experiência Na Criação Das UCS (Unidades de Conservação)

Para Maturana (1998), Relacionar conhecimento e vida como mecanismos essenciais da condição humana, só é possível quando fazemos isso em relação, relação essa, que aparece como espaço de reencontro conosco a partir do respeito amoroso dos nossos pares; para ele, fenômenos sociais só se constituem sociais se a aceitação do outro como legítimo outro, for a primazia fundante.

Para Porto Gonsalves (2005), o caráter ecológico nas organizações sociais propõe uma fonte de riqueza na sua gênese política e cultural, ao propor uma outra relação dos homens com a natureza, pois aponta para uma outra lógica que vai de encontro aos valores consagrados pela sociedade moderna, que historicamente instaurou a crise e os problemas que queremos superar, segundo o autor as bandeiras ambientalistas e ecológicas implicam em questões extremamente complexas, implica em outro conceito de natureza, de cultura, de filosofia e de política.

Para tanto não existe receita, precisamos ser tocados, e nos sentirmos parte do processo de mudança que exige novas reflexões e novas ações, onde é necessário encontramos espaços para nos reinventarmos e alargarmos novas possibilidades de enfrentamento e superação dos problemas característicos dos nossos tempos. Como incorporar discursos ambientalistas e fundamentos ecológicos nos nossos fazeres e no nosso cotidiano? Destacamos algumas falas dos Marcadores Sabiaguenses no que diz respeito à criação das UCS e a compreensão ligada à experiência dos mesmos com o lugar:

Quem inventou esse negócio de área de preservação foi o Humberto, ele não é nem daqui, a família dele é da Lagoa Redonda, por isso ele veio pra cá comprou um pedaço de terra e se tomou conta de outro bocado, nos aqui que vivemos da praia e das barracas, pra nós não melhorou em nada agora pra ele que é de fora num sei ,dizem que ele inventou uma associação, mas a gente num sabe de nada, ele num diz! A gente sabe que tem que preservar a duna e a praia, porque se agente vive das visitas, a senhora não vem lá de Fortaleza pra ver a praia suja, só que depois dessa invenção de Preservar eles vem aqui uma vez por semana, mas não fazem nada. (Seu Mar em 08/10/2008).

Esse negócio só existe no papel, tem um carro que vem, mas só faz é atrapalhar, muita gente vivia de construção eles agora num deixa mais construir, só proibi os pobres, aí ninguém proibi os ricos, só os pobres que trabalhavam de serventes e de pedreiros num pode mais, a gente nem se envolve dizem que vão construir a ponte, mais se num pode fazer nem casa como é que vão fazer essa ponte? Em vez de melhorar vai é piorar, por que de dez anos pra cá a Sabiaguabata é mais violenta e vai ficar mais, além disso, depois dessa invenção tem muita gente ganhando dinheiro as custas da gente, vendendo as terra que ninguém queria antes [...] (Dona Ostra em 10/10/2008).

Nós aqui do La bené pra cá vivemos de pesca, de roçado e das barracas, tou sabendo agora dessa coisa, quer dizer que tem haver com aquelas placa que tem lá na pista? Eu ouvi falar por auto mais onde é que começa e onde é que termina? Acho que num serve pra muita coisa pra nós não, aqui se alguém adoecer, se uma mulher for parir tem que ter dinheiro pra pagar um carro, por que nem tem nem posto quanto mais ambulância, acho que o problema maior num é a duna não nem a praia é a invasão das terra e a violência, a gente é abandonado aqui, a senhora já viu a pracinha? Ainda bem que construíram a escola nova, ela é linda e bem grandona, nós estamos todos gostando (Seu Sirí em 10/10/2008).

Faz-se necessário aproximar discursos e fundamentos ecocêntricos de uma contextualização regada de politização onde o diálogo tenha lugar de destaque, tendo como base a articulação reflexiva, onde a compreensão dos nossos problemas seja mote para refletirmos sobre as macro-questões que envolvem a crise da civilização ou mesmo a crise ambiental, é o que Figueiredo (2009), chama de *GLOCAL*, neologismo que o mesmo lança mão, com base na ideia de glocalização⁴ proposto por Roland Robertson, para apresentar a importância do diálogo entre o local e o global, entre a leitura contextualizada no lugar e a inseparável relação com o contexto mais amplo, na qualificação dos processos educativos para o enfrentamento das situações de opressão, superação das lógicas que subalternizam muitos em relação a uma minoria perversa e ainda possibilita a compreensão necessária do humano no percurso entre as esferas locais e globais como sugere a *ECOPRÁXIS*, categoria da Perspectiva Eco Relacional.

⁴Glocalização é um neologismo que resulta da fusão dos termos globalização e localização. Para Figueiredo (nota de orientação) se refere à relação que integra a dimensão local e a global. Saliento que o termo 'local' foi definido por Manuel Castells como os 'nós' - nós de valor acrescentado aos fluxos econômicos e lugares de vida social. Segundo Paul Soriano o 'local' representaria os "nós" da rede global e integra as resistências, mas também as contribuições das formações identitárias locais e regionais à globalização. O termo glocalização foi introduzido, na década de 1980, como estratégia mercadológica japonesa. Ela se inspirou na '*dochakuka*' - palavra derivada de '*dochaku*', conceito japonês originalmente referido à adaptação das técnicas de cultivo da terra às condições locais.

Há um fosso entre o movimento ambientalista e a perspectiva popular na Sabiaguaba, felizmente alguns atalhos foram estabelecidos para que os interessados transitem entre os dois lados, estabelecendo um território de passagem que se alarga a partir do movimento daqueles que buscam novos conhecimentos, outras práticas, ampliando suas possibilidades de ser e estar no mundo. Temos o exemplo da sede regional da Abrasca (Associação Brasileira das Comunidades Alternativas/ Arco Íris), ou simplesmente “a casa do Zé”, como carinhosamente os vizinhos identificam a casa do fotógrafo José Albano, ou ainda o Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba, localizado na foz do rio Cocó. Segundo os interlocutores desse trabalho, são espaços na Sabiaguaba “onde se realmente aprende a cuidar da natureza e do próximo” (Seu Mar).



Frente interna da casa do zé albano, varanda e espaço de convivência

Noss@s@sparceir@s epistêmicos, reconhecem a importância da conservação dos ambientes naturais do lugar, já que muitos ainda mantêm uma relação de interdependência com os mesmos, relação essa mantenedora da sobrevivência dos mesmos.

Sobre a criação das unidades de conservação na Sabiaguaba, todos sem exceção teceram críticas a cerca da instauração das mesmas, além dos mandos - desmandos e descasos gerados pela Gestão pública municipal de Fortaleza, frente ao que os mesmos disseram serem as reais necessidades da comunidade. Eles ainda trazem a compreensão de que houve uma imposição subliminar do Estado na criação das UCs e da elitização do modo de ser e fazer dos movimentos ecológicos que se envolveram no processo de criação das unidades de conservação da Sabiaguaba.

O caráter ecológico que permeia os ares da Sabiaguaba, não tem uma única face nem um único corpo, encontramos vários discursos, fundamentações e ações, que passam por mutações e dão formas diferenciadas nas novas perspectivas para o lugar, no tocante a relação humana-natureza-cultura, por isso é necessário uma leitura das diferentes vertentes ecológicas que pairam sobre o lugar.

Nas reuniões mensais da ABRASCA, em noites de lua cheia, pode-se observar uma concentração de pessoas no entorno da casa do fotógrafo José Albano, as pessoas vão chegando e se acomodando ao redor do fogo, elemento que não pode faltar nesses encontros, conversa-se sobre permacultura, tecnologias alternativas como o forno solar, vivência comunitária, kins e tons do Calendário Maia⁵, saúde física e mental, a música, algumas intervenções artísticas dos presentes, definem os assuntos e as ações que desenham características holísticas na atmosfera dessas reuniões. São um presente para os sentidos e almas daqueles que participam desses encontros. Ao longo da sua caminhada na Sabiaguaba, o fotógrafo contribuiu para a difusão de conhecimentos ecológicos e da cultura alternativa em Fortaleza e na localidade em que o mesmo se fixou faz trinta anos.

Defensor do belo e da relação harmoniosa entre humano e natureza, Zé Albano é reconhecido, pelo movimento ecológico, pela comunidade local e pelo poder público municipal, como uma figura importante do movimento ECO. Este reconhecimento se estampa em relatos, registros fotográficos e documentos como a síntese da Agenda 21 de Fortaleza publicada em 2008 pela SEMAM.

Assim como a casa do Zé, nossos marcadores reconhecem a relevância do trabalho do Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba, instalado na área de preservação permanente localizado na foz do rio Cocó. Fundado em 2000, fundamenta-se no paradigma ecocêntrico e busca a interação com a comunidade da Sabiaguaba a partir dos fundamentos da museologia comunitária, ou seja, uma museologia que privilegia o saber da experiência e ampliação das percepções a partir da relação com o ambiente natural e a história de vida dos que compõem o ambiente cultural do lugar.



Palhoça que compõe a área externa do Eco museu

⁵Calendário das 13 luas, conhecido como calendário da paz, movimento que difunde a superação do calendário gregoriano, onde o homem surge com novas relações temporais que se fundam na afetividade, na criatividade, e na intuição.

A criação e manutenção de um acervo em parceria com a comunidade, trilhas interpretativas e contemplativas com a população em geral, atividades de canoagem na foz do rio Cocó, cursos de taxidermia para estudantes da rede pública, ações de coleta de resíduos nos ambientes naturais da Sabiaguaba, reflorestamento dos manguezais e das matas ciliares dos espelhos de água nos entornos da comunidade. Estas são algumas das atividades desenvolvidas pelo Ecomuseu ao longo dos seus dez anos de funcionamento, na área que circunda as unidades de conservação da Sabiaguaba e que contribuíram para o caráter ecológico necessário para os novos rumos da Sabiaguaba, seja pela população local, seja pelos estudantes das escolas que o visitam, ou por aqueles que passaram pela estação dos pés pretos, uma das paradas obrigatórias nas trilhas promovidas pelo mesmo.

Essas ações permanentes, reconhecidas pelo autor do presente trabalho, fundamentam-se na ecologia profunda e na holística, onde a mudança de atitude do humano para com a natureza pauta-se na preservação/conservação dos ambientes naturais que ainda podem ser cuidados, mesmo que sem maiores aprofundamentos nas questões, que fundamentam a degradação ambiental.

A falta de politização e reflexões sobre o cotidiano representam, na verdade, as grandes lacunas que tornam o caráter meramente ecológico ainda distante de muitos e vivenciado por poucos. Isto gera um véu de sacralidade ou endeusamento daqueles poucos que realmente vivenciam o que propõem, velando assim a capacidade de muitos encontrarem outras compreensões a partir de problematizações que privilegiem o contexto.

Na Sabiaguaba, não foi e nem é diferente de vários outros lugares. Apesar de reconhecer as organizações sociais que levantam a bandeira 'Eco' no lugar, muitos dos que interdependem dos ambientes naturais dali, se vêem alheios a essa discussão, pelo menos nos moldes que ela se materializou no lugar. Muito embora, em geral destaquem aspectos relevantes relacionados à criação das unidades de conservação e ao método utilizado pelo poder público para isto, que privilegiou relatórios científicos e esqueceu ou desconheceu a importância de dialogar com a comunidade local.

4.3 Ensaio De Uma Gestão Participativa

Nesta direção, em busca de aprofundar as observações e reflexões, entre os meses de setembro e dezembro de 2009, pude acompanhar reuniões que antecederam o plano de manejo das unidades de conservação da Sabiaguaba, essas reuniões foram uma espécie de ensaio, de uma gestão participativa, um laboratório realizado pela SEMAM, em busca de

fomentar uma maior interação com a população e os vários segmentos da localidade, tais como juventude, horticultores, barraqueiros, mulheres.

Essas reuniões realizaram-se na escola Eduardo Moreira Campo e em alguns outros locais, numa tentativa de convocar a maior parte dos moradores. Sob a coordenação do Setor de políticas ambientais da SEMAM, essas reuniões aconteciam às tardes e duravam em média duas horas. Mobilizaram uma média de vinte e cinco pessoas por encontro.

Essas reuniões iniciaram um ciclo de debates que elencavam as dificuldades enfrentadas pela população do lugar, o papel do poder público no tocante à resolução das mesmas, a real importância dessas áreas de preservação para a população local e o equacionamento dos problemas ambientais.

Alguns pontos altos na relação que se estabeleceu entre o poder público e a população Sabiaguense fomentaram um sentimento de inquietação entre as partes e apontavam para a necessidade de outro ordenamento do processo e uma melhor sistematização das reuniões.

A apatia da população frente à redundância e incompreensibilidade das exposições meramente teóricas, o ‘blábláblá’, daqueles que ali desempenhavam um papel de facilitação, gerava um clima de descrédito entre as partes. Enquanto os coordenadores da SEMAM preocupavam-se unicamente com a pragmática preparação para o desconhecido plano de manejo, a população queria respostas para as suas necessidades concretas e mais urgentes.

O desencontro das informações sobre os rumos para o lugar, as questões que tratavam da permanência e sobrevivência daqueles que estavam ali antes da criação das UCS, mereceram lugar de destaque, a falta de conhecimento sobre os direitos e as novas formas de conduta, apontaram para a necessidade de uma organização da população local, levando a rearticulação da Associação dos Moradores e Amigos da Sabiaguaba, além do desencadeamento de atividades pontuais, como o bingo/ pagode realizado em dezembro de 2009, que teve como mote central a compra de dez carros de piçarra e assim chamar a atenção do poder público, para as dificuldades de acesso vivenciadas por aqueles que todos os dias necessitavam ir e vir.

A falta de conhecimento sobre a cultura local, sobre as especificidades dos vários grupos e indivíduos, que juntamente com os ambientes naturais compõem a cena do lugar e a linguagem extremamente técnica, dificultaram o desenho do espaço que a rigor deveria promover diálogos e participação crescente.

Questões de extrema complexidade dividiram opiniões no desenrolar desses encontros, podemos destacar o tema da construção da ponte, as ocupações irregulares em todo o percurso

do rio Cocó e o levantamento fundiário necessário para o zoneamento das áreas correspondentes às unidades de conservação.

Como se pode observar, com estes resultados da pesquisa, tem-se uma situação que potencializa avanços importantes no contexto do lugar e apresenta outros gargalos, dificuldades de organização pautada numa proposta crítica, capaz de fazer frente às invasões culturais que continuam a ocorrer, mesmo no ambiente ecológico da comunidade.

Parece-me que há de se ter um avanço e creio que esta narrativa de pesquisa que ora faço, outra leitura possível deste lugar, pode contribuir com a comunidade, com os grupos organizados, com @s marcador@s sociais do lugar. Est@s podem demarcar outra leitura da realidade de Sabiaguaba e assim crescer enquanto compreensão da realidade intervindo mais ostensiva e conscientemente com a melhoria na qualidade de vida local.

Capítulo V

DISCUTINDO AS DEMANDAS PARA DESENHAR POSSIBILIDADES

As demandas e limites da comunidade da Sabiaguaba aparecem em meio à extrema beleza do lugar. Em todo o decorrer da inserção no campo essas necessidades emergiram de várias formas, algumas foram visíveis a olho nu, outras só puderam ser percebidas a partir da interação afetiva com @s autor@ e marcador@s sociais do lugar e a observação detalhada da vida que pulsa por ali.

Neste fragmento, sistematizamos algumas informações que nos ajudaram na aproximação com as demandas da comunidade. Essa sistematização é fruto do agrupamento dos informes coletados durante a inserção no campo e de um momento interativo com @s marcador@s sociais do discurso do lugar.

Para tanto, se misturou, num mesmo balaio, diálogo, gerações diferentes, experiências diversas, no tracejar de uma compreensão acerca dos limites enfrentados e das possibilidades galgadas na construção de outra Sabiaguaba mais humana, equacionada social e ecologicamente. Na qual o humano possa elaborar saberes em consonância com o mundo natural, dentro de relações significativas regadas de afetos e respeito. Para isso lançamos mão de cores e papéis, a fim de estimular a capacidade de simbolizar daquel@s que se propunham dialogar sobre suas realidades.

As principais demandas da comunidade aqui apresentadas, foram expostas em pequenas tabelas para uma melhor apreensão dos materiais investigados, contudo seguem incrementadas, para fins de complementaridade, com os desenhos (representações em imagem) produzidos pelos interlocutores que se propuseram a dialogar sobre as demandas ambientais da Sabiaguaba.

5.1 Cultura...

<i>Cultura</i>	<i>Soluções apontadas</i>
Necessidade de registros da história e das tradições culturais da Sabiaguaba	Elaboração de livro, documentários etc.
Preservar manifestações que possuem graves riscos de desaparecer, tais como a confecção de artefatos de palha e barro para fins de armazenamento e acondicionamento do pescado, o preparo do café de Mangirioba e matapasto, o preparo do mocoororó, e a confecção de artefatos para pesca.	Pesquisar na comunidade pessoas que ainda possam ensinar esses saberes, elaborar cartilhas e materiais que registrem a cultura ancestral
Necessidade de elaborar e circular a história da Sabiaguaba, privilegiar as histórias de vida e as micronarrativas,	Realização de projetos que valorizem os mais velhos, e promova a troca e a elaboração de saberes entre as várias faixas etárias



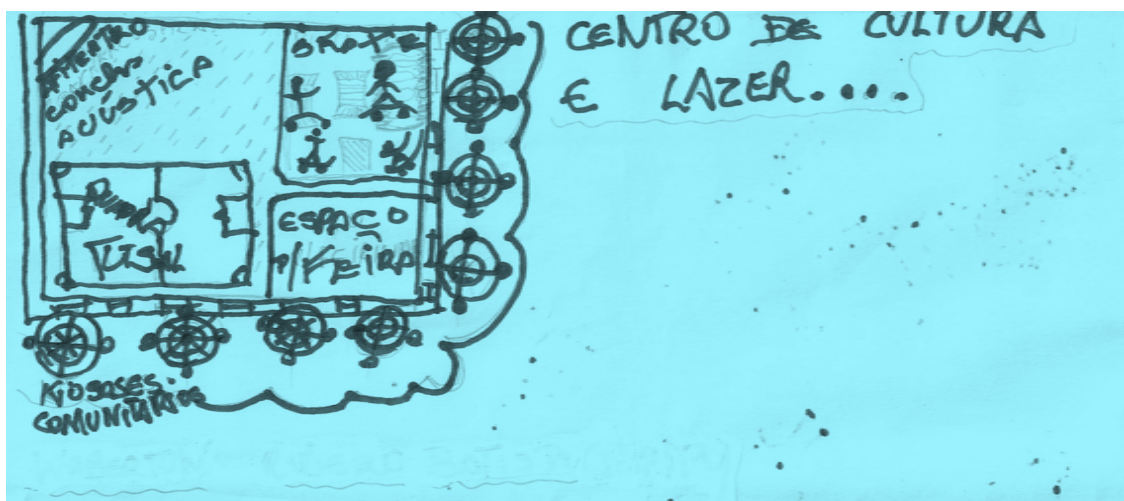
“[...] O jeito de ser e fazer dos nativos precisa ser respeitado, precisamos regatar nossa história, precisamos ter representatividade, a comunidade antiga merece respeito e as tradições precisam ser preservadas [...]”(Seu Mar).

5.2 Formação, Emprego E Renda...

Melhores condições para a geração de trabalho e renda	Soluções apontadas
Criação de cooperativas	Capacitação do pessoal predisposto
Amenizar os roubos e furtos na localidade	Melhorar o policiamento

Qualificação profissional	Cursos de formação para o ecoturismo
Preservação e conservação dos ambientes naturais	Qualificar a população local para serem multiplicadores das ideias e práticas ambientalmente corretas, aproveitando o conhecimento já existente.

<i>Segurança</i>	<i>Soluções apontadas</i>
Ter segurança no manguezal e em toda Sabiaguaba, principalmente na praia	Policimento ambiental no parque do Cocó, em toda extensão até a foz (boca da Barra)
Controle dos veículos 4x4 nas áreas de preservação e faixa de praia	Maior fiscalização do poder público, atuação do IBAMA, e fiscalizações afins
Segurança para banhistas	Treinamento da população para Salvamento, a criação de um observatório e um posto dos bombeiros na foz do rio Cocó

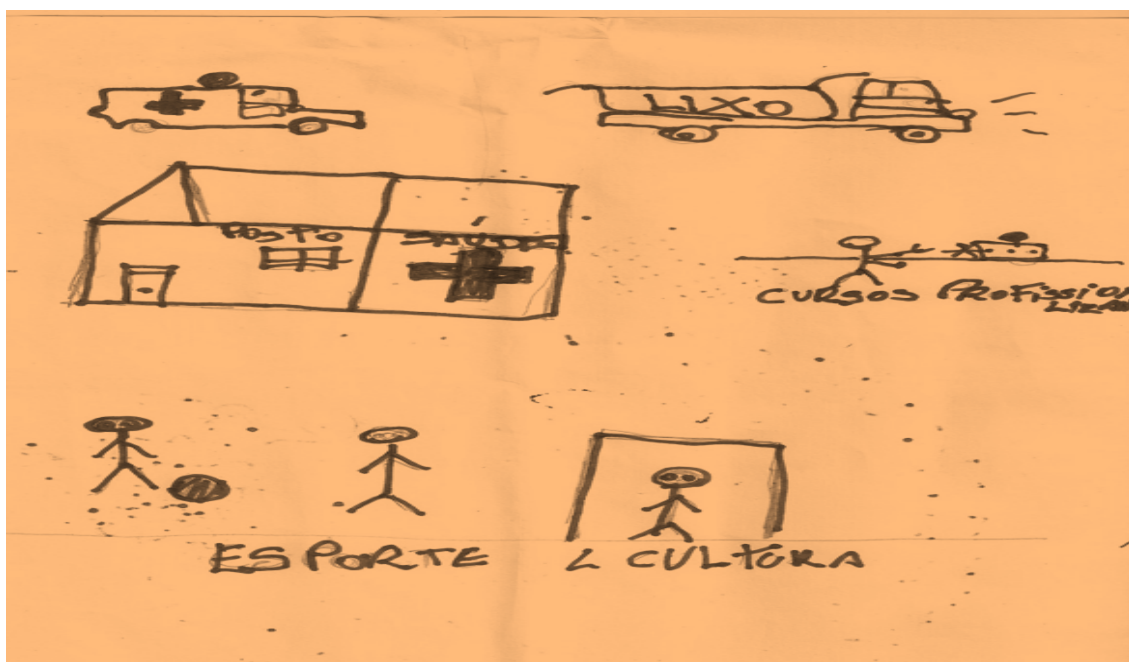


“ [...] Aqui necessitamos de espaços de lazer e geração de renda principalmente pros jovens [...] (Da Paz).

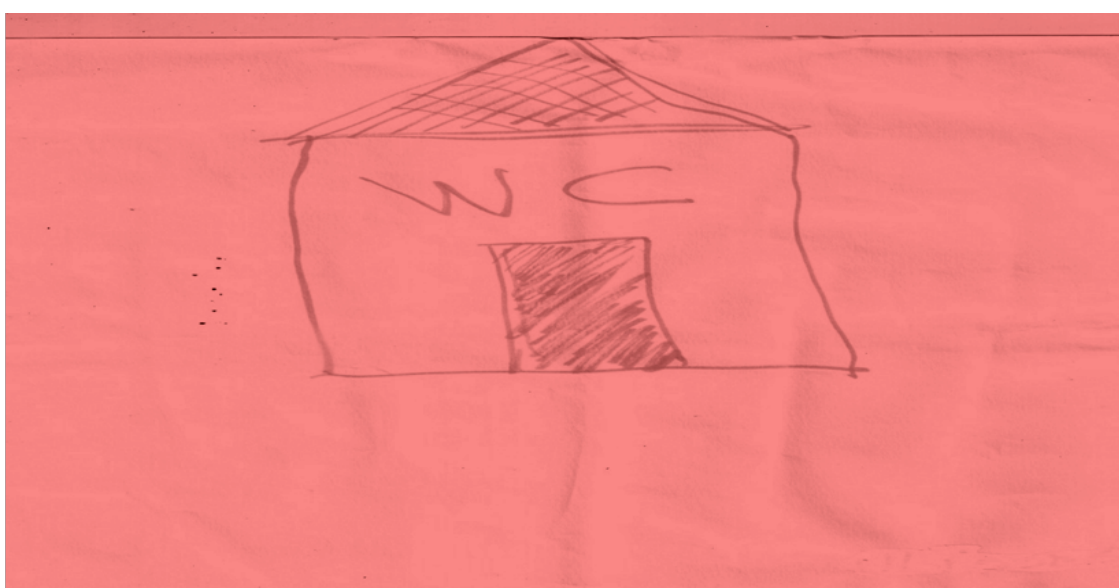
5.3 Infraestrutura...

<i>Mobilidade/acesso, saúde e saneamento</i>	<i>Soluções apontadas</i>
Difícil acesso à Sabiaguaba, problemas de infra-estrutura, Demora dos transportes coletivos, ausência de periodicidade.	Drenagem, dragagem do rio Cocó, recuperação do asfalto, Ampliação do numero de coletivos e criação de possibilidades alternativas de transporte, como vans, táxi e outras opções alternativas de transporte.

Ausência de espaços de lazer	Revitalização da praça, projetos para a juventude, equipamentos esportivos e de lazer
Ausência de rede de esgoto e água tratada	Adequamento ecológico e saneamento ambiental, tratamento alternativo para as águas.



“[...] Nós precisamos de vias de acesso, de saúde, de atendimento emergencial, profissionalização para os jovens, esporte e cultura, pois muitos deles estão ariscados a entrar pro mundo do crime só pela falta de opção, precisamos de coleta de lixo, pois com o aumento de carros e de pessoas aumentará a quantidade de lixo [...]” (Tartaruga).



“[...] Queremos saneamento básico, adequamento ecológico para as nossas casas e barracas, assim não comprometemos a qualidade da nossa água, pois quando vem a chuva até os peixes morrem, e olha que aqui ainda não é muito povoado, imagina se fosse como o Tancredo Neves ou o Dendê [...]” (dona Pixoleta).

5.4 Ordenamento Do Espaço E Levantamento Fundiário...

Ocupações irregulares, termo de ajuste de conduta e desapropriação	Soluções apontadas
Retiradas das moradias das áreas de preservação	Remanejamento das casas irregulares para a própria localidade, indenizações e adequamento ecológico
Falta de documentação, demarcação injusta, desconhecimento do perímetro das UCs	Levantamento fundiário e divulgação do perímetro das UCs e sinalização da área de proteção

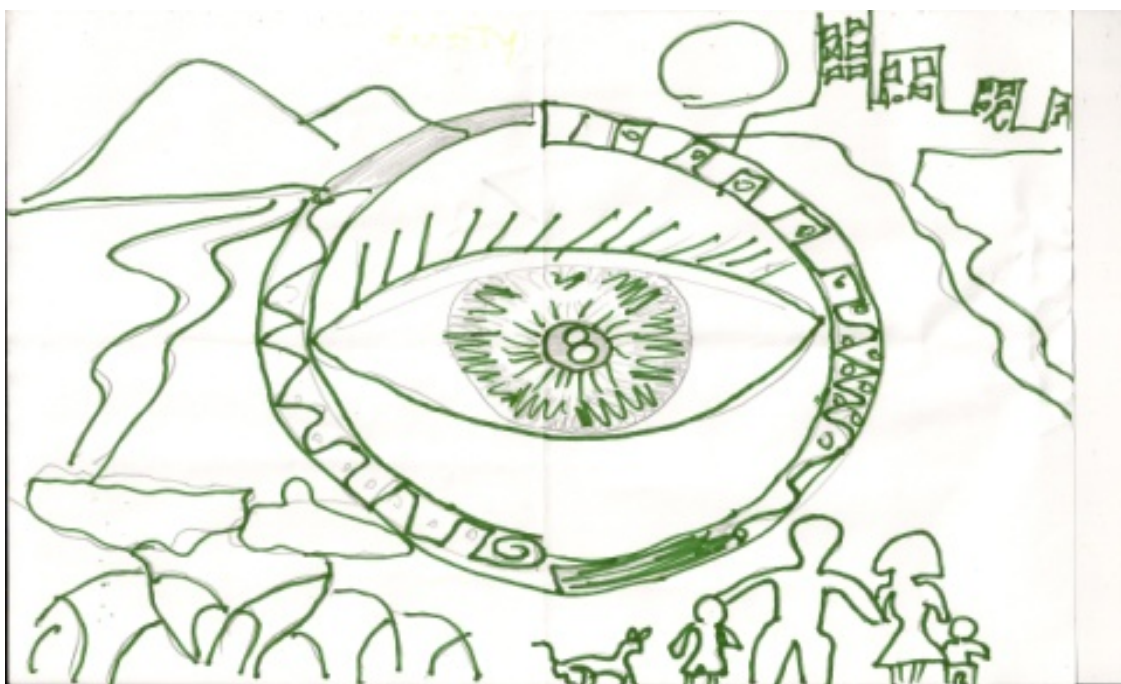


"[...] Nós queremos ter moradia de qualidade, aqui mesmo no nosso lugar, é daqui que tiramos nosso sustento, por isso temos o direito de permanecer na Sabaguaba[...]" (dona Ostra).

5.5 Práxis Ecológica...

Necessidade de uma relação mais harmonia entre humano e seus pares e entre humano e natureza	Soluções apontadas
Conflitos nas relações entre os moradores e entre os espaços de participação, ausência de aceitação	Melhorar os espaços de participação, encontrar possibilidades de diálogo entre a população do lugar

das diferenças	e o poder público
Mudança de comportamento em relação aos ambientes naturais, falta de criticidade e fiscalização	Manejo adequado, reflorestamento, campanhas de conscientização ambiental, fiscalização do poder público
Falta de sensibilização e capacidade criativa	Espaços de arte e educação ambiental



“[...] Nossa maior demanda ou necessidade é mudar nosso olhar e nosso comportamento com a natureza, esse olhar tem que ser atencioso e nosso comportamento comprometido com a nossa natureza, precisamos entender que temos que ficar de olho nos especuladores. Temos que ser guardiões das nossas dunas e cuidar do manguezal, pois daqui que sobrevivemos [...]” (Rusty).



“[...] Além do cuidado com o lixo, precisamos mudar nossas relações, brigamos muito entre nós e esquecemos que temos inimigos de fora que querem nos ver pelas costas, atividades artísticas poderiam ajudar a nos relacionarmos melhor, se nos dermos melhor, podemos cuidar dos nossos interesses [...]” (S. Zigler).

A apresentação acima demonstra uma separação intencional dos quadros e dos desenhos. Isto ocorreu para atender a uma orientação didática que permitisse um lampejo do quadro geral da pesquisa. Dessa maneira, fica mais simplificado observar o mapeamento das situações-limite tecido pelo grupo de pesquisa e das alternativas propostas para estas problemáticas.

Por conta da grande quantidade de dados e a sistematização necessária do que aconteceu no decorrer do trabalho de campo, precisei optar por esta síntese. Certamente, reconheço que com ela há um certo reducionismo na apresentação de uma gama de resultados que podem ser deduzidos do corpo mais amplo do trabalho.

A intenção dessa sistematização apresentada por meio das tabelas era organizar de maneira tal que pudesse formular uma articulação com os pressupostos teóricos do trabalho na relação com as experiências dos interlocutor@s locais, meus parceiros epistêmicos, e o diálogo em torno da interculturalidade, em particular.

Por meio dos desenhos foi possível demonstrar outro conjunto de reflexões mobilizados por meio mais subliminar, menos cognitivo, facultando assim outra leitura acerca das problemáticas locais. Pude assim vislumbrar, através das interpretações formuladas pelos

meus/minhas parceir@s de pesquisa o tema gerador, identificado com uma situação-limite e os possíveis atos-limite. Ou seja, impulsionad@s pelo desenho, pelo texto pictórico, estes autor@s sociais despertaram para soluções possíveis para estas questões.

Quero ainda ressaltar o caráter complexo dos desenhos e a integração entre os símbolos apresentados. Diferentemente dos discursos acadêmicos, científicos, acerca das problemáticas sócio-ambientais, aqui aparece um discurso integrado em si e em sua relação com a vida.

Retomo rapidamente alguns trechos da fala apenas para frisar a compreensão de totalidade que transparece dos depoimentos associados aos desenhos. Como, por exemplo, seu Mar diz da história do lugar que deve ser respeitada e preservada no seu sentido de representar o lugar. Percebe-se uma relação entre saúde, profissão, cultura e lazer de uma maneira que só os saberes populares são capazes de realizar. Paralelo a esta leitura que beira o eco-relacional, é possível verificar uma compreensão ecológica mais ampla, tal como quando dona Pixoleta integra o adequamento ecológico com o saneamento básico, a qualidade da água que pode ser efetivada por ações locais etc.

Para concluir este capítulo retomo a fala de Rusty ao nos lembrar da necessidade primordial e primeira de mudar nosso olhar. Daí sim decorre a mudança de atitude e a possibilidade de uma práxis ecológica mais ampla, de uma ecopráxis.

Conclusões Inconclusas

Chego ao fim, mas sinto isto como um começo. Sei que existem inúmeros buracos, furos no trabalho. Entendo que poderia avançar muito mais e muito mais fazer jus à confiança e respeito que a comunidade depositou em mim. Porém, a vida é assim... Em geral, fica aquele gosto de que poderia ser muito melhor...

Dificuldades das mais diversas se apresentaram ao longo do percurso. Tive dificuldades pessoais, acadêmicas, sociais, ecológicas mesmo. A entrada no campo de pesquisa implicou num forte investimento. Era um momento difícil na comunidade da Sabiaguaba.

Para agravar ainda mais as dificuldades, destaco que além da grande abrangência do espaço geofísico, havia da minha parte a intencionalidade de uma investigação eminentemente qualitativa e isto exigiu uma interação etnográfica. Porém, não podia ser qualquer interação etnográfica, precisava que ela estivesse em consonância com a Perspectiva Eco-Relacional que eu escolhi como fundamento teórico do trabalho. Assumi assim uma Etnografia Intercultural.

Outro ponto de estrangulamento foi a dificuldade de reunir os autor@s sociais com os quais pretendi dialogar e dialoguei. Isto se deu por conta da própria luta pela luta por sobreviver, da cultura local, das diferentes “tribos” culturais, das diferentes culturas individuais, das distâncias físicas e temporais...

Minhas limitações pessoais, nem pretendo explicitar, mas destaco a necessidade que tive de me apropriar de conhecimentos que até então eram distantes de mim, ou ainda de desejos ainda não corporificados e que exigiram um investimento da minha parte. Vale ainda aproveitar para registrar o quanto se tem a agradecer, em geral, em trabalhos como este aos familiares, amig@s, parceir@s os mais diversos que sacrificam nosso convívio e compartilhamentos.

Desse modo chego ao fim, que é um começo de outra etapa na jornada. E preciso fazer um balanço do que foi, do que é e do que será. Para tanto, retomo a problemática da pesquisa e dialogo com ela desde cá na direção de lá. Comecei este movimento investigativo com uma inquietação que formulei assim: Como posso compreender as principais demandas ambientais de Sabiaguaba, sob a percepção dos marcadores sociais do lugar? Como posso interagir pedagogicamente com elas com o intuito de potencializar uma Educação ambiental crítica e dialógica naquela comunidade?

Bem, numa tentativa de resposta pude constatar que estas demandas estão em torno da apropriação de um conhecimento que durante muito tempo lhes foi negado. Disso várias dificuldades advieram disso. Dentre elas, a própria perda da história do lugar, da preservação de seus saberes e costumes, a desvalorização das micronarrativas e dos conhecimentos nativos. E, em meu entender isto é algo prévio para compor a possibilidade de um plano de Educação Ambiental, de um plano de manejo e gestão ambiental de qualquer lugar.

É bem verdade que está presente nos documentos e nos discursos oficiais, porém a dimensão empírica aponta outra situação. O que constatei é que isto fica bem distante das práticas de articulação, planejamento e ação pensada em prol da Sabiaguaba.

O discurso de participação, de planejamento participativo é, na verdade limitado, falho ou indevido, pois que concretamente as pessoas não são escutadas e quando muito a escuta é aparente e descolada de um valor efetivo. A comunidade é convocada para aplicar o que @s técnic@s deliberam e, na maioria das vezes, não atendem as reais demandas da comunidade.

Avanços existiram nesta articulação vivenciada em Sabiaguaba. O grupo de pessoas envolvidas, técnic@s, cientistas, especialistas em geral, ambientalistas ligados ao lugar, políticos e comunidade, conseguiram estabelecer alguns diálogos e considero que foi o início de algo que pode prosperar em se tratando de uma dialógica e de uma perspectiva relacional mais ampla.

Creio que ao longo dessa pesquisa pude contribuir com este processo, com o crescimento da dialógica no âmbito do grupo que se investiu desse compromisso sócio-ambiental no lugar. Acompanhei de perto os avanços e pude facilitar a expressão mais efetiva da comunidade e favorecer um canal de comunicação entre os diversos segmentos envolvidos.

Posso dizer que identifiquei algumas dessas demandas. Estas aparecem prá mim como temas geradores. Para isto optei por identificar os marcador@s sociais do discurso do lugar e por meio del@s pude reconhecer estes dilemas e situações-limite, bem como os atos-limite, ou seja, as possibilidades de resolução dos problemas.

Ainda em torno desse marco central do percurso, observei que circulavam cotidianamente três discursos ambientais: o discurso de caráter valorativo, mais holístico associado aos ambientalistas do lugar; o discurso da ecoeficiência, relativo à modernização e inclusão da Sabiaguaba no cenário mais amplo da cidade de Fortaleza ampliando a acessibilidade do consumo e da produção; o discurso popular, relativo aos saberes de experiência feito, muito próximo do discurso da justiça ambiental e da ecologia da libertação (ALIER, 2009).

Pude, neste contexto, propor uma revisita aos discursos e ampliar o debate na direção de uma dialogia que pudesse aproveitar os pontos favoráveis de cada um deles, superando-os com a compreensão mais ampla oferecida pela Educação Ambiental Dialógica ao integrar estas dimensões ao discurso político e cultural focado nos oprimidos.

Aqui retomo os objetivos que me ajudaram neste caminho. Esta bússola ajudou na busca de minhas respostas. Ao retomar os objetivos constato que a multidimensionalidade precisa efetivamente ser vislumbrada no processo de organização ambiental da Sabiaguaba. Reconheço que os grupos populares ainda mantêm esta compreensão, mas que era invisível para o segmento de pesquisador@s e tecnic@s envolvidos neste ordenamento comunitário. Fazia-se premente que o diálogo contemplasse estes conhecimentos e saberes locais.

Creio que neste vácuo encontro a resposta de que realmente é necessária uma Educação ambiental crítica e dialógica que possa colocar na pauta local um outro referente para pensar a ocupação, os ordenamentos espaciais, a integração com o global sem perder características importantes do lugar, ao mesmo tempo em que critica a lógica da colonialidade ainda presente nas entrelinhas das propostas hegemônicas ainda praticadas.

As metanarrativas que não se identificam com um discurso contra-hegemônico, funcional, em regra, eram silenciadas. Com isto se perdeu muitas das vantagens dos saberes locais e das potencialidades de outras maneiras de organização e de busca de qualidade de vida.

O objetivo associado ao conhecer e dialogar com os marcadores sociais do discurso do lugar foi indispensável para que eu me aproximasse e encontrasse o amparo e as condições para realizar a tarefa a que me incumbi. A descrição do cenário local com suas dificuldades e conquistas aconteceram neste ambiente dialógico que estas relações autênticas me possibilitaram. Foi neste horizonte em que pude perceber as principais demandas ambientais da localidade.

Quanto a minha pretensão de intervir, numa ação de Educação Ambiental, junto à comunidade com o intuito de contribuir com a organização e resistência do grupo diante de dilemas atuais, considero que atendi parcialmente. Até porque o ambiente empírico me apontou uma necessidade minha de mudança e transformação. Ajudou-me a adquirir certa humildade epistemológica e assim ao me transformar no âmbito da pesquisa eu encontrei outra forma de atuar no sentido da educação ambiental. Esta, de fato foi uma aprendizagem-ensino de uma educação ambiental dialógica.

No início desse trabalho, me deparei com uma Sabiaguaba que vivia um momento único. Uma ponte inconclusa, as obras da via principal paradas, um trabalho de permacultura sendo realizado na escola nova como parte do fórum da agenda 21 do município de Fortaleza, com uma participação insignificante da comunidade, desinformação da comunidade sobre os termos de ajuste de conduta cobrados pela SEMAM, as entidades de representação da comunidade desarticuladas, a desinformação sobre as unidades de conservação e as perspectivas ecológicas para o lugar.

Ao longo da pesquisa, desenhou-se um cenário de novas possibilidades para mim e os interlocutores desse processo epistêmico. Novos espaços de participação foram elaborados, assim como o desvelar de uma realidade até então estranha e alheia. Alguns dos Marcadores sociais do discurso do lugar, hoje participam efetivamente das instâncias que discutem os rumos para a Sabiaguaba, assim como esse trabalho abre um campo de possibilidades para futuras pesquisas comprometidas com as questões ambientais que privilegiem os oprimidos e a possibilidade de Ser- Mais em relação.

Referências Bibliográficas

ANTUNES,E.M.; VIEGAS,R.M.; SONODA,F.; FACHIM,E. (2001) *Programa de Educação e Difusão Ambiental para a área de entorno do Parque Estadual da Serra de Ricardo Franco*. Anais do II Congr.Bras.Unid.Conservação (05-9/11/01).

ARENT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Ana Maria Faria. Coleção Antropos. Lisboa: RelogiosD`água, 1991.

AOKI, H. & ANDRADE, W.J. (1998) Programa de uso público e seu papel na conservação da natureza. *Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação – trabalhos técnicos*, vol.II, p. 371-373.

BENJAMIM, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. Traduzido por Marcus, Vinícius Mazzari. São Paulo: Sumus, 1984.

_____. **Experiência e pobreza**. In. Magia e técnica, arte e política. Tradução Paulo Sergio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril cultural, 2006. (Coleção os pensadores).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **As flores de abril**: movimentos sociais e educação ambiental. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **Somos as águas puras**. Campinas-SP: Papyrus, 1994.

_____. **Pesquisa participante**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL (1981a) *Lei n 6902, de 27/04/81, que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, Brasília, DF.*

BRASIL (1981b) *Lei n. 6938, de 31/08/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF.*

BRASIL, (1997) Projeto Unidades de Conservação/IBAMA/GTZ. *Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil*, p. 1-38.

BRASIL (1999) *Lei n. 9795, de 27/04/1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF.*

BRASIL (2000). *Lei n. 9985, de 18/07/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Brasília, DF, www.mma.gov.br/snuc.*

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução á teoria e aos métodos. Porto – Portugal: Porto Editora, 1991.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: A formação do sujeito ecológico. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Educação, meio ambiente e ação política.** In: ACSELRAD, H. (Org). Meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 2002.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** Antropologia e licenciatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo. Ed. Gaia, 2004.

GARCÍA, Canclini, N. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2007.

_____. **Culturas híbridas:** Estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução HeloízaPezzaCintrão, Ana Regina Lessa; Tradução da introdução Gênese Andrade. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FIGUEIREDO, J. B. A. **A educação ambiental popular e educação intercultural no contexto da formação docente.** In: 31ª. Reunião Anual da ANPEd, 2008, Caxambu - MG. **Anais da 31ª.** Reunião Anual da ANPEd. Rio de Janeiro - RJ :ANPEd, 2008. v. 1. p. 1-17.

_____. **A Educação Ambiental Dialógica e Educação Intercultural na Formação de Educadores:** a Perspectiva Eco-Relacional. In: Relatório do Pós-Doutorado. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2008b.

_____. **Pesquisa engajada e intervenção em educação ambiental dialógica.** **Anais da 27ª** Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação – ANPED. Caxambu, MG, 2004 (CdRoom / homepage).

_____. **Educação e afetividade na relação com @ outr@: contributos da Perspectiva Eco-Relacional.** In: Henz, Celso Ilgo; Rossato, Ricardo; Barcelos, Valdo. (Org.). Educação humanizadora e os desafios da diversidade. 1 ed. Santa Cruz do Sul - RS: EDUNISC, 2009, v. 1, p. 22-43.

_____. **Educação ambiental dialógica:** a contextualização do ensino numa linguagem de Paulo Freire. In: FIGUEIREDO, J.B.F.; Olinda, E.M.B. (Orgs). Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire. Fortaleza: Editoras UFC, 2006.

_____. **A Educação ambiental e dialógica e representações sociais da água em cultura sertaneja nordestina:** uma contribuição à consciência em ambiental em Irauçuba-CE, Tese (Doutorado). Universidade federal de São Carlo – UFSCar, São Carlos – SP, 2003.

_____. **Educação ambiental e o educador em formação numa perspectiva eco-relacional.** In: Associação Nacional de pesquisa e Pós-Graduação – ANPED, 2007. Caxambu, 2007.

FLEURI, Reinaldo Matias. (org.) **Intercultura e Movimentos Sociais.** Florianópolis, SC: MOVER/NUP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1982.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. & SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Terra, Tradução de Adriana Lopez. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: Guanabara Koogan, 1989.

GONSALVES, Carlos Walter Porto. **Os descaminhos do meio ambiente**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas – São Paulo: Papirus, 1995.

JACOBI, P. dos et al. (Colab.). **Jovens: cidadania & meio ambiente – Projeto Ação Comunitária e Cidadania**. Editora: Cenpec, 1998.

JACOBSON, S. & PADUA, S. **A systems model for conservation education in parks: examples from Malasya and Brazil**. *Conserving Wildlife: International Education and Communication Approaches*. S. Jacobson (ed.). Columbia University Press. *Methods and Studies in Conservation Biology Series*, 1995.

LANDER, Edgardo. **Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos**. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. 1ª. ed. Buenos Aires,: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

LANE, Silvia T. M. e SAWAIA, Bader Burihan (orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo, SP: Brasiliense: EDUC, 1995.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LARROSA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber da experiência*. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 19. Jan-Abr 2002. Disponível em:
[HTTP://WWW.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE_19/RBDE_19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE_19/RBDE_19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf). Acesso em 20/05/2008.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ALIER, Juan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MATURANA, R. Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Trad. José Fernandes C. Forte. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1998.

_____. & REZEPKA, S.N. **Formação hunama**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MILANO, M.S. (2000) **Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça**. In: I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais. Curitiba: IAP/UNILIVRE: rede Pró-Unidades de Conservação, v.I, p.11-25.

MORIN, Edgar. **A Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória – 8 ed. Rio de Janeiro: editora Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, Manfredo A. **A crise da racionalidade moderna: uma crise de esperança**. Fortaleza: UFC/NEPS, 1988. (Série Estudos e Pesquisas Sociais, 12).

_____. **A ciência num mundo globalizado**. Dissertação (Mestrado em Saúde). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará – UECE, 1997.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 1ª. ed. Buenos Aires,: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAUVÉ, Lucie. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. SATO, Michele e CARVALHO, Isabel (orgs.) Porto Alegre, Artemed, 2005.

TABANEZ, M.F. & HERCULANI, S. (1990) **Lazer e educação ambiental em florestas do Estado de São Paulo**. In: Congresso Florestal Brasileiro, 6, Campos do Jordão – SP, **Anais**, V.1, p. 64-69.

TUAN, Y-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo, SP: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Oliveira, L., Rio de Janeiro, RJ: Difusão editorial S.A, 1979.

VIEIRA, Sebastião da Silva. **Pássaros que cantam, árvores que acalutam: lagoa redonda, ontem e hoje**. Fortaleza: Seri & Gráfica, 2002.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época**. Tradução livre Magda Silony. Quito – Colômbia: Ediciones Abya-Yala, 2009.

WELLS, M. & BRANDON, K.E. (1992) **People and parks: linking Protected Area Management with Local Communities**. Washington, DC, The World Bank.

ANEXO I – FOTOS



Placa que demarca a área de do Parque Municipal das Dunas da Sabaguaba



Crime ambiental: veículos de tração na área de preservação integral



Quiosque do finado Evandro: Visão privilegiada da antiga e da nova via(avenida Sabaguaba)



Resíduos produzidos no final de semana(coletor das barracas dos rio)



Ocupação nas dunas(área de preservação permanente)



Comunidade da Chica Jorge- filh@s e Net@s da Dona Alice



Via de acesso à praia, avenida principal da Sabiaguaba



Barracas na margem do rio Cocó, ocupação no espelho de água (APP)



Cercas nas unidades de conservação (especulação imobiliária)



Barco que interliga a Sabiaguaba ao Caça e Pesca na foz do Cocó



Ocupação na faixa de praia (Loteamento)



Antiga instalação do Eco museu (Mangue da Barra)



Membros da comunidade na Câmara Municipal na audiência pública mitigatória do DNIT (ponte).



Entrada da Rua Jassanan- (Galdêncio articulando a reunião na Câmara)



Escola Eduardo Campos- Reunião da comunidade com a polícia ambiental e SER IV.



Pagode/ bingo- realizado na pousada Mareiros para compra da piçarra (medida paliativa para chamar atenção do poder público)



Reunião da comunidade para discutir as demandas/ início da rearticulação da AMAS



Neide e tia Alice- mãe e filha refletindo sobre os rumos da Sabiaguaba.

Museu Natural do Manguê *10 anos*
Sabiaguaba

Trilhas Ecológicas

Caiaque

Museu

Laboratório

O Projeto Educar Sabiaguaba Eco Museu Natural do Manguê oferece suporte às atividades de conhecimento dos manguezais ligados à educação ambiental e turismo ecológico, através de propostas didático-pedagógicas, visando à preservação e conservação da biodiversidade desse bioma.

APOIO
LAZER AD EXTREMUM

Museu Natural do Manguê Sabiaguaba
Educação, Lazer e Aventura

Funcionamento:
Através de Agendamento para
Visitação Pública e Estudantil
(Terça a Domingo nos horários de 9h às 16h)

Informações:
Fone: (085) 87495286
Rua Professor Valdevino nº58 CEP: 60.830-720
Sabiaguaba - Fortaleza-CE - Brasil
E-mail: projeto.educar@hotmail.com
museunaturaldomangue.wordpress.com

Divulgação do Eco museu Natural do Manguê da Sabiaguaba, produzido em outubro de 2010.

Educação Ambiental

Eco-Museu Natural do Mangue da Sabiaguaba 10 ANOS DE DEDICAÇÃO

Ecomuseu Natural do Mangue em programação nacional

A Semana Nacional de Museus que acontece todos os anos, abordou em 2010 o tema "Museus para a Harmonia Social". Na programação, articulada em nível nacional pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), o Ceará participou com 29 museus, em 17 cidades, entre eles, O Ecomuseu Natural do Mangue da Sabiaguaba.

O Ecomuseu, um projeto da AMAS, que fez parte desta semana, levou para a Escola Municipal Prof. Manuel Eduardo Pinheiro Campos uma extensa programação. De 18 a 20 de maio, o Museu itinerante, esteve exposto na escola oferecendo às 591 crianças e jovens conhecimentos sobre o meio ambiente e o ecossistema do Mangue. Foram exibidos vídeos, filmes educativos e exposição do acervo do museu. Também no dia 21 de maio foi realizada uma trilha pelo mangue, com professores da escola. Nos dias 22 e 23, a trilha e canoagem ambiental, além da visita ao Museu, ficaram à disposição de toda a comunidade de forma gratuita. A programação teve como objetivo oferecer momentos de lazer e descontração entre pais e filhos moradores do bairro.



Eco-Museu Natural do Mangue da Sabiaguaba localizado na Foz do Rio Cocô / Sabiaguaba Funciona todos os Sábado e Domingo das 9 hr as 15 hs, ou através de agendamento informações: (085) 87495286

PLANO DE MANEJO

Lançado Plano de Manejo: E agora o quê fazer?



Sábado, dia 05 de junho, no dia em comemoração ao Meio Ambiente, foi dado início ao processo de construção do plano de manejo da Sabiaguaba, no restaurante do Mamão. No evento estiveram presentes várias autoridades entre elas o Secretário Deodato Ramalho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM e lideranças da própria Comunidade. Foi anunciado que a Fundação CEPEMA ficará responsável pela execução do plano sendo que a coordenação ficará a cargo do professor Jeová Meireles, da UFC. No discurso de lançamento ficou claro que a construção do plano de manejo será coletiva e sua realização será feita através de uma equipe técnica convidada que coordenará todo o processo. Uma Comissão Gestora será criada que terá a função propositiva e consultiva e que será composta por Entidades representativas do bairro e pelo poder público de forma paritária. Ao plano elaborado caberá definir as diretrizes básicas que nortearão as ações e políticas a serem desenvolvidas no Parque das Dunas da Sabiaguaba. A responsabilidade em definir critérios de uso e ocupação do Parque é de todos(as) os(as) moradores do bairro porque representa o futuro da comunidade. Então, o que a comunidade precisa fazer é participar ativamente de todas as reuniões para poder contribuir com o processo e fazer parte da história. Se não participar, não poderá depois reclamar. A hora é agora!

ANEXOS II- O CASO DA TORRE DO IGUATEMI – DOSSIÊ 2008

Às vésperas de 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, recebemos perplexos e indignados, a notícia de mais um fato lamentável de perseguição e tentativa de criminalização de um militante, desta vez através de Ação de Pedido de Explicações (fase preparatória de processo criminal) dirigida a JOÃO ALFREDO TELLES MELO - advogado, ambientalista, consultor do Greenpeace, ex-deputado e professor de Direito Ambiental, expressão viva da defesa inquebrantável das causas ambientais.

Esse ato nos revela — principalmente ao sabermos que esta ação foi provocada por iniciativa de Daniela Valente, titular da Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM) da Administração Municipal de Fortaleza — que trata-se de um processo de caráter marcadamente intimidatório, motivado pelo descontentamento da citada Secretária pelo fato dos movimentos ecológicos, sociais e socioambientais, com os quais João Alfredo se articula, se confrontarem permanentemente e com inquestionável rigor ético com a política ambiental da Administração Municipal.

Na citada Ação, a Secretária Daniela Valente afirma ter João Alfredo cometido "calúnia, difamação e injúria", tão somente porque o ex-deputado federal denunciou, em artigo publicado no mês de outubro de 2007, o equívoco do poder público municipal (representado pela Secretaria de Meio Ambiente/SEMAM) em conceder as licenças que autorizam o empreendimento imobiliário do grupo Tasso Jereissati — a Torre do Iguatemi, empreendimento que está sendo construído às margens do rio Cocó, causando devastação naquela Área de Proteção Permanente.

Vale ressaltar que esse procedimento tem como pano de fundo uma atuação omissa e equivocada da Administração de Fortaleza, que mina o direito à cidade e a qualidade ambiental urbana. Interesses especulativos predominam sobre o direito ao meio ambiente.

Exemplo disso é o desmonte de dunas na Praia do Futuro, o aterramento de lagoas, a devastação de Áreas de Proteção Permanente, bem como o alargamento de vias circundando o manguezal do Cocó, entre outros.

Para nós, é evidente que a Secretária de Meio Ambiente do Município de Fortaleza quer criminalizar não só João Alfredo, mas fundamentalmente os movimentos sociais e ambientalistas, que não se deixarão intimidar diante de quaisquer práticas que busquem criminalizar o pensamento divergente e calar, através de instrumentos jurídicos, os movimentos e lideranças que incomodam o status quo. Dessa forma, reafirmamos que o movimento em defesa do Parque do Cocó e do meio ambiente de Fortaleza não é o movimento de uma pessoa só, de um só grupo, de uma só entidade — somos muitos e muitas! Nós, ambientalistas, movimentos sociais, entidades, cidadãs e cidadãos de Fortaleza, vimos explicitar nosso mais profundo repúdio diante do processo judicial movido contra João Alfredo Telles Melo, e contamos com o seu apoio. A Interpelação a Joao Alfredo O movimento ambientalista, cumprindo seu papel de fiscalizar, vem denunciando os desmandos da administração municipal em relação ao meio ambiente, na perspectiva de reverter graves situações que vêm ocorrendo. Particularmente, denunciemos ações que produzem elevada degradação ambiental em vários meios naturais – rios, lagoas, dunas, manguezal -, em razão de práticas inaceitáveis por parte da prefeitura, tais como a não realização de Relatórios de Impacto Ambiental – RIMA para obras potencialmente degradadoras e, sobretudo, liberação de licenciamentos à revelia da lei. Nesse caso, inclui-se o licenciamento da Torre Empresarial do Iguatemi, situada nos limites da área de inundação do rio Cocó, que foi realizado sem consulta ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, como reza a Lei Orgânica do Município. Com efeito, a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 207, diz que obras lindeiras à áreas de proteção de recursos hídricos precisam ser aprovadas pelo COMAM. A Prefeitura Municipal de Fortaleza desconheceu esse fato e licenciou a obra, para benefício de um único empresário e prejuízo de toda a cidade.

Na verdade, o que percebemos é que essa administração, eleita com o voto popular e com o apoio do movimento ecológico, evita os espaços onde a questão ambiental possa ser analisada – o RIMA por exemplo, exige audiências públicas e participação da população nas discussões. O COMAM é local onde conselheiros expressam discordâncias e aprovam ou não obras públicas e privadas - mas não tem se reunido regularmente, algo que ocorria inclusive na administração anterior. Os espaços de manifestação da sociedade civil na temática ambiental foram, assim, sumariamente cassados nessa gestão.

Mas, não satisfeita com essa cassação de voz e expressão da sociedade civil, a PMF, através da Secretária do Meio Ambiente, arquiteta Daniela Valente, procura tentar calar o movimento no próprio seio social.

Pois, para pasmo geral, resolveu interpelar judicialmente o ambientalista João Alfredo, uma das vozes mais coerentes, respeitadas, sérias e ambientalmente comprometidas do estado e do país!. A interpelação judicial tem como base artigo publicado em outubro de 2007 no jornal O POVO, no qual o ambientalista fez o que compete ao movimento social: denunciou o licenciamento irregular da Torre do Iguatemi.

A interpelação judicial a João Alfredo representa interpelação a todo o movimento ecológico, que há 25 anos vem contribuindo para impedir que a cidade se transforme em puro palco da especulação imobiliária, sem natureza e sem saúde. Foi dessa mobilização que surgiu o Parque do Cocó, pulmão verde que a PMF hoje ajuda a destruir. Mas, o movimento não vai se deixar intimidar. Ao contrário, reagimos com energia a essa insensatez, que fere a democracia e o direito de expressão, acalantados que estamos por uma revoada de demonstrações de solidariedade a João Alfredo e ao movimento que ele representa: a cidade está conosco nessa nova batalha.

ANEXO III - PARQUE ECOLOGICO DO COCO (DOSSIÊ DOS DANOS SÓCIO AMBIENTAIS 2008)

Caracterização

O Rio Cocó faz parte da bacia dos rios do litoral leste cearense. Sua bacia hidrográfica ocupa uma área de aproximadamente 485 km², com o rio principal apresentando um comprimento total de cerca de 48 km .

Ao longo do segmento fortalezense da bacia hidrográfica, existem três unidades geoambientais principais: a planície litorânea, formada por praias e dunas móveis e fixas, que apresenta grande importância para a manutenção do equilíbrio sedimentar da zona litorânea (minimizando assim a existência de processos erosivos) e para a alimentação do lençol freático; a planície flúvio-marinha, inundada pelas marés, na qual ocorre rico bosque de manguezal, berçário de grande número de espécies da fauna marinha e da fauna continental; a superfície dos tabuleiros costeiros, área plana sedimentar fundamental para a alimentação do lençol freático, o qual permite a existência de um rio perene.

Localização

O Rio Cocó nasce na vertente oriental da Serra da Aratanha e nos seus 48 km de percurso passa por três municípios - Pacatuba, Maracanaú e Fortaleza -, para desaguar no Oceano Atlântico, nos limites das praias do Caça e Pesca e Sabiaguaba. Sua bacia hidrográfica ocupa 2/3 da área urbana de Fortaleza, colocando-se nessa perspectiva como um elemento natural fundamental para o equilíbrio ambiental da cidade. O Parque Ecológico do Cocó compreende as terras entre a BR-116 e a foz do rio, perfazendo um total de 1.155,2 hectares de planície de inundação fluvial.

Tipos de degradação da área

Apesar do status de área preservada e de parque ecológico, a planície fluvio-marinha do Rio Cocó vem sendo objeto de agressões permanentes, seja através das ocupações irregulares, da poluição das águas provocada por esgotos clandestinos e pelas carvoarias (que, além da queima da madeira, provocam desmatamento), seja através da construção de edifícios, equipamentos e vias nos seus limites, os quais desmatam, aterram e asfixiam o manguezal e por conseguinte, a cidade também, haja vista a destruição que impetram em uma das poucas

áreas verdes que Fortaleza apresenta. A construção de equipamentos e obras diversas no entorno do Parque Ecológico do Cocó retira ainda da população de Fortaleza o direito à paisagem - legalmente assegurado através do artigo 24 da Constituição Federal, do artigo 1 do Decreto-lei 25/37 e do artigo 3 da Lei Federal 6.938/81.

Situação Legal

O Parque Ecológico do Cocó foi criado na década de 1980, pelo governo estadual, em função da mobilização dos movimentos ambientalistas, através do Decreto 20.253, de 05 de setembro de 1989, e do decreto 22.587, de 08 de junho de 1993, que decretou de interesse social para fins de desapropriação, as terras compreendidas entre a BR-116 e a foz do rio, perfazendo um total de 1.155,2 hectares de planície de inundação fluvial. Nesse segmento, encontra-se o exuberante bosque de manguezal que caracteriza o Rio Cocó.

O manguezal do Rio Cocó é preservado pelo Código Florestal brasileiro, que determina a vegetação de mangue como sendo área de preservação permanente, na qual nenhum tipo de ocupação urbana ou de outra natureza pode ocorrer. Situado no coração de Fortaleza, esse bosque de manguezal representa o local onde várias espécies de moluscos, crustáceos, peixes, répteis, aves e mamíferos compõem cadeias alimentares com ambientes propícios para reprodução, desova, crescimento e abrigo natural. O manguezal é ainda fundamental para o controle das cheias e enchentes que ocorrem nos períodos chuvosos, pois impede que a água extravase o leito do rio e inunde as áreas urbanas adjacentes. A presença da vegetação cria ainda condições climáticas caracterizadas por umidade e ventilação, fatos que propiciam a existência de climas urbanos confortáveis no seu entorno.

Propostas para a área

As obras e equipamentos que vêm sendo construídos no entorno do Cocó neste ano de 2007 estão em geral ao arrepio da lei, pois não vêm passando pelo crivo do Conselho Municipal do Meio-Ambiente, como rezam as portarias do CONAMA e a Lei Orgânica do Município. Em vários casos, seria necessário ainda a realização de relatórios de impacto ambiental –RIMA, e tal dispositivo legal vem sendo sumariamente esquecido. Nesse contexto, coloca-se a necessidade peremptória de controle do uso do entorno do parque, através da definição de uma zona de amortecimento na qual as construções seriam limitadas ou proibidas, de forma a garantir a integridade natural da área – proposta do Ministério Público Federal nesse sentido

já foi apresentada, com definição de uma área non-edificandi de 500 m a partir dos limites do parque. Urge também, atuar no sentido de impedir que as construções que se acham em curso ou em vias de serem iniciadas possam trazer prejuízos irreversíveis à qualidade do clima, à reprodução de espécies da fauna marinha e continental, ao controle de enchentes e ao direito à paisagem! Em tal contexto coloca-se a construção de diversos edifícios no entorno da planície de inundação do rio, bem como da Avenida Juarez Barroso, por parte da Prefeitura Municipal, e da Torre do Iguatemi, equipamento privado de interesse do grupo empresarial Jereissati.

No momento, inicia-se uma discussão para a instalação do novo Centro de Feiras e Eventos da cidade, na área do bairro Edson Queiróz, o que sem dúvida vai colocar mais pressão sobre o manguezal do rio, pois a grande via de acesso a essa região da cidade, a Av. Washington Soares, acha-se completamente saturada. Fica aqui uma indagação: – por onde será o acesso dos milhares de veículos que irão se deslocar para o Centro de Feiras? A pressão urbana sobre o Cocó na atualidade nunca foi tão grande, e a Prefeitura Municipal de Fortaleza está anunciando a construção de viadutos e subterrâneos no cruzamento das avenidas Engenheiro Santana Junior com as avenidas Padre Antonio Tomás e Antonio Sales, associado ao projeto TRANSFOR, os quais adentrarão na área do manguezal do Cocó!! .Em relação à Avenida Juarez Barroso, compete-nos informar que o movimento S.O.S Cocó obteve por parte da Prefeitura Municipal de Fortaleza o compromisso de revisão da obra, no sentido de afastar a avenida do limite imediato da área de manguezal e diminuir em cinquenta por cento o fluxo de veículos. Nesses termos, a via poderia representar mais um acesso ao manguezal do Cocó, sem no entanto degradá-lo. Quanto à Torre do Iguatemi, a nossa postura é a de solicitar a revogação da licença ambiental que foi concedida, alias indevidamente pois a obra não passou pelo Conselho Municipal do Meio-Ambiente como reza a Lei Orgânica do Município, nem tampouco teve EIA/RIMA, como indicam portarias do CONAMA. A obra fere ainda de forma espetacular o direito à paisagem do Parque Ecológico do Cocó, e nesse sentido, agride os direitos dos cidadãos fortalezenses. Além da revogação da licença ambiental, também apostamos na realização de referendo (que nesse caso incidiria sobre a revogação da licença), que teria a perspectiva de colocar a problemática para o conhecimento e deliberação do conjunto dos segmentos sociais que fazem a sociedade fortalezense, fato mais expressivo que a discussão em um conselho municipal. Nos preparamos também para encaminhar à Câmara Municipal, um projeto de veto popular, no sentido de impedir a construção desses e de outros equipamentos no entorno do Rio Cocó.

Em relação ao TRANSFOR e ao Centro de Feiras, estamos nos organizando, na perspectiva de interferirmos no processo de forma política, com o intuito de impedir a destruição do rio Cocó em nome do trânsito da cidade. Os órgãos de planejamento existem para planejarem as melhores alternativas cotidianas para Fortaleza em todos os níveis, e não para produzir danos sob qualquer ótica, principalmente em relação à natureza, que aqui já se encontra completamente degradados!

Temos a convicção da necessidade da preservação da planície de inundação do Rio Cocó, de seus ambientes naturais associados e de sua paisagem, como garantia de existência de um mínimo de qualidade de vida e de qualidade ambiental para uma cidade que se mostra já extremamente carente de alternativas de espaços verdes, como o é Fortaleza. Nessa perspectiva, convidamos a população, os parlamentares, os juristas, a sociedade em geral, para nos acompanharem nesse luta, que certamente é de todos e para todos! Chega de agressões ao Cocó, salvemos o Cocó!

Defensores e proponentes : Movimento S.O.S Cocó.

ANEXO IV- CAPA E FUNDO DA SINTESE DO FORUM DA AGENDA 21 DE FORTALEZA, REALIZADA NA SABIAGUABA 2008



Capa e fundo da síntese do fórum da agenda 21 realizado na Sabiaguaba 2008

ANEXO V - SISTEMAS AMBIENTAIS CONFIGURADOS NA SABIAGUABA, SEGUNDO O RELATÓRIO DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DE PRESERVAÇÃO

A área definida como Parque Natural das Dunas de Sabiaguaba (PNMDS) é constituída por um complexo mosaico de sistemas ambientais composto por Campo de Dunas, Faixa Praial, Rochas de Praia (beachrocks), Lagoas Costeiras e Interdunarese Terraço Marinho.

Sua área de amortecimento engloba sistemas ambientais representados pelo manguezal dos rios Pacoti e Cocó, fluviomarinho da lagoa da Precabura e tabuleiro litorâneo que bordejia grande parte da porção noroeste e sudeste do parque. Compondo o conjunto de paisagem representado na APA da Sabiaguaba e disposto à retaguarda do Parque Municipal das Dunas, caracterizou-se as unidades definidas como faixa de praia, manguezal, dunas costeiras, tabuleiro litorâneo e zona urbanizada.

Esses sistemas ambientais por serem holocênicos (recentes) e ainda estarem em processo de formação são ambientes extremamente frágeis, e conseqüentemente impõem sérias restrições quanto ao processo de uso e ocupação do solo. Com base nessas limitações qualquer intervenção ou alteração oriundas das atividades socioeconômicas deve ser cuidadosamente analisadas a fim de verificar sua compatibilidade com a capacidade de suporte do ambiente e comunidades vinculadas.

Faixa de praia

Entre as desembocaduras dos rios Pacoti e Cocó, está representada pelos setores de surf, estirâncio e berma. É ao longo desta unidade que ocorre a deriva litorânea dos sedimentos, gerando material arenoso para a mobilização eólica e origem do campo de dunas de Sabiaguaba.

A faixa de praia é formada por sedimentos arenosos e rochosos, restos de conchas e cascalhos que foram transportados pelas ondas e correntes marinhas. Sazonalmente ocorrem modificações em suas feições em conseqüência dos processos de deposição de sedimentos arenosos causados mais intensamente na preamar e dos processos erosivos na baixa maré que deixa a mostra os denominados “beachrocks”.

Trata-se de uma feição morfológica da planície litorânea extremamente dinâmica, pois se encontra em constantes mudanças. Quando associadas a intervenções não planejadas e

interrompendo as interrelações com o terraço marinho e o campo de dunas, pode ser originado eventos erosivos acelerados e interferir nas praias à jusante das correntes marinhas.

A ocorrência de afloramento de rochas de praia (beachrocks) protege esta unidade contra a ação das ondas de tempestade e ressacas. Resguarda um ecossistema relacionado com a presença de algas e moluscos. Estas rochas representam importantes indicadores de flutuações climáticas e do nível relativo do mar (MEIRELES, 2001).

Os extremos noroeste e sudeste foram caracterizados como APA, devido estarem associados a equipamentos urbanos. A faixa central, onde ainda ocorre a dinâmica de fornecimento de areia para a formação de lagoas costeiras e o campo de dunas, foi atribuída como pertencente ao Parque das Dunas de Sabiaguaba. Desta forma, caracterizou-se um sistema de unidades de preservação e de uso sustentável, compatibilizando ações de lazer com a permanência de clubes e barracas de praia edemais atividades sócio-econômicas existentes nesta faixa da planície costeira. É importante salientar que a continuidade destas ações está diretamente relacionada com o plano de manejo e deliberações do Projeto Orla.

Campo de dunas

As dunas são formações constituídas por areias inconsolidadas, de granulação fina a média, bem selecionadas, com coloração variando desde o cinza-claro, na superfície, a um tom mais esbranquiçado em subsuperfície. Ao serem originadas sobre o terraço marinho — e devido às suas características morfológicas e de mobilidade, definem depósitos geológicos de idade holocênica, formados a partir da ação dos ventos e disponibilidade de areia para a remobilização.

Estão localizadas nas proximidades da área-fonte (praia da Sabiaguaba), com as morfologias dunares mais elevadas afastadas da praia atual em uma média de 250 m a 500 m, apresentando uma zona de migração sobre a planície de aspersão eólica relativamente curta (terraço marinho), quando comparadas com outros campos de dunas (MEIRELES, 2001).

A definição das gerações de dunas também é importante para a caracterização de mudanças climáticas, a partir de fatores ambientais relacionados com o aporte de sedimentos e a remobilização das areias pelo vento. MEIRELES, 1991; PYE & NEAL, 1993. MEIRELES & MAIA (1996 e 1998) e CARTER et al (1997), estudaram gerações de dunas como indicadores de flutuações do nível do mar e mudanças climáticas. As existentes ao longo da planície costeira de Sabiaguaba evidenciaram a existência de 3 gerações. A primeira é representada

pelas dunas fixas (do tipo transversal e com indicativos morfológicos de parabólicas), localizadas no limite noroeste-sudeste da área proposta para o PNMS. As de segunda geração representam a maior ocorrência e foram Caracterizadas como dunas móveis barcanoide e transversais. As de terceira e última geração estão sobrepostas ao terraço marinho, entre a berma e o início do campo de dunas de segunda geração.

Para a formação das dunas do PNMS, como também as do Caça e Pesca e da Praia do Futuro, a remobilização das areias iniciou-se a partir da zona de estirâncio, em maré baixa, com a ação dos ventos alísios. Como as direções predominantes dos ventos provêm de leste e sudeste, as areias foram transportadas para o interior do continente, deslocando-se no sentido dos setores atualmente mais urbanizados e utilizado para a agricultura de subsistência.

O campo de dunas da Sabiaguaba, com uma extensão de aproximadamente 4.500m e largura variando de 600m a 1.300m (Figura 1), está diretamente associado às demais unidades morfológicas existentes neste setor do litoral de Fortaleza.

Assim, a disposição sudeste-noroeste do campo de dunas, paralelo à faixa de praia, denuncia que a zona praial atuou como fonte de areia para a configuração desta morfologia. Entretanto, o bloqueio do transporte de sedimentos, que poderá ocorrer através de barracas de lazer e a implantação de avenidas, ruas e edificações, poderá impedir a reposição desse material para o sistema dunar, suprimindo, permanentemente, o trânsito e o acesso de areia para o terraço marinho e dunas. Este tipo de impacto poderá submeter processos de deflação eólica mais intensos e desconfiguração morfológica das dunas (como procedeu-se com as dunas da praia do Futuro).

Terraço Marinho

O terraço marinho holocênico aflora entre o sopé das dunas e a faixa de praia e ocorrem de forma contínua na direção noroeste-sudeste ao longo da área de estudo. Sua origem está relacionada com processos de regressão marinha ocorridos durante o Holoceno, período da formação geológica terrestre em que se verificou a disponibilidade de sedimentos em deriva litorânea e a conformação morfológica da zona costeira continental atual.

Encontra-se entre a faixa de praia e o campo de dunas e está associado ao uma elevada quantidade de lagoas costeiras intermitentes. A descontinuidade desta unidade morfológica procede nas desembocaduras dos rios Cocó e Pacoti, ocorrendo posteriormente também ao longo da linha de costa associada às praias do Caça e Pesca e do Futuro.

Esta unidade ao longo da praia do Futuro não mais atua como superfície morfológica, de modo a alimentar o campo de dunas com sedimentos provenientes da faixa de praia, o que promoveu deflação eólica. Esta interrupção foi promovida pelas barracas de praia e ruas e avenidas.

É importante ainda salientar que as lagoas costeiras existentes na área proposta para o PNMS são remanescentes das lagoas antes existentes ao longo da faixa costeira do município de Fortaleza. Sobre o terraço marinho encontravam-se diversas lagoas costeiras, hoje em grande parte extintas. Foram sucessivamente aterradas pela construção das avenidas e outros elementos da urbanização realizada na Praia do Futuro.

Em épocas de pluviometria atípica, muitas delas reaparecem, alagando suas áreas de influência pela elevação do lençol aquífero e causando diversos tipos de transtornos à população.

Planície fluviomarinha - ecossistema manguezal

A caracterização do ecossistema manguezal, unidade de paisagem representada na APA da Sabiaguaba, é de preservação permanente. Para sua caracterização levou-se em conta a importância de das unidades geoambientais e setores do ecossistema vinculados direta e indiretamente com a melhoria da biodiversidade e relações com a área do Parque Municipal das Dunas. Verificou-se a necessidade de intervenções de monitoramento e manejo nos setores de bancos de areia, apicum, gamboas e das salinas abandonadas em decurso de regeneração, para a continuidade das relações de troca de energia com suas demais unidades.

As salinas em processo de revegetação incorporadas ao ecossistema, após interagirem com as marés, atuaram como setores de expansão do manguezal. Para fundamentar a dinâmica evolutiva, os fluxos costeiros foram definidos de modo a integrar o sistema estuarino com os setores que gradam lateralmente para o bosque de manguezal, canais de maré e bancos de areia, campo de dunas e a faixa de praia. A estrutura biofísica, espacialidade e as relações com as atividades de expansão urbana, possibilitaram a composição das bases processuais para a análise dos impactos ambientais e definição das limitações e vulnerabilidades.

O fluxo de materiais sedimentares ao longo da planície costeira pela ação das ondas e marés (longshoretransport), dos ventos e aporte fluvial, promoveu a construção de bancos de areia nos canais estuarinos dos rios Pacoti e Cocó (MEIRELES, et al., 1989).

Com a interação hidrodinâmica dentro dos canais, esses bancos de areia, na maioria dos estuários existentes na planície costeira cearense, evoluíram para setores de apicum e, posteriormente vegetados, atuarem como unidades de expansão do bosque de manguezal. Quando associados à origem de flechas de areia na desembocadura dos estuários interferiram na dinâmica morfológica e batimétrica dos canais internos, promovendo o desvio e soterramento de gamboas e assoreamento de áreas com vegetação de mangue, para a origem do apicum.

Os sedimentos provenientes das dunas da planície costeira de Sabiaguaba atuaram diretamente na evolução das praias do Caça e Pesca e do Futuro. A manutenção desta dinâmica favorecerá um aporte adequado de sedimentos para a deriva litorânea, controlando efeitos erosivos.

Como principais espécies vegetais arbóreas, foram identificadas o mangue vermelho, verdadeiro ou sapateiro (*Rhizophoramangle*), o mangue manso, branco ou rajadinho (*Laguncularia racemosa*), o canoé, preto ou síriba (*Avicenniagerminans* e *Avicenniaschaueriana*) e o mangue ratinho ou botão (*Conocarpuserecta*) (MEIRELES e VICENTE da SILVA, 2002).

Lagoas costeiras e Interdunares Representam mananciais disseminados por todas as unidades de paisagem existentes nas UC's. As relações com o substrato sedimentar, arranjo topográfico, altitude do terreno, a sazonalidade climática e as formas de utilização pelas comunidades, favoreceram a origem de sistemas lacustres distintos. Desta forma, foram analisadas de acordo com a ocorrência nas demais unidades de paisagem, enfatizando as peculiaridades geoambientais e ecodinâmicas, Foram também evidenciados os impactos ambientais e medidas adequadas para a melhoria das condições ecológicas, gestão e manejo sustentáveis.

As lagoas costeiras e sazonais existentes na área delimitada como Parque, são rasas e sazonais, raramente alcançando o período de inverso subsequente com água suficiente para as atividades de consumo. Normalmente, durante os meses de novembro e dezembro, apresentam-se com baixos níveis de água acumulada, elevado estado de eutrofização e tomadas por vegetação hidrófila. Durante períodos de estiagem prolongada, secam completamente, pois estão associadas diretamente ao rebaixamento do lençol freático. As lagoas sazonais estão relacionadas também à salinização do solo durante a estiagem (evaporação e precipitação de sais dissolvidos), propiciando as condições ambientais e

ecodinâmicas ideais para a dispersão do carnaubal para áreas além dos limites da várzea (unidade de paisagem circunjacente).

As lagoa mais representativa (área, volume de água armazenada, biodiversidade) denominada de lagoa da Sapiranga está fortemente impactada pela expansão urbana. Ocorre também processo de eutrofização, provavelmente relacionado ao lançamento de efluentes domiciliares e industriais. Está disposta sobre tabuleiro litorâneo e pertencente à APA da Sabiaguaba. Suas características pedológicas, principalmente no leito sazonal, favoreceu à implantação de agriculturas de vazantes (em setores restritos) associada ao desmatamento da mata ciliar. Suas margens são constituídas por sedimentos areno-argilosos (na faixa mais exterior) e argilo-arenosos, ricos em matéria orgânica e com coloração variando de cinza escuro a negro.

Foram evidenciados impactos ambientais pela impermeabilização do solo, lançamento de lixo e presença de efluentes domiciliares (drenados por pequenos riachos), relacionados com a urbanização.

Aliada à importância fundamental da mata de tabuleiro (como reserva de biodiversidade para a retomada da qualidade ambiental e ecodinâmica da APA da Sabiaguaba, a preservação das lagoas costeiras e interdunares é essencial como suporte ambiental e sócio-econômico para a continuidade das atividades tradicionais e melhorias da qualidade de vida da comunidade do bairro Sabiaguaba.

Tabuleiro Pré-litorâneo

Normalmente ocupando trechos do litoral e nunca ultrapassando os 100m de altitude, os chamados tabuleiros pré-litorâneos são constituídos por sedimentos argiloarenosos da Formação Barreiras assentado diretamente sobre o embasamento cristalino e diminui de espessura à medida que penetra o continente.

Ocorre ao longo da APA da Sabiaguaba e está associado aos sistemas fluvial, fluviomarinho e lacustre. Ocorre localmente uma associação pedológica favorável à implantação de agricultura de subsistência e plantio de hortaliças. É nesta unidade de paisagem que se verifica a maior aglomeração urbana nas áreas definidas como UC. Por apresentar baixa vulnerabilidade ambiental em setores mais planos a levemente ondulados deverá ser utilizado como área de expansão urbana, guardando suas potencialidadegeoambientais e ecodinâmicas, principalmente como área de recarga do lençol freático e quando associados à drenagem superficial e ambientes lacustres. Verificou-se também a existência de cobertura vegetal arbórea ainda em elevado estado de preservação. Atua como setores vinculados ao campo de

dunas fixas e a resquícios de mata ciliar nos riachos e ao longo das lagoas. Estes setores deverão ser utilizados como corredores ecológicos, agindo como impulsionadores da retomada da biodiversidade. Os quadros abaixo sintetizam as características naturais dominantes em cada sistema ambiental configurado na faixa de planície costeira definida como PNMDS.